

INTRODUÇÃO

A elaboração deste documento de trabalho, tem como finalidade descrever duma maneira muito resumida, com a compilação de algumas das principais fases do que foi o 1º Recenseamento Geral da População e Habitação.

Sem nenhuma experiência, sem quadros nacionais qualificados nesta matéria mas, com uma forte convicção de que era possível a sua realização mas, com muita vontade de levar avante esta grandiosa tarefa nacional, a República Popular de Moçambique realizou em 1980 o seu 1º Recenseamento Geral da População e Habitação.

Todos estavam cientes dos grandes obstáculos com que se iriam deparar ao longo do trabalho no entanto isso não constituiu motivo de desânimo.

A experiência da realização do 1º Recenseamento Geral da População e Habitação tem servido de referência para trabalhos de âmbito nacional que se seguiram como por exemplo o 1º Inquérito Demográfico Nacional e o II Recenseamento Geral da População.

1 - TRABALHOS PREPARATÓRIOS

Os dados do último recenseamento realizados em 1970 estavam desactualizados, além de que os mesmos não correspondiam a realidade dada a grande omissão havida durante o levantamento agravada pela grande acção militar a “Operação Nó Górdio”, onde houve áreas em que o mesmo não se realizou.

Obtida a independência em 1975 o Governo para planificar actividades económicas e sociais tinha uma necessidade de conhecer o número dos seus habitantes por sexo, em que região se encontravam, idades e outras informações necessárias.

Na actual fase da Democracia Popular e da criação duma economia planificada, o Estado necessitava de dados estatísticos que reflectissem duma maneira exacta a realidade sócio-económica do País, em particular as características da população.

O recenseamento da população deveria reflectir tanto na forma como no conteúdo as preocupações da fase actual utilizando para esse efeito as estruturas populares criadas em Moçambique.

Este evento seria uma campanha nacional onde se estabeleceriam contactos com todas as famílias do País.

Isto obrigaria a uma campanha de mobilização que seria uma importante oportunidade de esclarecimento dos objectivos do recenseamento.

As exigências do recenseamento requerem uma responsabilidade colectiva para a sua implementação.

Coube a Direcção Nacional de Estatística a tarefa de preparar tecnicamente o recenseamento de uma forma uniforme e exacta, elaborar as instruções e dirigir as operações do recenseamento.

1.1 - OBJECTIVOS DO RECENSEAMENTO

- O recenseamento serve basicamente para fornecer dados demográficos e sociais do País além de melhorar a base de planificação do estado, deve contribuir para uma análise profunda das condições de vida da população segundo a sua distribuição regional e por classes sociais.
- Servir outros aspectos da reconstrução nacional, tais como.
 - Uma revisão geral da divisão administrativa do País;
 - Atribuição de números às ruas de cada povoação;
 - Criação de ficheiros locais da população.
- Fornecer uma base material e de organização de posteriores inquéritos sociais e estatísticos.

2 - 1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA DO RECENSEAMENTO

Uma das exigências do III Congresso da Frelimo nas suas Directivas Económicas e Sociais quanto a planificação económica, era a realização do Recenseamento Geral da População em 1980.

Com a finalidade de materializar esta orientação, realizou-se de 17 a 19 de Março uma Reunião Nacional Preparatória do Recenseamento em 1980.

Nela participaram estruturas do Partido e do Governo aos níveis Central e Provincial, e Organizações Democráticas de Massas

O objectivo da reunião era de realizar uma informação, sensibilizar ao nível nacional sobre o Recenseamento Geral da População e permitir que as diferentes estruturas presentes contribuíssem, com base nas suas experiências, para o enriquecimento dos documentos de base já formulados.

Nesta reunião foi salientada a importância política e a natureza de classe do primeiro Recenseamento Popular em Moçambique.

O Recenseamento da população em 1980 assume obrigatoriamente o carácter de uma acção política muito importante. Será uma tarefa em que com o apoio dos órgãos do poder popular já criados no País se colherão as informações necessárias a planificação das soluções para os problemas e necessidades prementes na fase actual de Moçambique, de acordo com os objectivos traçados pelo Partido.

Extractos da exposição sobre problemas do recenseamento

2.1 - PROBLEMAS METODOLÓGICOS

1. Características Básicas e Limitações dos Censos de População

O censo da população foi desenvolvido como método para estudar o tamanho e composição duma população, e as suas mudanças através do tempo. O censo é em primeiro lugar uma contagem de todos os membros duma população com referência a um ponto específico no tempo. Esta contagem simultânea de toda a população é necessária tanto para evitar as consequências de mudanças constantes através de nascimento, mortes e migrações, como para evitar duplicação e omissão no processo da contagem das pessoas.

Assim a característica básica de um censo é a *contagem simultânea* de todas as pessoas, através dum *contacto directo* com as famílias no País. Isto requer milhares de agentes de recenseamento para efectuar o censo num curto espaço de tempo.

A segunda característica é que a população deve ser definida territorialmente, isto é toda a pessoa e família devem pertencer a uma área específica do País em questão.

Limitações Técnicas

O censo não pode por si só, resolver todos os problemas da informação demográfica dum País. As suas limitações são as seguintes:

- O período de contagem deve ser o mais curto possível;
- Assim muitos agentes de recenseamento são necessários, mas quanto maior for o seu número mais baixo é o nível geral do seu trabalho;
- Ao mesmo tempo quantas mais informações forem incluídas no boletim de recenseamento mais tempo leva o seu preenchimento ou mais agentes de recenseamento são necessários e ainda piora a qualidade das respostas por cansaço dos inquiridores.

Assim um problema importante é de encontrar uma proporção óptima entre o número de agentes de recenseamento a ser utilizado, o número de perguntas a fazer e o período de contagem.

Além disso, a recolha de informação de toda a população ao mesmo tempo produz grandes quantidades de dados para serem processados e publicados. Sòmente muito poucos dados básicos podem ser elaborados manualmente e publicados logo após o censo. Assim o problema é evitar recolher informação sobre condições que tendam a mudar rapidamente, e encontrar uma proporção óptima entre a quantidade de dados recolhidos e o tempo necessário para o seu processamento.

Limitações de Recursos

O censo deve ser efectuado duma maneira uniforme em todo o País, de acordo com instruções detalhadas e concretas, isto é, usando instrumentos de notação, isto é, fichas ou boletins de recenseamento, instruções para a contagem, preparação de todos agentes de recenseamento e supervisores e o trabalho cartográfico para definir as áreas da contagem de cada agente de recenseamento.

Assim o censo necessita não só de milhares de agentes recenseadores e supervisores durante um curto período, mas também um número considerável de pessoal treinado para realizar o trabalho cartográfico, ensinar os agentes, efectuar a verificação, codificação e processamento dos dados recolhidos. Grande quantidade em materiais de censo que terá que ser imprimido ou comprado e enviado para todas as partes do País. São necessários muitos veículos para a preparação e execução do censo. O custo total do censo é elevado, especialmente se se quiser assegurar resultados de boa qualidade e recolher um grande número de informações.

Reciprocamente, as dimensões do censo terão que ser ajustadas aos recursos disponíveis para a sua realização, tendo em mente que programas de censos ambiciosos sem recursos suficientes produzem pobres resultados representando assim perda comparados a programas bem adaptados.

Limitações de Problemas de Comunicação

Um aspecto básico de todos os censos, como de inquéritos estatísticos em geral, é que eles exigem contribuições do povo sem dar, aparentemente, nada em recompensa. A maneira como os censos contribuem para melhorar as condições de vida é demasiado complicada para ser compreendida facilmente. Assim há uma tarefa fundamental de informar e motivar o povo a participar no censo. É também um requisito fundamental que as informações do censo sejam confidenciais e não estejam relacionadas com a cobrança de impostos, recrutamento para o serviço militar ou similares.

Outro aspecto importante é o da comunicação entre os planificadores do censo e o povo. Em sociedades com altos níveis de analfabetismo as perguntas a serem feitas não são facilmente compreendidas, ou a resposta desconhecida do respondente. Muitas pessoas não conhecem as suas idades exactas, não podem relacionar a um período de referência, digamos de 12 meses, ou dizer exactamente quantas crianças nascidas-vivas houve na família. Perguntas sobre actividade económica e emprego são muitas vezes igualmente de difícil resposta...

2. Características Essenciais da Situação de Hoje

Nas preparações para o Recenseamento da População de 1980 é necessário considerar devidamente circunstâncias históricas concretas. São entre elas:

- Com a recente independência, o êxodo de técnicos estrangeiros e o esforço para substituir o antigo aparelho de estado por um novo, as estruturas responsáveis para efectuar o censo não estão consolidadas e a falta de quadros é enorme;
- Os problemas económicos do País exigem hoje uma disciplina estrita na utilização de recursos e uma compreensão da necessidade de austeridade;
- Contra estas limitações, o trabalho político realizado antes e depois da independência resultou um alto nível de organização e mobilização do povo e uma estrutura política de grande importância para o censo;
- O quadro de trabalho do censo é dado pela análise da situação actual da luta de classes e a estratégia para transição para o socialismo emanada do Partido;
- Podem ser identificados três principais destinatários dos resultados do censo, cujas necessidades devem ser devidamente analisadas e incorporadas na planificação do censo: O Partido, os sectores da planificação do aparelho de estado, e as estruturas básicas dos bairros urbanos e aldeias comunais.

3 - Trabalhos Cartográficos Preparatórios Para o Censo

Todos os dados do censo devem ser identificados com o lugar onde foram recolhidos. de modo a que os resultados possam ser apresentados para cada divisão territorial do País. Ao mesmo tempo, cada agente recenseador necessita de saber exactamente que área deve cobrir, ou que famílias ou aldeias. O trabalho cartográfico do censo consiste

na identificação dos limites de todas as áreas administrativas, se possível, formar áreas de contagem dentro de cada uma destas unidades.

Este trabalho é importante não só para o próprio censo, Moçambique herdou um sistema de divisão administrativa que não reflecte as necessidades actuais. O censo pode dar uma contribuição, na futura revisão das estruturas administrativas.

O trabalho cartográfico pode ser visto como constituído de duas componentes mas relacionadas.

Uma é a definição geográfica clara e definida, nos mapas existentes, dos limites administrativos, tal qual são conhecidos nos próprios distritos e localidades. Este trabalho requer acesso aos inventários e informações existentes sobre eleições das Assembleias Populares de 1977, Campanha Nacional de Vacinação e os trabalhos preparatórios para o próximo recenseamento agrícola nacional, completado por visitas e trabalhos de campo em cada província e cada distrito.

O outro problema é a delimitação das áreas de recenseamento. Isto faz-se através das estruturas políticas da localidade, círculo e célula. embora estas estruturas estejam ainda de certo modo em formação, eles fornecem as melhores bases para a organização local do censo. Além disso, a recolha de informações deverá ser feita de tal maneira que os dados populacionais básicos possam ser apresentados para cada uma destas unidades políticas.

Entretanto, a população do censo necessita de informação sobre o número e o tamanho aproximado de cada localidade, círculo e célula, para planificar a distribuição dos agentes recenseadores e de material. como parte deste trabalho pode ser possível dar pelo menos uma indicação grosseira da posição geográfica de cada círculo dentro da localidade do distrito.

Trabalho semelhante terá de ser feito em todas as áreas urbanas, onde os bairros e células devem ser identificados. Naturalmente, isto necessita duma definição das áreas urbanas distinta da das rurais.

Uma questão importante que se põe no trabalho cartográfico é se a organização do censo no campo é baseada nas mais pequenas estruturas políticas, e qual o risco das pessoas serem omitidas do campo. O que pode ser feito para reduzir ou eliminar este risco.

4 - Conceitos e Sua Definição

Muitos conceitos são usados na planificação do censo, aos quais deverão ser dadas definições claras e concretas nas instruções do recenseamento

População “De Facto” e “De Jure”

Em todos os países as pessoas movimentam-se. Elas saem do seu local de residência por períodos mais ou menos longos. Estes movimentos tornam necessário a decisão de

seguir as pessoas à sua residência habitual ou ao lugar onde elas se encontravam na altura do recenseamento.

Para evitar problemas de omissão ou duplicação, a maior parte dos recenseamentos usam o conceito *de população presente*, isto é as pessoas são recenseadas onde passaram a “*noite do recenseamento*” imediatamente procedendo à contagem.

Como a contagem se estende sempre por vários dias, larga publicidade é dada a esta mesma noite e as pessoas terão de ser pedidas para ficarem em casa nos dias seguintes de modo a facilitar a contagem.

O princípio da contagem da população presente será seguido em Moçambique, onde uma “*Noite de recenseamento*” especial será anunciada como o começo da contagem em todo o País. ao mesmo tempo, a migração de trabalhador e outros movimentos temporários podem dar diferenças substanciais entre a população presente residente para uma área. O modelo de boletim de recenseamento contém presentemente uma pergunta concebida para dar a população residente e o uso desta pergunta necessitará definições detalhadas do que se entende por “*domicílio habitual*”.

Família ou Fogo

O recenseamento é inteiramente baseado na família ou casa como unidade de contagem. Cada casa será inquirida através do seu chefe ou outro representante para dar detalhes sobre todos os membros da família da casa, incluindo as pessoas que ficaram em casa durante a noite do recenseamento. Além disso, algumas das perguntas referem à família ou a casa ou casas pertencentes à família.

São necessárias definições concretas e detalhadas de “*família*” nas instruções do recenseamento. Estas definições necessitam de ser ajustadas tanto à realidade social do País como as necessidades dos utilizadores dos resultados do recenseamento. É especialmente importante considerar as necessidades de investigações futuras que se basearão nos inventários produzidos pelo recenseamento. Entre estes estão próximo recenseamento agrícola que necessita duma identificação da família como unidade de produção agrícola.

Ao mesmo tempo em muitas partes do País as pessoas vivem em complexos de famílias extensas muitas vezes compostas por três gerações e um número varável de núcleos familiares.

É necessário discutir com base nas circunstâncias concretas em diferentes partes do País, como estas definições devem ser distinguidas no recenseamento.

Conceitos no Boletim de Recenseamento

As diferentes perguntas incluídas no boletim de recenseamento contêm ou referem-se a conceitos que necessitam de ser cuidadosamente definidas. Eles são em parte discutidos num documento particular. Aqui daremos somente alguns exemplos:

- “*Econòmicamente activo*” entre a população é difícil de definir por causa das variações na situação do trabalho durante o ano. A pergunta no boletim quer saber sobre a situação do trabalho “*durante a última semana antes do recenseamento*”. Se se perguntasse sobre a situação durante todo o ano anterior o resultado seria diferente.

- O mesmo se dirá do conceito de “*desempregado*”, que necessita dum período de referência claro...

Os resultados do recenseamento serão também utilizados para obter informação derivada de respostas a perguntas diferentes. Um exemplo é: “*classe social*” a ser derivada de perguntas diferentes sobre profissão e actividade económica. Um dos objectivos importantes do recenseamento é contribuir para uma descrição estatística da estratificação social do País.

5 - O Conteúdo Dos Instrumentos De Notação

Um dos aspectos mais importantes de todos os preparativos dos censos é a elaboração do conteúdo dos boletins de recenseamento, isto é, as perguntas a serem feitas à população. Na determinação do conteúdo são necessárias as seguintes considerações:

- O censo deve contribuir para o Partido e Organizações de Massas com informação que consolidará a consciência dos operários e camponeses na fase da intensificação de luta de classes;

- O censo deve fornecer, à planificação nacional e local, dados que melhor possam servir o desenvolvimento duma economia planificada;

- O censo deve fornecer as organizações de base do País informações que elas necessitam imediatamente no seu trabalho.

- Ao mesmo tempo, as perguntas feitas devem ajustar-se ao que as populações são capazes de responder, e também até certo ponto ao que elas estão dispostas a responder. Se não, os resultados darão uma ideia deturpada da realidade social;

- As perguntas não devem ser tão complicadas que não possam ser claramente compreendidas pelos milhares de agentes recenseadores e pelo pessoal local que os prepara para o seu trabalho;

- O número de perguntas no questionário do censo deverá ser limitado, a fim de reduzir o tempo necessário tanto na contagem como nas etapas seguintes de processamento...

O risco em adicionar muitas perguntas ao boletim do censo não é somente que a qualidade das respostas baixe como também que todo o processo de tabulação e publicação dos resultados seja atrasado seriamente. Nós podemos aqui citar a recomendação geral das Nações Unidas: “*A selecção de tópicos deve ser cuidadosamente considerada em relação aos recursos disponíveis para o censo, Uma recolha correcta e eficiente dos dados para um número limitado de tópicos, seguida*

de processamento rápido e publicação é mais útil do que a recolha de dados para uma lista demasiado ambiciosa de tópicos, que não podem ser devidamente investigados, tabulados ou introduzidos na memória do computador”

6 - Aspectos Do Desenho Do Boletim

O esquema do boletim de recenseamento tem importância para os resultados. O formato e o espaço podem ser estudados em termos das necessidades de três categorias:

- Os agentes recenseadores devem ter espaço suficiente para notação, devem poder distinguir sem dificuldade perguntas relacionadas a categorias especiais dos respondentes, e devem ver directamente no boletim qual a maneira de preencher a resposta a cada pergunta individual;
- A organização do processamento cuja velocidade e execução de trabalho depende em grande parte do esquema do boletim;
- As estruturas locais administrativas e políticas, cujas necessidades de informação são melhor satisfeitas através da elaboração manual de dados básicos da população antes de os boletins de recenseamento serem devolvidos para o processamento. Espera-se que esta elaboração manual seja o meio de produzir os totais preliminares da população antes do fim de 1980, e necessita de um esquema de boletim que dê a máxima exactidão e rapidez no trabalho.

7 - Aspectos Das Instruções Necessárias No trabalho Do Recenseamento

Todas as operações do recenseamento serão desenvolvidas sob instruções e controlo do Gabinete Central de Recenseamento, a fim de assegurar que o trabalho seja feito duma maneira uniforme e exacta em todo o País. Este controle é parcialmente executado através da preparação de instruções impressas.

- Instruções em como organizar o recenseamento nos distritos e cidades. Devem incluir instruções dos diferentes tipos de preparativos, sobre o recrutamento e preparação de agentes de recenseadores e a sua distribuição pelas áreas no campo, sobre métodos de resolver emergências, sobre pagamentos etc.
- Instruções sobre o uso do boletim de recenseamento. Devem conter instruções detalhadas sobre todas as perguntas incluídas, definições e exemplos de casos concretos. Devem ter instruções claras sobre o que constitue a família, como tratar de casos particulares tais como pessoas vivendo em convivências (infantários, casas de velhos, hospitais, centros de reeducação, etc.) ou pessoas viajando durante a noite de recenseamento, etc.;
- Instruções sobre as condições locais nas diferentes regiões do País. Estas instruções necessitam de ser elaboradas separadamente para cada Província,

para ajudar nas circunstâncias especiais que o pessoal do recenseamento irá encontrar.

Podem conter detalhes de organização familiar, de problemas linguísticos da população institucional nas províncias, de como alcançar populações dispersas, etc. Podem também conter calendários de acontecimentos locais para usar ajudando a população calcular a sua idade;

- Instruções especiais para as cidades. Algumas cidades podem envolver problemas particulares que necessitam atenção especial. Aqui incluem-se os problemas de populações deslocadas para mercados temporários, população em hotéis, em barcos ou a chegar no primeiro dia do recenseamento. Há também problemas de alta mobilidade da população, residentes de países estrangeiros, embaixadas etc. que necessitam de atenção especial.

Instruções concretas e compreensíveis são muito importantes. Devem ser preparadas em íntima colaboração com as autoridades locais e com apoio de especialistas em comunicação.

8 - Características Do Nosso Recenseamento

As características e limitações dum recenseamento em geral também pertencem ao nosso recenseamento. Assim quando planificamos, podemos usar a experiência de dezenas de recenseamentos nos países africanos independentes

No conteúdo e a informação a colher através do recenseamento, o primeiro objectivo do recenseamento é o de permitir o conhecimento da composição de classes sociais. o recenseamento deve fornecer a base científica para uma análise da composição e luta de classes na República Popular de Moçambique.

Então precisamos em primeiro lugar uma análise de classes e distinguir em segundo lugar um estudo para realacioná-los com a informação recolhida através do recenseamento afim de assegurar que as perguntas produzirão à informação requerida.

O segundo objectivo é o de permitir a elaboração dum plano de desenvolvimento a longo prazo. O que é o sentido dessa exigência? Dados que reflectem numa maneira verdadeira às condições de vida. Resultados que permitem estudos sobre o desenvolvimento social e demográfico histórico para compreender as tendências das mudanças. conhecimento científico, que precisa métodos de contagem iguais de todo o País...

9 - Edificação Duma Organização Do Recenseamento

Esta reunião é a primeira etapa da edificação duma estrutura particular para a realização do recenseamento. No centro dessa organização temos o Conselho Coordenador do Recenseamento, cujas funções foram apresentadas pelo Director Nacional de Estatística. A criação desse Conselho é uma tarefa imediata. mais tarde serão criados conselhos de recenseamento nos níveis de província e distrito. Além desses serão criados quatro comissões ad hoc do recenseamento, a discutir e elaborar

temas particulares. Os grupos de trabalho desta reunião, serão os embriões desses conselhos e tem a tarefa de elaborar programas de trabalho das comissões.

A estrutura da direcção técnica consiste nos Gabinete do Recenseamento nos níveis nacional e provincial. A criação dessas estruturas é uma tarefa urgente. em relação aos gabinetes provinciais, os planos abrangem as seguintes etapas:

- Recrutamento e admissão o mais cedo possível, de dois elementos de cada província, a participar nos preparativos do recenseamento em Maputo até Novembro de 1979.

Uma tarefa dos quadros provinciais será de participar no recenseamento de ensaio a realizar-se durante o mês de Agosto deste ano, com a finalidade de aprender e compreender todos os vários aspectos da preparação do Recenseamento, quando voltarem as províncias assumirão as funções de Director e Adjunto dos Gabinetes Provinciais de Recenseamento.

É preciso salientar que segundo os planos de organização do recenseamento, a responsabilidade da preparação e realização da própria contagem cabe aos Administradores Distritais. Temos de discutir que tipo de apoio precisarão, que tipo de recursos a reforçar a administração distrital. a tarefa dos gabinetes provinciais é em primeiro lugar, ajudar os distritos, treinar os quadros e reforçar os centros distritais e participar nos cursos de formação de 25 000 agentes recenseadores...

10 - Um Recenseamento De Ensaio

O recenseamento em 1980 é o primeiro na República Popular de Moçambique faltam experiências, faltam conhecimentos das condições para a realização, falta de conhecimento da óptima organização para cumprir os objectivos. O meio para aumentar o nosso conhecimento é através de um recenseamento, isto é um recenseamento em miniatura.

No calendário está marcado um recenseamento de ensaio a realizar-se durante o mês de Agosto de 1979, um ano antes do próprio recenseamento...

Os planos preliminares são de escolher um distrito com cerca de 1% da população do País, preparar e realizar um recenseamento do mesmo modo do que planificarmos para o próprio recenseamento. É a única oportunidade de ligar as nossas ideias do próprio recenseamento com a realidade, confrontar os problemas e provar diferentes soluções. É muito importante aprofundar aqui as nossas ideias sobre a óptima utilização dessa oportunidade e as contribuições das várias tarefas que estamos a discutir agora.

11 - Informação e Mobilização

Uma das mais importantes tarefas na preparação do recenseamento é a de informar e mobilizar toda a gente dos objectivos e exigências.

Em Moçambique os recenseamentos coloniais foram conhecidos como meios de controlar o povo, vias de tirar de cada um o imposto de palhota e recrutar pessoas para o chibalo.

Quando estamos a preparar o recenseamento de 1980, é preciso considerar as implicações desta herança. O censo é uma acção nacional cujo fim é de exigir a contribuição do povo sem dar, aparentemente nada em recompensa...

Assim uma das mais importantes tarefas na preparação é explicar as diferenças entre o nosso recenseamento e os anteriores e como é que vai contribuir para melhorar as condições materiais e sociais do povo.

Ao preparar um programa de informação e mobilização tem que considerar as necessidades de duas categorias:

- Os destinatários dos resultados do censo, cujas necessidades tem que ser articuladas cedo na preparação do recenseamento;
- Os quadros para realizar as tarefas do recenseamento, quer nas estruturas administrativas quer nas políticas;
- A população, cuja participação é decisiva para o êxito do recenseamento.

O papel dos quadros a realizar o recenseamento não é somente de compreender as suas funções mas também de explicar os objectivos e a organização do recenseamento a cada elemento cuja cooperação seja pedida...

Assim é preciso elaborar um programa de acções e matéria de informação a usar conjuntamente com as várias operações preparatórias do recenseamento.

Esta tarefa consiste em efectuar diversas acções tais como: jornadas, palestras, informações nos Jornais do Povo, programas na Rádio, etc. estas acções iniciadas pouco antes do recenseamento, culminarão na “Noite do Recenseamento” antes do primeiro dia da contagem com cartazes, festas, canções que seriam também muito eficazes dessa mesma campanha.

É necessário salientar que nem o trabalho de recenseamento, nem as tarefas de informação terminarão com a conclusão da contagem, Tem de se considerar as vias para a apresentação dos resultados a todos os cidadãos, através de informação verbal e escrita, reuniões onde se discutirão os resultados.

12 - CONCLUSÃO

O recenseamento populacional de 1980 é um acontecimento político importante no Moçambique independente. Os resultados do recenseamento serão a base para a planificação social e económica durante um período bastante largo.

O período curto de preparação que resta deve ser portanto bem utilizado para harmonizar o censo a uma realidade social política de Moçambique de hoje.

Em primeiro lugar temos de usar a oportunidade desta reunião de informarmo-nos sobre todas as exigências do recenseamento, de levar todos os problemas que esperamos, quer complicados quer sensíveis.

A própria realização do recenseamento na altura decidida precisa que desde hoje avancemos muito depressa a implementar as nossas tarefas. então, talvez uma das mais importantes questões desta reunião é de tentar responder, em termos dessas tarefas, “onde vamos encontrar recursos humanos, os quadros para cumprirem as tarefas sem mais demora”

2.2 CRIAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO

Para o estudo e enriquecimentos profundos dos documentos de base, depois de um primeiro debate geral, no qual os participantes puderam aclarar o conhecimento dos problemas que envolve um trabalho de recenseamento, para o qual também contribuíram as intervenções sobre as orientações técnicas do censo, os participantes foram divididos em grupos de trabalho para se debruçarem nos seguintes temas de base:

- ***Organização e Recursos;***
- ***Trabalho Cartográfico;***
- ***Instrumentos de Notação;***
- ***Informação e Mobilização.***

Tomando os documentos de base sobre o recenseamento e as contribuições do debate geral, os grupos de trabalho aprofundaram, detalharam e sistematizaram as ideias sobre cada tema.

Para cada tema os grupos de trabalho identificavam as tarefas a serem desenvolvidas a curto, médio e a longo prazo, no quadro da Campanha Nacional do Recenseamento.

As conclusões dos trabalhos em grupo foram apresentadas em plenário e permitiram mais uma vez a compreensão da dimensão e profundidade do trabalho de um recenseamento com características populares, tendo os participantes a essa reunião ficado conscientes de que se trata de uma grande Campanha Nacional que mobilizará e envolverá todo o Povo e todas as estruturas do País.

Algumas das conclusões a que chegaram cada um dos grupos de trabalho.

- ***Organização, Recursos Humanos e Materiais***

O recenseamento da população em 1980 será uma tarefa gigantesca, na qual será necessário contactar todas as famílias do País.

Neste sentido e tendo em atenção o curto espaço de tempo em que será realizado, assumem particular importância as questões relacionadas com a organização e recursos a mobilizar quer humanos quer materiais.

Assim a reunião deste grupo formulou as seguintes recomendações:

1. - Organização

1.1 - Questões gerais.

- A realização de um recenseamento experimental numa localidade ou bairro de cada Província com os seguintes objectivos:

- * - Treinar o pessoal do recenseamento da Província;
- * - Colher experiências.

Prazo de realização: a indicar por cada Província até 30 de Setembro de 1979

- Que se estude a coordenação entre o recenseamento em Agosto de 1980 e a data da campanha eleitoral para as Assembleias de Distrito e Localidade.

- Estudar os moldes em que pode ser distribuído um cartão de recenseamento esta medida permitirá:

- * - Evitar duplicações;
- * - Efectuar um controle de cobertura;
- * - Servir de base de conhecimento para outros inquéritos;
- * - Servir de base para a resolução de alguns problemas imediatos das populações.

- Sempre que as condições locais o aconselharem, o recenseamento poderá ser feito em grupos (moradores, aldeias, etc.) e em locais e datas previamente definidos.

- Nas zonas de guerra a participação do Ministério da Defesa Nacional é essencial, em todas as operações, incluindo o próprio censeamento.

1.2 - Outras recomendações:

- Que sejam integrados no Conselho Coordenador de Recenseamento a Comissão Nacional do Plano, Ministério do Comércio Interno e o Ministério do Interior;

- Que a representação das províncias deve participar activamente nas reuniões do Conselho Coordenador de Recenseamento, particularmente depois do Recenseamento de ensaio em Agosto de 1979;

- Que deve ser suprimida no organigrama a ligação directa entre a Direcção Nacional de Estatística e Conselhos Distritais de

Recenseamento; esta ligação deverá ser feita através dos Gabinetes Provinciais de Recenseamento.

- Que as Comissões Provinciais e Distritais de Recenseamento passem a designar-se Conselhos Provinciais e Distritais de Recenseamento, as Comissões “Ad-Hoc”, Comissões de Apoio (grupos de trabalho).
- Que seja incluída no organigrama a estrutura de cidade directamente dependente da estrutura provincial.
- Que se criem estruturas do Recenseamento ao nível das localidades dependente das capacidades existentes.

2. - Recursos Humanos

2.1 - O pessoal que participará nas operações do recenseamento deve ser recrutado da seguinte forma:

- * - Agentes e controladores do recenseamento - dentre alunos e professores das escolas, elementos das Forças de Defesa e Segurança, Deputados, membros do Partido;
 - * - Outros - aproveitar ao máximo pessoal de outras estruturas do Estado.
- Respeitar o princípio de evitar admitir pessoal que tenha que vir a ser despedido findos os trabalhos do recenseamento;
 - Dada a importância dos critérios de recrutamento e formação, o Gabinete Central de Recenseamento deve estudar cuidadosamente a forma, os meios e os locais das acções de formação e nomeadamente elaborar um Manual do Recenseamento;
 - Que as várias estruturas do estado que lidam com dados estatísticos devem participar com a sua experiência e recursos humanos e materias.

3. - Recursos Materiais

- Estudar, para cada província, os recursos em meios de transportes utilizáveis necessários e promover que estejam operativos para as operações censitárias;
- O envio da documentação deve começar um mês mais cedo do que o previsto no calendário;

4. - Orçamento

- Deve evitar-se ao máximo despesas em pessoal. O pessoal a recrutar mediante remuneração deve ser, o mais possível circunscrito aquele que vier a ficar integrado em estruturas do estado, particularmente da estatística;

- O orçamento do recenseamento para 1980 deve entrar no orçamento da Comissão Nacional do Plano.

- O Gabinete Central de Recenseamento deve ter um Departamento Financeiro.

5. - *Projecto do Decreto*

- O decreto deve ter um preâmbulo mobilizador e uma linguagem fácil no articulado;

- O decreto deve determinar várias estruturas a criar aos vários níveis e escalões e definir as funções de cada uma;

- No decreto deve vir expressa a garantia de confidencialidade pelo Governo;

- O decreto deve reflectir o organigrama.

• ***Trabalho Cartográfico***

1. - A realização correcta do recenseamento, implica que haja um trabalho preparatório que garanta a cobertura da população, e que evite as duplicações.

Neste sentido, torna-se necessário que previamente se execute um trabalho de cartografia, em que se reconheça na carta e se faça a sua divisão em pequenas áreas de recenseamento que coincidam com o território a ser coberto pelas brigadas de recenseamento.

Este trabalho será executado por brigadas que conterão elementos com função adequada e discutirão a nível local os limites de cada área de recenseamento.

2. - As brigadas cartográficas, devem adoptar os seguintes critérios de actuação:

- 2.1 - A área de recenseamento deverá ser o círculo.

- 2.2 - Para efeitos de recenseamento e sempre que as autoridades administrativas e políticas não possuam dados, as brigadas deverão poder delimitar geográficamente, as áreas básicas, afim de não retardar o trabalho cartográfico.

- 2.3 - Para que os critérios, a adoptar nas delimitações, sejam únicos e uniformes, a reunião recomenda que seja elaborado, um guia para os trabalhos cartográficos de recenseamento.

3. - Brigadas Cartográficas

- 3.1 - A composição de cada brigada deve ser de 2 elementos, pelo menos, sendo um elemento, com qualificação de reconhecimento topográfico e

elemento auxiliar.

3.2 - Os elementos para formação das brigadas, que frequentarão o respectivo estágio, serão seleccionados, entre alunos dos Cursos de Auxiliares Topógrafos, Técnicos da Direcção Nacional de Habitação, Técnicos da Direcção Nacional de Geografia e Cadastro e elementos da Comissão Nacional das Aldeias Comunaes (pelo menos um de cada Província).

4. - Comissão de Apoio Cartográfico

4.1 - A Comissão de Apoio Cartográfico deve ser constituída por elementos das seguintes estruturas:

- Direcção Nacional de Geografia e Cadastro (DINAGECA)
- Direcção Nacional de Habitação (DNH)
- Direcção Nacional de Economia e Comercialização Agrária (DINECA)
- Serviços de Estatística
- Universidade Eduardo Mondlane (UEM) Faculdade de Letras
- Direcção Nacional de Organização Estatal (DNOE)
- Gabinete Central de Recenseamento

4.2 - As funções da Comissão de Apoio Cartográfico, deverão ser:

- Estudar os problemas de cartografia, propor as respectivas soluções e definir as tarefas e meios para as implementar, tudo em colaboração com o Gabinete Central de Recenseamento;
- Coordenar a recolha de documentação cartográfica;
- Coordenar a formação técnica (estágio) dos elementos das 13 brigadas de cartografia e proceder a constituição destas;
- Coordenar todo o trabalho cartográfico.

5. - Outros aspectos

Dado que os trabalhos terão que se iniciar a muito curto prazo, neste campo coloca-se com particular acuidade o problema de enquadramento a nível central e a nível provincial das brigadas cartográficas. Neste sentido é de se considerar a possibilidade de avanço de estruturas de carácter provisório que apoiem este trabalho assim como a sua dotação de meios financeiros e materiais necessários ao seu trabalho.

• ***Instrumentos de Notação***

1. - Identificar as informações que devem ser recolhidas para se poder atingir os objectivos do Recenseamento que são: fundamentar uma análise de classes da sociedade moçambicana e uma planificação a médio e longo prazo.

- 1.1 - Esta identificação é essencial para se definir o conteúdo do toda a actividade subsequente.
- 1.2 - Estudaram-se as informações requeridas, tendo-se feito notar que a sua recolha oferece por vezes dificuldades que não foram ultrapassadas, em termos de definição dos conceitos, formulação das perguntas e da confiança a ter nas respostas.
- 1.3 - Deparou-se com conhecimento insuficiente das experiências na recolha de informações por diversas estruturas, sendo necessário recolher e estudar essas experiências nas tarefas de aprofundamento que se seguirão.

2. - A informação requerida pode ser sistematizada da seguinte forma:

1. - Dimensão da População

2. - Distribuição territorial

2.1 - Aglomerado populacional

3. - Estrutura familiar

3.1 - Dimensão da família

3.2 - Idade

3.3 - Sexo

3.4 - Estado Civil

4. - Grau de escolaridade (Alfabetização e Educação de Adultos)

5. - Dinâmica da População

5.1 - Migração

5.2 - Natalidade

5.3 - Mortalidade por idades e em especial a mortalidade infantil

6. - Actividade económica

6.1 - Situação actual no trabalho

6.2 - Ramos de actividade

6.3 - Condição e posição na actividade económica

6.4 - Estatuto do local onde trabalha

6.5 - Profissão que exerce e outras profissões que pode exercer

7. - Receitas e despesas do agregado familiar

7.1 - Fontes de rendimentos

7.2 - Orçamento familiar

8. - Habitação e infraestruturas

8.1 - Condição de habitação

8.2 - Cobertura da população pela rede escolar

8.3 - Cobertura pela rede de abastecimento e avaliação das necessidades das populações

8.4 - Meios de transportes

8.5 - Actividades culturais

9. - Outros aspectos

9.1 - Nacionalidade

9.2 - Língua materna e língua que fala

9.3 - Meios de informação utilizados (rádio, imprensa - incluindo o jornal do Povo)

9.4 - Religião

3. - Em relação aos pontos apresentados, salientam-se (alguns) dos seguintes comentários:

3.1 - *Aglomerado*

Foi discutida a classificação da região em urbana e rural. Os critérios apontados foram os da existência de infraestruturas de urbanização, por um lado e o do estado de aglomeração ou dispersão por outro.

Conclui-se que nas condições actuais da República Popular de Moçambique, apenas o conceito de estado de aglomeração teria interesse para efeitos de planificação do desenvolvimento.

3.2 - *Agregado familiar*

Sobre a definição do agregado familiar, a opinião foi de que se deveria definir como unidade económica. Contudo, é necessário, aprofundar esta questão, atendendo às relações de parentesco tradicionais, por um lado e a dependência económica por outro. A definição do chefe da família deve competir à própria família.

3.2.1 - O preenchimento das informações sobre os ausentes, em especial quando se trata do chefe de família, pode originar problemas de duplicação, cuja resolução é delicada, sendo necessário estudá-lo melhor.

3.3 - *Idade*

Foi colocado o problema de como determinar a idade das pessoas.

A inexistência de registos ocasiona que as pessoas tenham por vezes duas idades, ou indiquem uma idade obviamente errada, indicada por conveniência para utilização de serviços escolares e outros.

As experiências em outros recenseamentos no campo da Educação e da Saúde, aconselham a utilização de grupos de idade, em virtude do erro de avaliação da idade de cada indivíduo

Considerou-se contudo que, sendo o conjunto da família inquirida simultaneamente, será possível diminuir muitos erros, determinando as idades por ordem crescente. Além disso é possível utilizar como datas de referência,

datas de acontecimentos históricos, calamidades naturais, e quaisquer outros acontecimentos que tenham tido grande repercussão na zona e estes acontecimentos tem de ser definidos em cada local.

3.4 - Grau de Alfabetização

Em relação a alfabetização, foi sublinhada a necessidade de definir este conceito nas nossas condições: em particular deve incluir quem lê e escreve, ou apenas quem lê.

3.5 - Questões profissionais

dos A planificação do trabalho necessita do conhecimento ou grau de ocupação trabalhadores (emprego em tempo inteiro, parcial, sazonal e desempregado) assim como o conhecimento de outras profissões que os trabalhadores possam executar e sem grau de experiência

3.6 - Composição de classes

Sobre a composição de classes coloca-se a necessidade de formular a questão em termos da posição de inquirido no processo produtivo, perante a propriedade dos meios de produção. Interessa porém que se possam deduzir as diversas camadas sociais existentes, sendo necessário para isso detalhar as perguntas, como por exemplo, quantos assalariados trabalham na sua dependência.

Aqui será importante definir a situação de casos como os empregados domésticos.

3.7 - Padrões de Consumo e Orçamento Familiar

de A planificação a longo prazo deverá ter em consideração no estabelecimento metas que concretizem os objectivos estabelecidos pelo Partido, não apenas a dimensão da população mas, também os diferentes padrões de consumo essenciais, em diferentes regiões do País.

Neste sentido poder-se-á utilizar a organização do recenseamento para efectuar, inquéritos gerais detalhados por amostragem.

O mesmo processo poderá ser seguido para obter informações sobre fontes de rendimento, receitas e despesas ao nível do agregado familiar.

3.8 - Religião

Em relação à religião, a reunião pensa que é um dado muito importante de conhecer quer para a estudo das condições de luta de classes, quer por poder condicionar hábitos de consumo. A obtenção desta informação, contudo pode causar sérios problemas políticos além de afectar a resposta às outras perguntas. A inclusão ou não desta pergunta contudo exige um estudo das

possíveis formas de obter a resposta além de orientações do Partido sobre o assunto.

4. - Para o aprofundamento destas questões, considerou-se que é fundamental formar a Comissão de Apoio para Instrumento de Notação, que deverá contar com a participação das seguintes estruturas:

- Secretariado do Comité Central - Departamento da Política Económica;
- Secretariado do Comité Central - Departamento do Trabalho Ideológico;
- Comissão Nacional das Aldeias Comunaes;
- Direcção Nacional do Trabalho;
- Direcção Nacional de Planificação;
- Ministério de Educação e Cultura:
 - Direcção Nacional de Alfabetização
 - Universidade Eduardo Mondlane:
 - Centro de Estudos Africanos
 - Faculdade de Economia
 - Faculdade de Matemática
- Ministério da Agricultura
- Ministério da Informação
- Governo da Província de Maputo
- Conselho Executivo da Cidade de Maputo.

• ***Informação e Mobilização***

1. - Organização da Campanha de Mobilização para o Recenseamento.

- 1.1 - O carácter popular e político do recenseamento da população em 1980 aponta como vital a mobilização popular.

Todo o trabalho de organização e orientação da Mobilização compete e é dirigido pelo Partido.

- 1.2 - A mobilização será feita na base da explicação popular do significado, conteúdo e objectivos do recenseamento.
A mobilização deve esclarecer porque consideramos o recenseamento uma ofensiva política de classe. ele permitirá consolidar o poder popular, a Direcção operário-camponesa. permitirá saber quantos operários,

camponeses e trabalhadores temos.

Ao conhecermos quantos somos, estaremos em condições de prever quanta comida, roupa e calçado precisamos produzir; quantas escolas, hospitais e casas precisamos construir.

A mobilização deve esclarecer a confidencialidade das respostas que as pessoas derem, a garantia de nenhuma má consequência pode advir para o cidadão por qualquer resposta que der. Em suma, a mobilização deve transformar o dever de todo o cidadão em prestar informações completas e correctas, em sua necessidade individual enquanto cidadão da República Popular de Moçambique.

A Comissão de Apoio a Mobilização e Informação deve estudar o desenvolvimento destas questões, de forma à elaboração de “Instrumentos de Mobilização”.

O Gabinete Central de Recenseamento em colaboração com o Instituto Nacional do Livro e do Disco deve estudar a forma da edição dum manual contendo orientações para a mobilização.

Estas orientações devem ser simples e claras. Não devem perder a perspectiva de mobilização. Assim, o recurso ao exemplo deve ser uma constante. Os exemplos a incluir devem ser suficientemente numerosos de forma a permitir que as brigadas de mobilização aí possam encontrar sempre exemplos adaptáveis à região em que vão trabalhar. Deve conter exemplos concretos de perguntas e respostas, argumentos, etc.

1.3 - A mobilização implica a preparação e constituição de brigadas de mobilização.

Os elementos que comporão as brigadas devem ter uma base política suficiente e um alto sentido de responsabilidade.

As brigadas devem ser constituídas por elementos de outros locais e do local onde estão a actuar.

Neste sentido, a participação de elementos de estruturas fora do partido pode ser útil. A participação das estruturas da Saúde e Educação constitui um factor importante.

Um Agente Polivalente elementar da Saúde (A.P.E.), um professor, ou mesmo um alfabetizador daquela região ou outra região pode fazer parte da brigada na região.

Todos os APE's e professores podem ser mobilizadores desde que recebam formação respectiva e orientações de como as transmitir.

Igualmente os alfabetizadores podem utilizar o tema de recenseamento para estudo dos alfabetizandos, adaptando-o ao seu nível.

1.4 - As brigadas de mobilização devem estar em condições de comunicar na língua local. Quando for indispensável o uso de intérpretes, estes devem receber a formação de mobilização.

1.5 - A Campanha Nacional das brigadas de mobilização deve ter lugar na altura do recenseamento da população em 1980.

Contudo, o recenseamento de ensaio em 1979 deve ser suficientemente utilizado.

Assim, ao nível do distrito escolhido deve ser testado todo o esquema de mobilização, permitindo assim melhorar a sua actuação.

Esta experiência deve ser analisada e vir a constituir parte do programa de formação dos mobilizadores para as brigadas de 1980

2. - Papel da Informação na Mobilização para o recenseamento

2.1 - A informação (rádio, jornais, revistas, etc.) atinge uma minoria do nosso povo. Isto deve-se a motivos vários tais como: analfabetismo, dificuldades materiais várias, poucas pessoas tem rádios, etc.

Isto não significa que não demos uma grande importância ao seu papel, Para além da população que abrange, ela é ainda um instrumento para a formação dos quadros que irão realizar as suas tarefas de mobilização.

2.1.1 - Rádio

Poucas pessoas tem rádios e em certas províncias a população é atraída por emissoras estrangeiras (por hábito de ouvir emissoras da Tanzânia e Malawi, por a emissora nacional ou regional não se ouvir em boas condições, etc.).

Deve-se aproveitar a experiência dos programas de alfabetização, que são dos mais populares. Um dos elementos mais atractivos nesse programa são as entrevistas.

Deve-se divulgar textos de apoio e explicativos, com um duplo aspecto informativo e formativo.

A rádio deve, em colaboração com as estruturas do Ministério de Educação e Cultura a nível nacional e local, mobilizar para a criação e difusão de canções alusivas ao recenseamento.

2.1.2 - Cartaz

Os cartazes do recenseamento devem:

- Ter desenhos simples e comunicativos;
- Explicar a campanha em tipo de banda desenhada, utilizando a experiência do tempo da luta armada;
- Além do português, conter a língua localmente mais falada;
- Serem afixados nos lugares de maior afluência;
- Não serem afixados isoladamente, mas colocar no mesmo sítio um conjunto de cartazes iguais;
- Destacados de outros anteriormente afixados;
- Chegar a tempo de forma a serem oportunos.

2.1.3 - Cinema

Deve-se fazer um pequeno filme do recenseamento de ensaio e divulgá-lo como forma de mobilização à semelhança do que se fez aquando das eleições e do festival de dança popular.

Para além desse filme, o cinema móvel deve ser utilizado sempre que possível nas sessões de mobilização.

2.1.4 - Voz da Revolução, 25 de Setembro, Jornal do Povo e Voz da Frelimo.

Estes órgãos do Partido e da Defesa devem participar activamente nas ofensivas de informação.

2.1.5 - Órgãos de imprensa

O Tempo, Notícias, Notícias da Beira, devem fazer cobertura da Campanha e divulgar textos de apoio, explicativos e mobilizadores de acordo com plano da Comissão de Apoio à Mobilização e Informação.

3. - Composição da Comissão de Apoio à Mobilização e Informação:

- Secretariado do C.C. - Departamento do Trabalho Ideológico;
- Ministério da Informação;
- Ministério de Estado na Presidência, pela utilização dos Grupos de Estudo da Política Estatal;
- Secretariado Nacional da O.M.M.;
- Secretariado Nacional da O.J.M.;
- Secretariado Nacional da O.N.J.;
- Secretariado Nacional dos Conselhos de Produção, pela sua capacidade de mobilização nas unidades de produção;
- Gabinete Central de Recenseamento;
- Ministério de Educação e Cultura, pela utilização de alfabetizadores, escolas primárias e secundárias e direcções da cultura.

No final desta reunião preparatória, conclui-se de que tanto através das discussões havidas nas sessões plenárias como dos debates nos grupos de trabalho, constatou-se que as contribuições feitas, enriqueceram substancialmente os documentos de base

apresentados e criou-se um sentido mais profundo do significado e da importância do Recenseamento Geral da População em 1980.

Após a conclusão da reunião preparatória cada um dos grupos constituídos debruçou-se no estudo e aprofundamento dos trabalhos da respectiva comissão.

Uma das medidas importantes tomadas na reunião preparatória, foi a realização de um recenseamento de ensaio em Agosto de 1979 com os seguintes objectivos.

- Formação do pessoal, especialmente formação na prática dos responsáveis ao nível central e provincial;
- Revisão do boletim de recenseamento;
- Revisão da organização do trabalho de campo;
- Ensaio dos trabalhos de codificação e programas de processamento de dados;
- Revisão do orçamento;

A Comissão de Instrumentos de Notação coube a responsabilidade da elaboração do boletim de recenseamento e respectivas instruções do seu preenchimento.

Nã foi fácil a elaboração do boletim de recenseamento dada a inexperiência, divergência de opiniões, falta de noção se determinadas perguntas deviam ou não ser incluídas no boletim.

Para rentabilizar a discussão, dada a diversidade de opiniões decidiu-se pela constituição pequenas sub-comissões para trabalharem um conjunto de determinadas perguntas as sub-comissões criadas foram as seguintes:

- Sub-comissão de actividades económicas;
- Sub-comissão da actividade económica e familiar;
- Sub-comissão de conceitos;
- Sub-comissão de nomenclatura;
- Sub-comissão de intrução do manual;
- Sub-comissão de tabulações.

Foram longas as sessões realizadas para se chegar a um consenso para o boletim que pudesse servir de ensaio e a partir dos resultados do teste elaborar-se o boletim de recenseamento definitivo.

3 - PORQUÊ O ENSAIO EM VILANCULOS

A escolha do distrito de Vilanculos para o ensaio derivou essencialmente das suas características demográficas: população igual a cerca de 1% da população total do país, densidade demográfica igua à média do país, zonas de grande dispersão e relativa concentração da população e relativo afastamento de zonas urbanas, em particular da cidade de Maputo.

Preparativos do Recenseamento de Ensaio em Vilanculos

Como trabalho preparatório para o recenseamento de ensaio, foi constituída uma delegação que se deslocou a Província de Inhambane para os primeiros contactos com as estruturas locais.

O primeiro contacto foi com Sua Exa.o Governador tendo estado presentes neste encontro, o Director Provincial de Apoio e Controlo, Administrador do Distrito de Vilanculos e os futuros elementos do Gabinete Provincial de recenseamento.

Neste encontro foi focado o objectivo da visita a esta Província e o trabalho em vista no Distrito de Vilanculos tendo-se explicado os motivos da escolha deste distrito, nomeadamente, o número de habitantes, grau de concentração populacional, infraestruturas existentes etc. aos quais o Governador concordou e deu o seu consentimento, tendo feito as seguintes considerações:

- Quanto a necessidade da nomeação de dois elementos para o Gabinete Provincial de Recenseamento, o Governador designou os elementos para participarem na formação a ter lugar em Maputo:
- Quanto aos recursos materiais informou de que o Hotel de Vilanculos tinha a capacidade de alojamento suficiente para as necessidades do recenseamento de ensaio.
Quanto ao problema de transportes focou, que dada a falta de transportes ao nível da Província e do Distrito, era necessário apoio central.
Dada a falta de alimentação e água em algumas zonas do Distrito devia-se ter em conta estes aspectos na preparação dos trabalhos.
- Quanto aos participantes no recenseamento de ensaio achou que deviam ainda participar elementos de todos os distritos da Província com vista a adquirirem experiência.

Quanto ao funcionamento das estruturas ao nível provincial concluiu-se que para efeitos do recenseamento de ensaio deveria ser criado temporariamente o Gabinete Provincial de Recenseamento, que funcionaria no Distrito de Vilanculos. Quanto ao Conselho Coordenador verificou-se que não haveria necessidade da sua criação para o ensaio, sendo contudo necessária a mobilização de todas as estruturas para o ensaio.

Quanto ao trabalho dos agentes recenseadores assentou-se que deveria ser encarado como trabalho voluntário, sendo de prever as despesas de alimentação e alojamento no caso de brigadas a deslocarem-se fora da sua área de residência.

Foi focado nesta reunião que os órgãos responsáveis pelo recenseamento de ensaio devem ser os órgãos locais, em particular a Administração do Distrito, embora acompanhado de perto por elementos do Gabinete Provincial e do Gabinete Central do Recenseamento.

Reunião no Distrito de Vilanculos

Nesta reunião foi feita uma exposição detalhada do que será o recenseamento da população em 1980 seus objectivos e seu objectivo de classe. foi explicado a

necessidade de se fazer um recenseamento de ensaio e porque é que se tinha escolhido o mês de Agosto e o Distrito de Vilanculos para este efeito.

Na discussão e troca de impressões sobre problemas concretas da organização do recenseamento de ensaio ressaltaram os seguintes pontos:

Quanto a divisão administrativa o Distrito tem 6 localidades, 36 círculos e 110 células, com uma população total de acordo com o informação do Administrador, 190 000 habitantes, com uma área de 10 882 km².

Partindo do princípio de que seriam precisas aproximadamente 250 agentes recenseadores, fez-se um pequeno inventário dos elementos com que seriam precisas no distrito. Deste inventário constatou-se a existência de 158 professores primários, 10 professores secundários, 40 agentes sanitários, 6 monitores agrícolas, 106 monitores de alfabetização, 27 elementos das forças militares e policiais e alunos das 78 escolas primárias e 1 escola secundária e outros quadros disponíveis.

A população em algumas localidades encontra-se dispersa, tendo-se concluído que será necessário em certas células concentrar a população para realizar o recenseamento. Conclui-se que em certas áreas o método de ir a cada casa é viável.

A disponibilidade de transporte do estado no distrito de Vilanculos é praticamente nula. Há que estudar-se a hipótese de mobilizar ou alugar transportes particulares, tendo ficado assente que se deverão também utilizar bilcicletas e mesmo andar a pé.

Ter em conta a questão da alimentação e da falta de água.

Verificou-se que o nível de mobilização é elevado e importa intensificar este trabalho dirigido ao recenseamento.

Após esta visita de trabalho o sentimento foi de que se pode fazer o recenseamento de ensaio em Agosto no distrito de Vilanculos, embora haja a dificuldades materiais e de tempo.

Existem em Vilanculos quadros suficientes com capacidades para trabalharem como agentes de recenseamento e encontram-se distribuídos pelos círculos e células sem um grande grau de concentração na sede do distrito e este facto permite que se utilizem as forças locais em cada célula o que traz vantagens em diferentes campos:

- Não é preciso organizarem-se muitas brigadas com deslocações;
- Poupa transportes;
- O agente vive diariamente com a população onde vai recensear;
- Conhece o território.

Quanto a forma de organizar o recenseamento na generalidade utilizar-se-á o método de ir a cada casa, sendo em algumas regiões necessário concentrar a população.

4 - FORMAÇÃO DOS QUADROS A NÍVEL CENTRAL E PROVINCIAL

Uma das decisões tomadas na reunião preparatória foi a realização do recenseamento de ensaio em Agosto e a formação dos quadros a nível nacional e provincial que iriam levar a cabo a realização o primeiro recenseamento em 1980.

Das Direcções Provinciais de Apoio e Controle foram destacados dois elementos para participarem nesta formação e da Direcção Nacional de Estatística participaram todos os elementos do Departamento de Demografia.

Foi uma formação muito intensiva dado o curto espaço de tempo que separava até a realização do recenseamento de ensaio no entanto, todos se esforçaram pois estavam consientes da tarefa que iriam realizar.

Alguns extractos da palestra sobre o recenseamento na formação dos quadros provinciais e central que serviu de base para a formação.

A palestra sobre o recenseamento visa essencialmente que todos fiquemos com uma ideia, clara, do que é o recenseamento da população, quais são as tarefas que se vão pôr no trabalho do recenseamento da população desde hoje, não só desde hoje mas, desde a altura que começamos a preparar até ao fim do recenseamento e inserem-se na preparação dos camaradas que vão trabalhar no recenseamento de ensaio. Portanto o recenseamento da população de 1980, porque é necessário fazê-lo?. Nós podemos essencialmente situar os motivos em dois campos:

* - A actual fase de desenvolvimento da população em Moçambique, a da construção da Democracia Popular implica por parte do Partido e do Estado um conhecimento da composição de classes na República Popular de Moçambique. O que é isso do conhecimento de classe? É necessário para construir o socialismo, porque o socialismo é construído pela classe operária camponesa e os seus aliados o campesinato, é necessário que o Partido e o Estado conheçam quantos operários e camponeses existem.

É necessário que o Partido e o Estado conheçam quantos funcionários, intelectuais, portanto é necessário que exista um conhecimento das classes na República de Popular de Moçambique.

* - Por outro lado construir o socialismo, é satisfazer as necessidades da população o que implica que o Estado utilize o seu instrumento principal que é o Plano.

Portanto socialismo implica planificação, então para planificarmos a satisfação das necessidades elementares da população é necessário que nós conheçamos as

características da nossa população é necessário que nós conheçamos não só quantos somos mas, onde é vivemos, que idade temos, quantos homens e mulheres somos, que nível de instrução temos etc..

Portanto a necessidade por parte do Partido e do Estado, o conhecimento da população com vista a uma análise de classes da sociedade com a finalidade de permitir o desenvolvimento da planificação económica, levou o III Congresso do Partido Frelimo a determinar como tarefa para o Estado a preparação, execução e análise do recenseamento da população no ano de 1980...

A importância política do recenseamento de facto não só tem uma grande importância política como é de facto uma tarefa politicamente importante.

O que é que caracteriza o recenseamento?

Nós podemos dizer que um recenseamento caracteriza-se essencialmente sempre pelos objectivos que visa atingir e pelos métodos que utiliza para atingir esses mesmos objectivos que se pode dizer que um recenseamento é um instrumento da classe que está no poder...

Os objectivos do recenseamento em 1980 podemos dividi-los em 4 principais objectivos:

- * - Permite o conhecimento da composição de classes na RPM pois o recenseamento ao fornecer dados sobre onde é que vivem as pessoas, quantas são, qual é a sua profissão e actividade, permitem que possamos calcular quantos operários, camponeses, intelectuais, funcionários, cooperativistas é que temos... permite saber portanto uma série de características populacionais referentes a cada uma das classes sociais portanto podemos dizer que permite uma análise da sociedade;
- * - Permite fornecer uma base de informação segura que possibilita a planificação a médio e longo prazo;
- * - Permite a oportunidade de melhor se organizar futuros inquéritos estatísticos;
- * - Permite organizar e apoiar melhor outras tarefas importantes de outros Ministérios.

Outro dos pontos que caracterizam o recenseamento e que portanto define como um instrumento de classe é a forma como é organizado o recenseamento, a maneira como se mobilizam as pessoas, como se informa e como se organizam os agentes recenseadores.

Na organização do recenseamento é importante ter uma ideia já do volume de pessoas que vai abranger alguns dos aspectos políticos do recenseamento pois vai-se dividir em 3 níveis da organização:

- *Ao nível Nacional;*
- *Ao nível Provincial;*
- *Ao nível Distrital.*

Ao nível Nacional e de acordo com a lei do recenseamento recentemente aprovada pela Comissão Permanente da Assembleia Popular, onde se estabelece o tipo de organização deve ser criada para organizar o recenseamento ao nível nação, o Conselho Coordenador de Recenseamento cuja tarefa essencial é essencialmente mobilizar todas as estruturas para a participação no recenseamento...

Como órgão executivo a nível nacional do recenseamento a funcionar na Comissão Nacional do Plano, que por lei é responsável pela organização, preparação e execução existe o Gabinete Central de Recenseamento que tem como tarefa a preparação de toda a execução do recenseamento. Funcionam igualmente ao nível do Conselho Coordenador do Recenseamento comissões de trabalho...

Ao nível Provincial serão criados igualmente o Conselho Coordenador Provincial e o Gabinete Provincial do Recenseamento.

O Conselho Coordenador Provincial tem essencialmente as mesmas funções que o Conselho Coordenador de Recenseamento mas, ao nível da sua Província, portanto mobilizar...e como seu órgão executivo o Gabinete Provincial do Recenseamento cuja tarefa é essencialmente preparar e organizar...

Ao nível Distrital serão criados igualmente o Conselho Coordenador Distrital e o Gabinete Distrital de Recenseamento, com tarefas a executar ao nível do Distrito.

Portanto são estes 3 níveis que se criarão nas diferentes estruturas do recenseamento.

A experiência que nós queremos prestar no Distrito de Vilanculos no recenseamento de ensaio, inclui um trabalho que nos parece ser mais viável no que diz respeito a organização do recenseamento. Ao nível do Distrito pensamos que se deve tomar como base do recenseamento, isto é a área mais pequena do recenseamento *a célula*.

Pensamos que normalmente 3 a 4 agentes serão suficientes para fazerem o recenseamento da célula. Pensamos que este grupo de agentes recenseadores deve ter aquilo a que chamamos um controlador isto é, uma pessoa que no fim do dia analisa o trabalho que fizeram os agentes recenseadores.

Agora o problema que se põe é o da formação desses agentes recenseadores. Nós calculamos que para o recenseamento da população a iniciar-se em 1980, portanto ao nível da população de todo o País, vão ser necessários aproximadamente 25 000 agentes recenseadores e o número correspondente de controladores.

Ao nível do recenseamento de ensaio que vamos fazer no Distrito de Vilanculos a iniciar em 1 de Agosto de 1979, pensamos que serão necessários somente dada a população de Vilanculos que, deve ter uma população aproximada de 130 000 pessoas, pensamos que bastará uns 250 agentes recenseadores.

Agora um dos pontos principais da organização do recenseamento é a formação destes 250 agentes de recenseamento para o ensaio e, a partir deste trabalho pensar na formação dos 25 mil para o recenseamento em 1980.

A formação dos agentes de recenseamento, aliás como a organização de todo o recenseamento é tarefa do distrito.

Portanto cada distrito será o responsável pela organização do recenseamento e, pode-se dizer que será a estrutura mais importante de todo o recenseamento, para isso é necessário que a província organize todos os distritos e que os apoie.

Para que o Distrito consiga formar esses elementos concretamente agora no recenseamento de ensaio e depois no recenseamento geral, nós pensamos que será necessário que os agentes sejam formados ao nível da localidade, isto é, concentrar todos os agentes na sede do distrito para a fazer a formação é um trabalho demorado e difícil.

Será necessário concentrar-se ao nível da localidade e que haja um elemento que forme os agentes da respectiva localidades. Isto em termos de trabalho no distrito significa que devemos ao nível de cada distrito, formar pelo menos uma pessoa por localidade e que será responsável pela formação.

Isto não significa a criação de uma estrutura ou um gabinete ao nível da localidade. O Gabinete Distrital e Conselho Distrital serão as estruturas de base, significa que é necessário o mínimo de organização.

Um dos pontos e muito importante que estavam a ver ao nível de todo o trabalho sobre o recenseamento, é a formação de quadros.

A formação de quadros tendo em atenção o último objectivo é de formar com capacidades suficientes para realizar o recenseamento, 25000 agentess recenseadores, implica a que haja uma formação ao nível distrital, provincial e a nível central.

Este curso que hoje iniciamos, é o primeiro curso dos quadros provinciais que serão os futuros responsáveis dos Gabinetes Provinciais e do Gabinete Central do Recenseamento que terão como tarefa a formação nas províncias os quadros do Gabinete Distrital nos diferentes distritos e estes a formação dos elementos das localidades. Estamos a ver que um dos pontos principais da nossa organização é essencialmente organizarmos a formação de quadros.

Outro ponto muito importante que se põe ao nível da organização do recenseamento é que a célula enquanto estrutura do Partido, enquanto divisão ao nível do Partido é de facto a área que permite realizar o recenseamento, seria impossível de facto tomar como base o recenseamento a nível da localidade que é demasiado grande para se organizarem todas as pessoas numa localidade.

Outro ponto também importante na organização dos agentes nas áreas do recenseamento nas células é que facilita bastante todo o trabalho que iremos prestar em Vilanculos é a questão de encontrarmos na própria célula pessoas que vão

trabalhar como agentes recenseadores um professor, um agente sanitário, um monitor de alfabetização portanto encontrar lá as pessoas residentes na própria célula.

Estas são as vantagens porque poupa bastante a questão dos transportes pois, não há necessidade de deslocar brigadas duma região para outra, vantagens em termos da organização do alojamento e do abastecimento, por outro lado facilita bastante o trabalho do agente uma vez que vive nessa região.

Portanto um dos pontos a ter em conta na organização do recenseamento, na organização dos agentes e na selecção desses é precisamente tentar sempre que possível seleccionar os agentes na respectiva área em que se está a fazer o recenseamento.

Outro ponto importante a ter em conta também é na forma de como organizar o recenseamento, e a melhor forma pensamos nós de realizar o recenseamento é de visitar a família, o agregado familiar, visitar a casa onde o agregado familiar vive. Pensamos que essa seria a forma óptima de realizar o recenseamento, contudo há zonas em Moçambique e no distrito de Vilanculos onde existem regiões onde nós podemos ver que a população vive demasiado dispersa e portanto ir a casa de cada uma das pessoas não é viável, portanto seria um método bastante longo.

Então é necessário aí pensarmos que a solução pode ser marcar previamente a data e o local de concentração nas respectivas células e dividir os agentes recenseadores.

Portanto é uma solução que temos que deitar a mão como solução alternativa, isto é, sempre que possível devemos ir a casa das pessoas.

Um ponto também importante ao falarmos aqui, é porque é que escolhemos o mês de Agosto? porque é que o recenseamento de ensaio vai começar em 1 de agosto de 1979? e o recenseamento geral da população vai começar em 1 de Agosto de 1980?

É que o mês de Agosto na maior parte das regiões do País é um mês onde o estado das chuvas permite a circulação, por outro lado, é o mês de férias escolares e deste modo podemos contar com a colaboração dos professores e estudantes no trabalho como agentes recenseadores.

Outro ponto bastante importante e que foi falado é a questão da lei de recenseamento que já foi aprovada em 18 de Maio pela Comissão Permanente da Assembleia Popular e ractificada pela V Sessão da Assembleia Popular.

A lei do recenseamento também prevê também a obrigatoriedade de todos os cidadãos nacionais e estrangeiros respondam com verdade as perguntas que forem feitas no recenseamento e prevê também que caso seja desrespeitado esse princípio as pessoas serão submetidas a lei em vigor.

É importante que o Estado garanta o segredo dos dados fornecidos. O que é que isto quer dizer? que as pessoas ao responderem no recenseamento, os dados que fornecem não são dados para serem publicados pessoalmente, por exemplo, publicar os dados que são do Carlos, do António... portanto não é para se publicarem dados pessoais é

necessário que os dados estejam submetidos a segredo só podem ser publicados somente em forma estatística.

A lei também garante o sigilo pelas informações pelas populações aos agentes do recenseamento, obriga aos agentes a manterem sigilo e prevê também que sejam submetidos a lei em vigor caso desrespeitem esse sigilo.

Outro ponto importante também necessário falarmos na organização já de todo o processo de recenseamento é a questão de quando é que vamos publicar os dados?.

Todas as estruturas querem dados sobre a população e nós temos que conseguir fornecer o mais depressa possível às diferentes estruturas dados sobre a população.

O facto de inquerirmos cerca de 11.120 milhões de pessoas, leva a que todo o trabalho de agregar os dados tenham que ser feitos pelo computador. Portanto todos nós vamos ter respostas de 11.120 milhões de pessoas e vamos receber diferentes respostas existentes no boletim com aproximadamente 31 perguntas e algumas perguntas tem várias hipóteses de resposta.

O tratamento de dados no computador é rápido, mas a preparação dos dados é um processo bastante longo depois temos o período propriamente do tratamento dos dados no próprio computador e depois temos período todo de análise e elaboração da própria informação que sai do computador.

Nós pensamos que leva a que terminado o recenseamento em fins de Agosto de 1980, só nos fins de 1982, portanto 2 anos após será possível entregar os dados finais do recenseamento ao Partido e Estado.

Isso obriga a que nós tenhamos que encontrar uma solução para fornecer os dados às diferentes estruturas mais cedo. Então nós pensamos que a solução é fornecer poucos dados. Então nós pensamos que ao nível de cada distrito deve ser feito, já um apanhado da população e enviá-lo à Província esta depois de ter a informação de todos os distritos enviará ao Gabinete Central do Recenseamento e aí um apanhado de todas as Províncias e deste modo os dados da Nação.

Talvez também tenha interesse dizer um pouco que nós pensamos o que envolve recenseamento. Um orçamento provisório que foi feito, indicava que aproximadamente se iam gastar nestes 4 anos 1979 a 1982, 370 mil contos. Desta importância 150 mil contos são despesas para garantir despesas necessárias a efectuar com alojamento, alimentação no caso de deslocação de pessoas para fora da zona onde vivem quanto aos agentes de recenseamento nós pensamos *que deve ser essencialmente um trabalho voluntário*.

Portanto estes eram alguns pontos à cerca da organização do recenseamento que pretendia falar.

Um dos problemas que também já foi falado demasiado é a questão dos quadros. Há necessidade de arranjarmos os quadros este é um ponto muito importante e é um problema que pode surgir de facto durante o recenseamento.

É nosso problema formarmos correctamente os agentes do recenseamento porque são eles que vão fazer o diálogo com as populações e se estão mal formados o resultado que vai ter a informação será errada e já vai ser bastante difícil emendar. Portanto vamos informar mal a população.

Outro ponto importante é necessário garantir que toda a população seja coberta pelo recenseamento e que não haja duplicações.

Portanto nós temos ideia de que será necessário distribuir a cada pessoa depois de recenseada um cartão de recenseamento portanto a pessoa não se deve recensear de novo.

Depois do recenseamento vai se fazer aquilo que podemos chamar controle de cobertura, isto é, um trabalho parecido com o que se fez nas vacinações que permita detectar as pessoas que ainda não tem cartão de recenseamento e que portanto não foram recenseadas para as dirigir ao local do recenseamento para serem recenseadas.

Outro ponto que se põe no recenseamento, é o tempo de preparação. O recenseamento começou a ser preparado em Janeiro de 1979 portanto com 20 meses de antecedência portanto é muito pouco tempo para preparar o recenseamento. Por exemplo um caso concreto vamos começar o recenseamento de ensaio em 1 de Agosto e os camaradas estão a começar a serem preparados hoje. Estão a ser preparados praticamente 32 dias antes. É um trabalho que tem de ser feito muito rapidamente, às vezes com alguns inconvenientes. Isso obriga essencialmente que a nossa dedicação ao trabalho, tenha que aumentar ainda mais para compensar o factor de falta de tempo.

Quanto a problemas práticos há muitos que podem surgir no diálogo com as populações e se não houver trabalho e a definição clara do que é que significam as palavras e a questão por exemplo de família? O que é que significa a família, cada agente tem a sua ideia, nós aqui se fossemos perguntar o que é a família, apareceria, de certeza respostas diferentes.

Como sabemos no boletim do recenseamento, onde estão todas as perguntas, é necessário que todas as perguntas se defina o que significam. Outro ponto também essencial há formas de perguntar, por exemplo questão da idade. Vai ser difícil o agente perguntar qual é a sua idade? Há muitas pessoas que não sabem a sua idade é necessário uma série de instrumentos de como determinar a idade.

Portanto isto são alguns pontos que precisamos de definir temos que dar instruções, para os agentes ficarem claros quando estes problemas surgirem no diálogo com as populações.

Outro ponto que também desejava focar, era a questão da necessidade de colher experiências. Porque o ponto é que de facto a nossa experiência em recenseamento é nula ou pelo menos da maior parte de nós, e pelo menos na organização do recenseamento é praticamente nula. Isso obriga de que temos que preparar o recenseamento sem nunca termos feito um recenseamento.

Portanto daí que é muito importante, colher todas as experiências das diferentes estruturas que tenham na organização do recenseamento. Foi com esse objectivo que se realizou a reunião preparatória em Março, foi uma reunião que contou com a participação de diferentes estruturas das Províncias, do Aparelho do Estado, do Partido, das Organizações de Massas e tinha como objectivo essencial, recolher todas as experiências das estruturas. É também com esse objectivo que existe um Conselho Coordenador do Recenseamento.

E o ponto principal que nós pensamos não é só de formação do pessoal mas, o recenseamento de ensaio que vamos fazer no distrito de Vilanculos. Primeiro vai permitir experimentar toda a nossa organização desde a Nação até ao distrito, vai permitir testar e experimentar o boletim de recenseamento se está bem feito, vai permitir ver se os conceitos estão bem definidos se as instruções estão claras, se há pontos acerca dos quais podia haver instruções e não houve, testar e experimentar toda a nossa organização.

De facto o ponto principal do curso que os camaradas iniciaram hoje e como sabem só terminará em Dezembro deste ano, o ponto principal de toda esta formação que nós vamos ter é a participação dos camaradas no recenseamento do ensaio.

Toda a experiência que colhermos neste ensaio, é um grande ensinamento de facto para o recenseamento de 1980.

Por outro lado os camaradas das Províncias quando regressarem às Províncias e conforme ficou previsto na reunião preparatória, devem igualmente organizar um recenseamento de ensaio ao nível duma localidade. Além da experiência geral que vamos ter todos no Distrito de Vilanculos, deve haver uma experiência particular, já em cada uma das Províncias numa localidade.

Portanto estes são os pontos que eu pensava que eram importantes falar aqui nesta abertura e deixei para o fim um ponto que é de facto um dos mais importantes do recenseamento que é a questão da mobilização e informação da população à cerca do recenseamento.

Portanto ao nível do recenseamento da população é igualmente muito importante que haja um esclarecimento a toda a população de quais são os objectivos do recenseamento da população em 1980, que se distinga claramente o recenseamento da população em 1980 e os recenseamentos coloniais realizados em Moçambique, para que as pessoas respondam as perguntas feitas com verdade.

Isso obriga necessariamente um grande trabalho de mobilização e informação, é um trabalho que cabe essencialmente ao Partido desde o nível da nação até a célula.

Ao longo deste curto espaço de tempo de formação, que separa o recenseamento de ensaio serão estudados e discutidos os vários aspectos relacionados com o recenseamento e a sua organização.

O Gabinete Central do Recenseamento como órgão executor das decisões emanadas pelo Conselho Coordenador do Recenseamento, e composto basicamente pelos

trabalhadores da Estatística e alguns representantes dos Ministérios, das muitas atribuições que tinha uma delas era a elaboração do boletim e instruções para os agentes recenseadores.

Como parte integrante da formação, os participantes do curso foram distribuídas tarefas para o estudo do boletim, instruções para os agentes recenseadores e manual de mobilização.

Após dias de intenso trabalho ficaram concluídas os instrumentos julgados capazes de testar no recenseamento de ensaio.

Na segunda quinzena do mês de Julho, todos os participantes do curso deslocar-se-ão a Província de Inhambane, Distrito de Vilanculos, onde se juntarão dois elementos de cada Distrito de Inhambane, quatro elementos do Ministério de Defesa e dois elementos da U.E.M. em actividades de férias.

5 - ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO RECENSEAMENTO DE ENSAIO

Ao nível do Distrito

No Distrito de Vilanculos foram criados na sua composição provisória, o Conselho Distrital do Recenseamento e o Gabinete Distrital do Recenseamento.

O Conselho Coordenador do Recenseamento, como estrutura coordenadora e mobilizadora de todas as estruturas para o recenseamento presidida pelo Administrador e composto pelos Presidentes das Assembleias de Localidade, membros do Comité Distrital e do Governo Distrital.

Competia a esta estrutura nomear o Gabinete Distrital de Recenseamento composto por 3 elementos e dirigido pelo Administrador do Distrito e ainda com a colaboração de 6 elementos indigitados para cada uma das localidades que compõem o Distrito. Cada uma destas localidades seria o Órgão Executivo da Localidade.

Após esta fase procedeu-se a formação dos elementos do Gabinete Distrital do Recenseamento e seus colaboradores, que lhes iria permitir desenvolver as tarefas que lhes competem no recenseamento de ensaio.

Esta formação foi ministrada por elementos do Gabinete Central de Recenseamento. e das Províncias e abrangia questões de organização, preenchimento do boletim e importância política do recenseamento.

Esta formação teve a duração de 4 dias seguida de um pequeno ensaio numa célula e finalizou com um seminário sobre os problemas surgidos que permitiu aprofundar a formação.

Após este período de formação, a brigada central que incluía 3 elementos do G.C.R., 1 da Província de Inhambane e 1 do Gabinete Distrital de Recenseamento, procedeu a organização das brigadas para cada uma das localidades.

A experiência já adquirida permitia concluir que o nível de organização inferior teria que ser a localidade, só aí era possível o conhecimento das condições concretas e só a esse nível era viável a formação de agentes.

Assim elaborou-se um “Manual de Localidade” que seria o guia das brigadas. Este manual incluía a lista de agentes previamente seleccionados pelo Distrito num total de 410 agentes e uma primeira estimativa da divisão política das localidades e sua população.

As 6 localidades que compunham o distrito de Vilanculos eram:

Localidade Sede
Localidade de Cometela
Localidade de Belane
Localidade de Mapinhane
Localidade de Maimelane
Localidade das Ilhas

A 25 de Julho as brigadas partiram para as localidades respectivas com um programa de trabalho já definido.

Ao nível da localidade

Assim foi a este nível que cada uma das brigadas incluindo elementos das diferentes estruturas citadas, numa média de sete elementos por brigada realizaram junto das estruturas locais o seu programa de trabalho. Convém mencionar de que na constituição das brigadas, procurou-se principalmente para os participantes provinciais não incluí-los na mesma brigada para colherem experiências diferentes.

Um ponto a realçar é o facto de o trabalho da mobilização já realizado pelo distrito ter sensibilizado as estruturas desde a localidade à zona para o recenseamento.

O trabalho iniciou-se por uma reunião de 2 dias com todas as estruturas da localidade, círculos, células e das zonas, que previamente se havia convocado para a localidade.

O trabalho aí desenvolvido com as estruturas locais consistiu essencialmente de:

- Conhecimento da divisão política da localidade em círculos, células e zonas. constatou-se que em quase todo o distrito as células estão divididas em zonas com um secretário da zona. A zona é em uma área em que vivem em média 40 famílias;
- Estimativa do número de famílias por zona tendo por base o número de casas aí existentes e obtenção da informação sobre o grau de concentração da população, tendo-se constatado a grande dispersão da população existente;
- Conhecimento das condições de terreno especialmente do ponto de vista de transporte. Verificou-se de que em muitas zonas não é possível o acesso nem de bicicleta, sendo somente possível andar a pé.

Este trabalho permitiu a cada uma das brigadas ter uma noção mais concreta de como organizar o recenseamento como por exemplo: o número de agentes necessários, tempo de duração e deste modo definir um programa de trabalho realista que foi comunicado as estruturas da localidade.

Enquanto decorria este trabalho com as estruturas locais, outra actividade ia-se desenvolvendo que era a formação dos recenseadores e controladores sendo estes seleccionados entre os que mais se destacavam durante a formação, orientado por elemento do distrito com apoio de um quadro provincial.

Esta formação teve a duração de quatro dias incluindo um ensaio, findo o qual discutiu-se do tipo de dificuldades encontradas, esclarecimento das situações apresentadas transmitidas orientações como solucionar algumas situações que pudessem ocorrer durante o trabalho e finalmente a constituição das brigadas para os diferentes círculos da localidade para a realização do recenseamento.

Para este trabalho tinha como ponto de contacto no círculo o agente controlador, tendo em algumas localidades sido destacado um elemento permanente da brigada para cada círculo.

Após a partida das brigadas para os círculos, a brigada da localidade acompanhou os trabalhos constantemente, tendo em vista solucionar os problemas de organização existentes e em particular controlar a qualidade do trabalho dos agentes.

De notar que na localidade das Ilhas, onde não foi realizado formação de agentes foi a própria brigada a fazer o trabalho e toda a organização foi mais simples.

No final do trabalho em cada localidade foi feita com as estruturas locais e a população o balanço do trabalho realizado, seus resultados e dificuldades encontradas.

Conclusões

Da análise da organização ao nível do distrito e localidade, pôde-se concluir que:

- O nível do Distrito é o decisivo para toda a organização. É a esse nível que será dirigido todo o trabalho de mobilização e do próprio recenseamento, é aí que se poderá fazer um primeiro balanço da situação do distrito e recursos humanos existentes.
- É ao nível do distrito que se formarão e destacarão elementos para organizar todas as localidades.
- A actual experiência não permitiu que se tivesse atingido o nível que possibilitaria ao Gabinete Distrital do Recenseamento dirigir o recenseamento devido ao curto prazo de sua formação. Esta tarefa foi cumprida pelo Gabinete Central do Recenseamento.

Para colmatar estas situações o recenseamento em 1980 pensa-se que:

- Um período de maior de formação criará as condições necessárias, sugerindo-se a inclusão de um elemento da U.E.M. em actividades de férias para reforçar os Gabinetes Distritais de Recenseamento em cada distrito;
- Que o Gabinete Distrital do Recenseamento deve ter a seguinte composição:

Administrador do Distrito, seu dirigente. um adjunto, um elemento por localidade, para além do pessoal de apoio.
- O Conselho Distrital de Recenseamento é uma estrutura que revelou a sua necessidade pois ela permite o engajamento de todas as estruturas do Distrito e das localidades no trabalho. Sua composição deve incluir quadros distritais do Partido e do Estado, Presidentes das Assembleias do Povo e de Localidades sendo dirigido pelo Administrador do Distrito;
- O nível das localidades deve ser encarado como o mais baixo da organização do recenseamento.

O desenvolvimento dos trabalhos mostrou a necessidade de uma estrutura coordenadora constituída pelos Secretários de Localidade, Círculos, Células e Zonas.

Embora não seja necessária a sua institucionalização pensa-se ser um ponto importante de organização a ter em conta para 1980, que cada localidade seja reforçada por um estudante da U. E. M. em actividade de férias, durante o período do recenseamento.

Agentes recenseadores

Um ponto vital da organização do recenseamento é o agente de recenseamento, ele em última análise determina a qualidade do trabalho. Importa pois analisar toda a experiência havida.

A primeira questão que se pôs foi o de seleccionar o número de agentes necessários para o trabalho em cada localidade. Havia por base uma lista de 410 elementos que o distrito tinha enganjado voluntariamente neste trabalho em cada localidade.

O trabalho realizado pelas brigadas na localidade de conhecimento da divisão política existente e número de casas por zonas e tendo em atenção o princípio de que cada agente recensearia 10 famílias, apontava para um número necessário de 300 agentes de recenseamento.

Assim foi feita uma primeira selecção em que se dispensaram os elementos menores de 16 anos e aqueles com habilitações inferiores a 3ª classe.

Os elementos seleccionados iniciaram assim a sua formação, tendo em conta os objectivos a alcançar:

- Que o agente encarasse politicamente o seu trabalho;

- Que o agente fosse capaz de recensear correctamente.

Assim efectuou-se a selecção final dos agentes tendo em vista o número necessário e a selecção dos controladores. foram seleccionados 300 agentes de recenseamento e 27 controladores.

Da brigada fazia parte o controlador. em algumas células verificou-se que o grupo se dividiu em sub-grupos. A partir do momento em que a brigada se sub-dividia, o controlador ficava impossibilitado de acompanhar permanentemente os agentes dado que as deslocações da zona para zona ou célula para célula eram longas.

A área bse do recenseamento era a zona, recenseando-se zona a zona, algumas zonas junta, ou a célula conforme o número da população e a distância entre as zonas.

Na maior parte dos casos o recenseamento era feito em concentração exceptuando nas 2 zonas que constituem a sede do distrito, onde foi feito de “casa a casa”.

Por outro lado verificou-se que um agente pode recensear 20 a 25 famílias por dia, contrariamente à previsão inicial de 10 famílias.

Assim é de se estudar a hipótese de em 1980 as brigadas de recenseamento serem constituídas ao nível do círculo. Cada brigada deve ser constituído por um certo número de agentes de recenseamento (4 a 6) dependente da população e um controlador. a brigada deverá adoptar como método de trabalho para recensear a população do círculo, o trabalho em conjunto de célula em célula.

Pensa-se igualmente que o número de agentes de recenseamento inicialmente previsto para todo o País (25 000), pode ser reduzido, com vantagens quer na qualidade da sua formação quer na organização do trabalho.

Quanto ao tempo do recenseamento variou de 7 dias na localidade das Ilhas a 10 dias noutras localidades. Parece-no assim que é possível fazer o recenseamento em 15 dias.

No que respeita ao trabalho dos agentes há a realçar a forma militante como em geral realizaram a sua tarefa, em trabalho voluntário.

Agentes controladores

O agente controlador é o elemento que na organização do recenseamento tem possibilidade prática de intervir permanentemente no trabalho do agente de recenseamento ele deve garantir a qualidade do trabalho dos agentes.

O princípio seguido foi de que deveria haver 1 controlador por círculo, o que dava uma média de 1 controlador para 7 ou 8 agentes recenseadores.

Os controladores foram seleccionados de entre os melhores agentes. tendo-lhes sido dada uma formação complementar. Dado que nem todos os círculos se utilizou agentes controladores, tendo aí essas tarefas sido desempenhadas por elementos da própria brigada, foram seleccionados 27 controladores.

Em geral pode-se afirmar que o nível de trabalho que se pretendia como controlador não foi atingido.

Em alguns casos o controlador na prática funcionou como recenseador, noutros ainda o nível de formação que atingiram não foi superior ao dos agentes.

Assim parece-nos que, um ponto a ter em atenção em 1980, seria não só reforçar a formação dos controladores, como ainda contemplar na organização das brigadas a necessidade de o controlador ter que acompanhar fisicamente os agentes. Parece ser necessário que se aumente o número previsto de controladores necessários para o recenseamento.

Controle de cobertura e qualidade

Uma contribuição central do recenseamento de ensaio é a experiência adquirida sobre a questão de assegurar a inclusão de cada família e cada membro da família no recenseamento, com respostas correctas em todas as perguntas.

O controle de cobertura foi de dois modos.

O primeiro foi o de comparar o número de famílias recenseadas numa zona ou célula com o número de casas segundo os responsáveis do Partido no respectivo nível.

O segundo consistiu em confirmar, em reuniões com responsáveis e com a população, se houve famílias e pessoas ainda não recenseadas. Nos casos em que faltavam famílias a brigada deslocava-se às suas casas onde recenseavam as famílias em falta.

Após o recenseamento organizou-se em todas as localidades com excepção das Ilhas, um controle de qualidade das respostas de novo uma parte das famílias em zonas escolhidas nos vários círculos da localidade. O controle abrangeu mais de 250 famílias em 24 zonas do distrito, tendo-se neste caso feito o recenseamento de “casa a casa”.

O controle realizado permite-nos concluir que cobrimos todas as famílias que aí vivem donde se pode concluir que o método de controlar as famílias pela sua importância parece correcto.

A qualidade dos dados colhidos, é uma questão fundamental na realização do recenseamento. Só um conhecimento correcto da população permite uma planificação científica da sua vida.

Os problemas de qualidade têm a sua origem no conteúdo e desenho do boletim de recenseamento, nas instruções e na formação dos agentes, na capacidade deles cumprirem a sua tarefa e na informação e mobilização da população para o recenseamento.

No boletim encontram-se problemas ligados com uma fraca compreensão de números, de períodos de tempo etc.. A ordem das perguntas e o modo de perguntar são outros

pontos a ter em consideração. Em geral, a revisão prevista no boletim e das instruções baseadas na rica experiência das brigadas de recenseamento permitirá avanços significativos.

O nível e conteúdo da mobilização para o recenseamento reflecte-se na qualidade dos dados de dois modos:

- Sem ser informada do tipo de perguntas a população não pode preparar a informação para o recenseamento, Isto é o caso particular das famílias cujo chefe ou outro membro está ausente no período do recenseamento
- Sem conhecer o objectivo duma pergunta, a interpretação feita pela família pode afectar a exactidão da sua resposta.

Apuramento manual

A sua organização deveria ser feita diàriamente pelo agente de recenseamento e pelo controlador, competindo a brigada o apuramento final da localidade. Ao nível do distrito deveria ser feito o apuramento para todo o distrito.

A experiência mostrou-nos contudo o apuramento realizado pelos agentes quer pelos controladores continha bastantes falhas, Na prática a brigada teve que no fim reelaborar todo o apuramento manual.

Verifica-se que é importante que em 1980 a formação dos agentes e dos controladores seja mais forte neste ponto, já que foi um dos pontos fracos na formação deste ensaio.

Mobilização e informação

O princípio seguido na mobilização das populações foi o de garantir que esta fosse permanente, isto é, após a actuação das brigadas criar condições para ser dada continuidade aos trabalhos.

Por outro lado as brigadas do recenseamento iniciaram o seu trabalho com uma reunião com os Secretários da Localidade, Círculos, Células e Zonas o que permitiu um esclarecimento mais concreto do conteúdo do recenseamento.

Vimos a população melhorar picadas para melhorar o acesso das brigadas do recenseamento.

Sentimos a mobilização e o calor das populações quando em zonas onde mesmo devido as secas a produção foi pouca, elas apoiaram as brigadas com alimentação sempre que necessário.

Concluimos assim que a mobilização das populações foi um dos principais pilares do sucesso dos nossos trabalhos e que é necessário generalizá-la e dinamizá-la ao nível de todo o País para o recenseamento em 1980.

Um ponto muito importante a ter em conta é a necessidade de na mobilização das populações se explicar o objectivo das perguntas concretas do boletim. Assim se evita más interpretações dos seus objectivos.

O recenseamento de ensaio foi igualmente utilizado do ponto de vista da informação ao nível nacional.

Assim os trabalhos foram cobertos pela Rádio de Moçambique, Jornal e por uma brigada do Instituto Nacional de Cinema que realizou um filme de curta metragem sobre o recenseamento de ensaio.

Considerações finais

Podemos afirmar e concluir que atingimos os objectivos que se pretendiam com o recenseamento de ensaio.

Ficamos com uma ideia clara do tipo de organização no campo que precisamos. Temos a experiência que nos permite agora melhorar toda a nossa organização e instrumentos de trabalho.

Quanto a formação de quadros o recenseamento de ensaio foi uma verdadeira escola em que todos avançamos bastante. Podemos neste momento estar certos da nossa capacidade para enfrentar os trabalho que se seguem.

6 - 1ª REUNIÃO DO CONSELHO COORDENADOR DO RECENSEAMENTO

Após a conclusão do recenseamento de ensaio no Distrito de Vilanculos, o Gabinete Central de Recenseamento esteve envolvido numa análise mais profunda do que a experiência colhida no ensaio e preparar documentação a ser apresentada na 1ª Reunião do Conselho Coordenado do Recenseamento.

Esta reunião tinha como objectivos:

- Instalar o Gabinete Central de Recenseamento criado pela Lei nº 4/79 de 19 de Maio;
- Analisar e tirar conclusões da experiência do recenseamento de ensaio no Distrito de Vilanculos;
- Traçar orientações para o futuro programa de trabalho do Recenseamento Geral da População, em particular a preparação dum recenseamento de ensaio na Cidade.

Extractos da intervenção da abertura da reunião

Estamos aqui reunidos para participarmos na primeira sessão do Conselho Coordenador do Recenseamento.

O Recenseamento Geral da População que terá lugar em Agosto de 1980 é uma tarefa definida pelo III Congresso da Frelimo e que exige de todos nós, de todas as estruturas, de todo o povo um grande esforço para que seja realizado com sucesso...

Como primeiro passo na preparação desta grande tarefa realizou-se em Maputo de 17 a 19 de Março do ano corrente, a Reunião Nacional Preparatória do Recenseamento para 1980... O objectivo da reunião, era realizar uma informação promover a nível da Nação inteira a sensibilização sobre o recenseamento e obter das diferentes estruturas presentes, contribuições para o enriquecimento das ideias já existentes e contidas nos documentos de base...

Em Agosto último e tendo em vista a necessidade de aprofundar as questões de organização do recenseamento e de formação do pessoal, realizou o recenseamento de ensaio no Distrito de Vilanculos Província de Inhambane. Nele participaram elementos do Gabinete Central de Recenseamento, elementos de todas as Províncias do País e de todas as estruturas do distrito, e envolveu esforços locais aí existentes, tais como professores, alunos, agentes da saúde, monitores de alfabetização e outras.

Este ensaio permitiu melhorar todas as ideias existentes sobre a organização do recenseamento no campo e foi uma grande escola para a formação dos nossos quadros.

Uma das principais conclusões do recenseamento de ensaio em Vilanculos, foi que a mobilização das populações é o principal pilar do sucesso dos nossos trabalhos. O seu engajamento no recenseamento é vital....

Tendo em vista a necessidade de coordenarmos e dirigirmos os esforços nesse sentido realizamos hoje a primeira Sessão do Conselho Coordenador do Recesneamento, que é também a reunião de instalação do Conselho Coordenador do Recenseamento.

As tarefas do Conselho Coordenador do Recenseamento, as nossas tarefas como membros, estão contidas na lei que são:

- Dirigir e coordenar o processo de recenseamento a todos os níveis a contribuição das estruturas do Partido, todas as organizações democráticas de massas e do aparelho do estado;
- Garantir a implatação das directivas do partido e de Estado, na realização do recenseamento, emitir directivas e orientação das estruturas subordinadas e receber e examinar as informações que são apresentadas, o cumprimento dessas tarefas exige que cada uma das estruturas que compõe o Conselho Coordenador do Recenseamento, Partido, Organizações Democráticas de Massas, Ministérios, Direcções Nacionais, Governos Provincias, define o seu programa concreto de acção em relação ao recenseamento da população.

Esta reunião deve permitir identificar as tarefas a realizar, e o modo de as executar. no quadro da nossa agenda de trabalho. concretamente devemos debruçar sobre a experiência realizada em Vilanculos, discutindo, e aprofundá-la de forma que permita tirar conclusão para toda a Nação.

O Recenseamento será único e uniforme em todo o País, de forma a permitir a elaborar total e de informação a nível Nacional.

Contudo o modo de vida das populações nas cidades, apresenta características específicas, no sentido de melhor estudar essas condições, é necessário que se realize um recenseamento de ensaio em alguns bairros de uma cidade, com base nos documentos existentes, boletins, instruções, devemos adaptá-las a realidade das cidades.

Devemos pois, definir com base na proposta apresentada, que informação deve o recenseamento fornecer e devemos também aqui todos juntos determinar qual a cidade em que faremos esta experiência...

O ensaio realizado no Distrito de Vilanculos constituiu uma importante fonte de experiências para o Recenseamento Geral nas áreas rurais. O Conselho Coordenador concluiu também que é necessário conhecer melhor as características específicas do povoamento urbano. Neste sentido decidiu realizar um recenseamento de ensaio em algumas células de cinco bairros da Cidade de Maputo na segunda quinzena de Novembro do corrente ano.

Para o desenvolvimento dos trabalhos relacionados com esta reunião foram constituídas as seguintes comissões de apoio:

- *Instrumento de notação;*
- *Organização e recursos;*
- *Mobilização e informação;*
- *Mapas finais de apuramento.*

Após dias de debates nas comissões apresentaram as seguintes conclusões:

Mobilização e Informação

- Os Grupos Dinamizadores constituem efectivamente as estruturas mais indicadas para a mobilização;
- Que é fundamental a inclusão de um elemento do G. D. com conhecimento básico dos aglomerados de cada bairro ou célula por forma a garantir posteriormente a qualidade das informações prestadas;
- Nas reuniões do Partido, ODM e outras que se realizem, o recenseamento deve constituir sempre tema a referir;
- Preparação da reunião de sensibilização...

Para a mobilização do Recenseamento Geral:

- Dinamização de canções, danças e peças de teatro alusivos ao recenseamento;
- Nas escolas poder-se-ão fazer palestras aos alunos para que mobilizem os seus pais (a experiência do ciclo do cinema africano demonstrou o vigor deste método);

- Devem ser aproveitadas as comemorações nacionais para acentuar a importância do recenseamento...

Organização e Recursos:

As conclusões a que este grupo chegou são principalmente dirigidas no sentido de preparar o recenseamento de ensaio na cidade, havendo também a perspectiva de abordar a questão geral do recenseamento das Cidades em 1980.

Tendo em vista a complexidade de que se revestem as cidades, particularmente na perspectiva da realização do recenseamento, a comissão propõe que considerando a necessidade de preparação cuidada do mesmo para 1980.

Definição dos limites das cidades

Neste momento ao nível de todas as cidades do País, a questão da definição dos seus limites, embora já bastante avançada, apresenta ainda algumas zonas não muito claras.

A Comissão considera que é bastante importante que a nova delimitação das cidades seja amplamente divulgada pelas populações que aí residem.

Divisão Administrativa e Política das Cidades

Recenseamento de ensaio

A Comissão concluiu que a divisão das cidades em bairros e destes em células e quarteirões com Comissão dos Moradores, facilita bastante o recenseamento.

Dado que actualmente esta divisão não está claramente aplicada, o grupo concluiu que a base dos trabalhos de ensaio em Maputo, terá que ser os Bairros (círculos) e as células cujas estruturas são os Grupos Dinamizadores.

Como as células são ainda, em bastantes bairros, muito populosos, para a organização do recenseamento de ensaio torna-se necessária a sua divisão em quarteirões.

Sabendo-se que a Cidade de Maputo tem 63 Bairros, a divisão das células em quarteirões terá que ser estudada em conjunto pelo Gabinete Central de Recenseamento, DINAGECA, Conselho Executivo da Cidade e Grupos Dinamizadores.

Escolha das áreas para o ensaio

O grupo concluiu que o ensaio permitirá tirar conclusões válidas, não devendo porém atingir um grande número de áreas. Os bairros a escolher devem abranger zonas características da cidade, com modos de vida diferentes.

Dada a complexidade de que se reveste a cidade de Maputo e tendo igualmente em vista a necessidade de racionalizar esforços, o grupo propõe que o ensaio abranja uma ou duas células de cada um dos seguintes Bairros

- *Bairro Central;*
- *Bairro do Chamanculo;*
- *Bairro da Matola-Machava;*
- *Bairro - piloto de Hulene;*
- *Benfica - Zona Verde.*

Método de Recenseamento

Recenseamento de ensaio

O grupo propõe que o principal método de ensaio seja o de recensear “casa a casa”. Propõe ainda que numa célula se tente o método de “concentração” assim como o de “preenchimento pela própria família”.

A Comissão propõe ainda que o recenseamento seja feito durante os dias do prazo previsto, sendo as horas escolhidas de acordo com as características específicas de cada Bairro, devendo-se utilizar integralmente as horas das refeições (principalmente para casas onde não se conseguir fazer o recenseamento noutra altura), período após o trabalho e os fins de semana. Além disso, a Comissão recomenda que seja montado um piquete de recenseamento em cada Bairro, para os casos de pessoas ausentes durante as visitas “casa a casa”.

Recenseamento em 1980

As experiências a serem recolhidas durante o recenseamento de ensaio permitirão uma melhor organização em 1980.

Cartografia e trabalho de campo

Propõe-se que o Gabinete Central de Recenseamento, DINAGECA, Conselho Executivo da Cidade e Grupos Dinamizadores estudem a forma de realizar essa tarefa.

Em relação a todas as cidades do País, o problema principal que se põe é o da divisão em quarteirões.

O grupo propôs que as estruturas acima citadas discutam como realizar essa divisão e fixem prazos para a mesma, tendo em vista a urgência existente já que isso afecta a organização do recenseamento nas cidades em 1980.

O grupo concluiu que é necessário quer para a organização do ensaio quer para o recenseamento em 1980, que haja mapas que definem claramente os quarteirões em cada bairro.

Os mapas existentes, embora detalhados, não contêm esta divisão. O grupo pensa que embora o conhecimento local pelos agentes e grupos dinamizadores atenuem esta falha, é necessário que os mapas sejam produzidos.

Um ponto muito importante da organização do recenseamento é a necessidade de haver uma numeração própria das casas, tomando por base o quarteirão.

Isto apresenta as vantagens de:

- Permitir um melhor controle de cobertura das casas;
- Ser um guia do local para o agente;
- Permitir uma melhor divisão do trabalho entre os agentes.

A quem recensear

A lei nº 4/79 de 19 de Maio estabelece no seu Art. nº 2 que o recenseamento da população tem por objectivo estabelecer o conhecimento exacto, quantitativo, dos moçambicanos e quantos residem no território nacional.

Houve pois, necessidade de o grupo definir qual o método de recenseamento dos dirigentes, famílias moçambicanas ausentes no País, corpo diplomático e suas famílias.

O grupo baseando-se na experiência de Vilanculos foi da opinião de que quanto às famílias ausentes do País, corpo diplomático e suas famílias, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, sob coordenação do Gabinete Central de Recenseamento, ficaria encarregado de criar os mecanismos para a sua realização.

Quanto aos dirigentes e membros das Forças de Defesa e Segurança, o seu recenseamento será executado pelas próprias Forças de Defesa e Segurança.

Como assegurar a inclusão de todas as pessoas sem omissão nem duplicação

Para garantir a inclusão de todas as pessoas e evitar a duplicação ou omissão, há a necessidade de conhecimento concreto de localização das casas e da distribuição de cartões de identificação às pessoas recenseadas. Assim foi decidido que os Grupos Dinamizadores terão uma campanha para obtenção das listas das famílias existentes nas suas áreas, bem como do número de pessoas que compõe cada agregado familiar para se obter uma estimativa da população por célula.

Para o ensaio utilizar-se-ão os dados que existam em cada célula.

O grupo concluiu que a necessidade destes dados se vai fazer sentir aquando do controle de cobertura para o qual também contribuirá o cartão de recenseado.

Papel das diferentes estruturas

Recenseamento de ensaio

O grupo concluiu que é necessário criar, mesmo a título provisório o Gabinete de Recenseamento da Cidade a fim de permitir uma maior participação na execução e análise do recenseamento de ensaio.

O Comité da Cidade, os Grupos Dinamizadores e as Comissões de Moradores ficarão encarregados de organizar e dirigir localmente a mobilização das populações para o recenseamento

Recenseamento em 1980

Concluiu-se que além dos mecanismos utilizados no ensaio, os Conselhos de Produção devem, para o recenseamento geral da população em 1980 ter uma acção forte de mobilização junto das empresas. A mesma acção deve ser desencadeada pelos Conselhos de Controle de Produtividade a nível do Aparelho de Estado.

Seleção e formação de quadros

Depois da análise da experiência obtida em Vilanculos concluiu-se que o forte de quadros para o recenseamento serão os professores e alunos em trabalho voluntário e membros das Organizações Democráticas de Massas.

Os estudantes da Universidade Eduardo Mondlane serão os elementos de apoio às estruturas de apoio nos Distritos, Localidades e Cidades.

Propôs-se que os agentes sejam identificados através de cartões.

Dada a análise de experiências do recenseamento de ensaio de Vilanculos concluiu-se que o controlador deve ter uma experiência de trabalho prático e que se deve aumentar o número de controladores por brigada e haver um responsável dos controladores.

Nesta primeira reunião do Conselho Coordenador do Recenseamento foi decidido que o Gabinete Central de Recenseamento passa a funcionar como um corpo permanente e estável até aos trabalhos finais do Recenseamento Geral da População.

As Comissões de Instrumentos de Notação, Organização e Recursos, Mobilização e Informação e Mapas Finais de Apuramento passam a ter carácter permanente e trabalham nos intervalos das reuniões do Conselho.

O Gabinete Central de Recenseamento orienta, coordena e controla os trabalhos das Comissões.

O Conselho definiu a última quinzena de Dezembro como período em que terá lugar a sua segunda Sessão para análise dos resultados obtidos no recenseamento de ensaio da Cidade de Maputo e do trabalho desenvolvido entretanto pelas Comissões com vista a planificação do Recenseamento Geral da População em 1980.

7 - 2ª REUNIÃO DO CONSELHO COORDENADOR DO RECENSEAMENTO

Realizou-se nos dias 26 e 27 de Dezembro a 2ª Reunião do Conselho Coordenador do Recenseamento que teve como objectivos:

- Informar os seus membros sobre o recenseamento de ensaio realizado na Cidade de Maputo;
- Analisar propostas de documentos finais (boletim do recenseamento, manuais de organização nas Províncias, Distritos e Cidades;
- Analisar a proposta de programa de trabalho para o ano de 1980;
- Traçar orientações sobre a questão da criação das estruturas provinciais de recenseamento e sobre o controle de trabalho ao nível nacional.

Alguns extractos da sessão de abertura:

O fim do ano de 1979 marca o encerramento duma fase preparatória ao nível central do Recenseamento Geral da População, e início duma nova fase de preparação em cada província do País.

Esta 2ª Reunião do Conselho Coordenador do Recenseamento assume um carácter particularmente importante.

Nela devemos fazer balanço geral dos trabalhos preparatórios já realizados e devemos analisar propostas de documentos finais de base para o Recenseamento...

Fazendo uma retrospectiva dos trabalhos já realizados, verificamos que tivemos avanços, que estamos hoje mais adultos.

A realização dos recenseamentos de ensaio no distrito de Vilanculos e em bairros da cidade de Maputo, foi uma rica experiência cujos ensinamentos devemos saber colher e materializá-los nos nossos trabalhos futuros, nos documentos que elaboramos.

Em ambos os casos verificamos a importância decisiva do engajamento consciente da população.

Este engajamento só é possível através duma ampla mobilização da população correctamente dirigida segundo os objetivos do recenseamento.

Assim se garantirá a obtenção de respostas exactas ás perguntas formuladas, garantirá o apoio da população e portanto o sucesso do recenseamento.

Deve-se informar previamente a população das perguntas formuladas no questionário e dos seus objectivos...

Decorreu durante 6 meses a formação de quadros ao nível central e de responsáveis para futuros Gabinetes Provinciais de Recenseamento.

Esta formação que abrange não só aspectos teóricos mas fundamentalmente a sua participação em experiências práticas, permitiu criar as condições para no início de 1980 se possa iniciar a organização do trabalho em cada província...

Os trabalhos que se irão desenvolver ao nível de cada província, nomeadamente a formação de quadros de todos os distritos e cidades do país, exigem a definição final de alguns documentos de base nesta reunião.

Devemos pois apreciar as propostas apresentadas do boletim de recenseamento, Instruções para o seu preenchimento, Manual de Organização do Distrito e Cidade.

Apesar de 8 meses que nos separam do início do recenseamento, devemos apreciar a proposta de conteúdo do cartão de recenseamento e do cartão de trabalhador do recenseamento.

São documentos que devem ser analisados na perspectiva de efectuar o controle e fornecer a cada pessoa um documento com a sua informação pessoal básica ...

A nível desta reunião devemos analisar a proposta do Manual de Mobilização.

Este manual deve incluir todos os aspectos que julgamos importantes à luz das experiências tidas nos ensaios realizados. Deve ser um documento exemplificativo. Deve permitir uma certa normalização ao nível nacional e ao mesmo tempo fornecer dados concretos ao estado ...

Em particular para as estruturas do Recenseamento aos diferentes níveis devemos elaborar um programa de trabalho detalhado, que seja seu guia de acção e instrumento de controle...

Um ponto particular da nossa agenda de trabalho deve ser a composição e tarefas das estruturas provinciais do Recenseamento.

A criação destas estruturas em início de 1980 é decisiva na preparação do recenseamento. Elas são responsáveis ao nível provincial pela sua execução...

Seguiu-se o trabalho em grupo para o estudo e discussão dos vários documentos apresentados para esta sessão.

O tempo curto da duração desta reunião, não permitiu um maior aprofundamento dos documentos apresentados no entanto, dado que as Comissões criadas na 1ª Reunião do Conselho Coordenador tinham carácter permanente e deviam trabalhar no intervalo das reuniões do Conselho Coordenador sob a orientação do Gabinete Central do Recenseamento.

Extractos de alguns pontos apresentados na sessão plenária:

7.1 - INFORMAÇÃO SOBRE O RECENSEAMENTO DE ENSAIO NA CIDADE DE MAPUTO

Na sua 1ª reunião o Conselho Coordenador de Recenseamento concluiu que a experiência havida em Vilanculos foi bastante válida para a organização do recenseamento de campo.

Tendo em conta as características particulares das cidade, o Conselho Coordenador de Recenseamento decidiu que era necessário que se realizasse um ensaio na Cidade de Maputo.

Neste âmbito, realizou-se em algumas células dos cinco Bairros seleccionados da Cidade de Maputo o recenseamento de ensaio com os seguintes objectivos:

- Testar o método e organização do trabalho nas cidades;
- Revisão do boletim de recenseamento, e instruções do preenchimento;
- Formação de pessoal, em particular de responsáveis a nível central, provincial e cidades.

Desde a realização da reunião preparatória com vista ao Recenseamento Geral da População em 1980, a formação dos quadros que pudessem dirigir os trabalhos, constituiu sempre uma preocupação dada a envergadura do trabalho.

Findos os trabalhos da reunião preparatória o Gabinete Central de Recenseamento, iniciou a formação dos quadros a nível Central e Provincial, que foram realizar o primeiro ensaio em Vilanculos.

Uma das conclusões da 1ª Reunião do Conselho Coordenador de Recenseamento foi a realização de um ensaio numa cidade dadas as complexidades existentes nas cidades.

Para que todos adquirissem uma experiência a ser aplicada nas respectivas cidades, foi solicitada a presença para este ensaio de um elemento de cada cidade capital para participar nesta formação.

Todos foram integrados em cada uma das cinco brigadas correspondentes aos Bairros seleccionados.

Estruturas Criadas

Ao nível da Cidade

Foi constituído na sua composição provisória o Conselho de Recenseamento da Cidade, presidido pelo Presidente do Conselho Executivo e composta por representantes das estruturas do Partido, ODM, e Aparelho de Estado e pelos Secretários do GD dos bairros envolvidos.

O Conselho criou o Gabinete de Cidade do Recenseamento, presidido pelo Presidente do Conselho Executivo que tinha um adjunto e cinco membros.

Brigadas por Bairro

Os elementos do GCR, Províncias, Cidade de Maputo e outras cidades constituíram-se em brigadas (uma para cada bairro), que foram dirigidas por elementos das províncias.

Ao nível de cada bairro criou-se ainda que informalmente um pequeno órgão coordenador constituído pela brigada e Secretário do bairro e das células.

Organização do Trabalho

Trabalho de campo

Um sub-grupo da comissão de Apoio de Organização e Recursos, iniciou os trabalhos nos bairros tendo em vista a sua organização.

Verificou-se que em alguns bairros, as células já estavam divididas em quarteirões e ou com as casas numeradas. Noutros bairros foi necessário estabelecer essa divisão e numerar as casas.

O trabalho da divisão em quarteirões respeitou em certa medida as condições locais (existência de ruas), em outros casos foi feita a partir de uma definição prévia de número de casas a incluir (por exemplo cada quarteirão tem 25 casas).

Isto levou a que a dimensão dos quarteirões variasse bastante de 10 famílias no Bairro Hulene e 250 famílias no Bairro Chamanculo.

Quando da divulgação dos quarteirões à população, verificou-se que em algumas famílias não estavam incluídas, fruto de não ter havido um trabalho intenso com as populações para a sua divisão e por esta ter sido elaborada em pouco tempo.

Agentes Recenseadores e Controladores

Seleção

Foram pedidas a quatro escolas de Maputo cerca de 120 estudantes em actividades de férias em média com 18 anos e 8ª Classe. Estes foram todos admitidos como agentes recenseadores e controladores.

Sua formação

A sua formação decorreu ao nível de cada bairro, onde foram distribuídos de acordo com as estimativas dos GD da população existente nas células escolhidas.

A formação constou do estudo da importância política do recenseamento, boletim e seu preenchimento e um ensaio num quarteirão.

Em média esta formação durou 3 a 4 dias e este tempo foi bastante curto, o que afectou a qualidade do trabalho.

Brigadas de agentes

Foram constituídas brigadas, em média 4 agentes recenseadores e 1 controlador. Cada brigada em princípio era afecta diàriamente a um quarteirão, ou grupos de quarteirões.

Organização do seu trabalho

A brigada recebia através do controlador uma lista com os números das casas que teria de recensear nesse dia.

O controlador (que em vários casos era um elemento da brigada de bairro) distribuía as casas pelos agentes.

No seu trabalho a brigada era acompanhada pelo responsável do quarteirão. Se o agente não encontrava ninguém em cada casa apontava o número de casa, onde voltava mais tarde ou noutro dia.

Este foi o método usado no trabalho dos agentes.

Método e duração do recenseamento

O método usado foi o de recensear a família em sua casa. Este método pensa-se que é correcto de o fazer nas cidades, embora em zonas limites possa ser viável o método de concentração.

A duração do recenseamento por célula foi de 7 dias. Um trabalho mais cuidadoso deve demorar mais tempo (em princípio 15 dias).

No final foi constituído em cada bairro um piquete, para as pessoas em falta viessem recensear.

Uma conclusão a tirar é a importância do piquete ser amplamente divulgado as populações.

Dado a número de pessoas recenseadas e o tempo de recenseamento, pode-se concluir que em média um agente pode recensear 10 a 12 famílias por dia no método “casa a casa”

Controle de Cobertura e qualidade

No final realizou-se o controle de cobertura, escolhendo-se 1 ou 2 quarteirões em que casa por casa se verificava se a pessoa fora recenseada.

Em geral verificou-se que a cobertura foi boa. Contudo no bairro de Chamanculo verificou-se que aproximadamente 50 casas numa célula não foram recenseadas.

Isto deveu-se essencialmente a certos factores gerais:

- Dificuldade de encontrar famílias em que todos os seus membros trabalham;
- Casas abandonadas;
- Listas de casas não completas;
- Insuficiente conhecimento do quarteirão pelo seu responsável...

O controle de qualidade demonstrou a existência de algumas insuficiências como:

- Formação dos agentes muito curta;

- Fraca compreensão de alguns conceitos...

Mobilização e Informação

O princípio seguido na mobilização das populações foi o de utilizar as reuniões habituais de células para mobilizar as populações.

Ao nível da informação escrita foram divulgados artigos informativos e formativos sobre o recenseamento.

Em alguns casos contudo verificou-se que fruto de pouco trabalho político houve manifestações que iam desde o medo, passando pela arrogância.

Proposta de Documentos Finais

Instrumentos de Notação

Boletim de recenseamento e Instruções do Preenchimento do Boletim

Com a realização de dois ensaios sendo o primeiro ao nível do campo, distrito de Vilanculos e outro na cidade de Maputo a Comissão pôde procurar trabalhar melhor neste documento procurando eliminar as dificuldades detectadas no decorrer dos trabalhos as alterações haviadas consistiram basicamente mais na alteração da ordem das perguntas e nova redação em algumas perguntas.

A revisão do boletim foi acompanhada pela revisão do Manual das Instruções do Preenchimento do Boletim, onde houve necessidade de se aprofundar na explicação de alguns conceitos que foram detectados tanto em Vilanculos como na cidade de Maputo.

Cartão do agente recenseador

Neste cartão deve estar incluído o nº do B.I. e a data de emissão do cartão. Deve também estar incluída uma referência sobre direitos e obrigações do titular.

Cartão do recenseado

Propôs-se que conste apenas o nome, idade, local do recenseamento do recenseado.

Manual de Mobilização

A Comissão concorda na generalidade com o manual proposto considera no entanto, que:

- O Manual deve ter duas partes claras: questões gerais e particulares;
- A questão da poligamia deve ser enquadrada numa questão mais geral que é a de evitar duplicações, de que a poligamia é um exemplo;
- O Manual deve ser em alguns pontos mais exemplificativo.

Mapas Finais

Da análise das nomenclaturas apresentadas esta comissão resultou o seguinte:

Grau de ensino existente e sua equivalência

- Em relação aos graus de ensino existentes concluiu que devem ser incluídos os cursos de Magistério Primário, cursos de Formação de Professores de diversos níveis e Alfabetização...
- Propõe que se estabeleça uma equivalência entre o actual sistema de ensino e o sistema de ensino do período colonial, por forma a termos conhecimento de quantas pessoas possuem um determinado nível de escolarização (cursos de formação feminina, seminários de padres, secção preparatória..)

Língua bantu de Moçambique

Na nomenclatura das línguas deve-se explicitar a zona onde o grupo de línguas é falado, uma vez que no esquema proposto indica “zona onde a língua é falada”.

Ramos de actividade

Propõe que a nomenclatura dos ramos de actividade deve ser ajustada à nomenclatura utilizada no Plano Estatal Central.

Agrupar na medida do possível as designações dos ramos de actividade, mantendo contudo sub-divisões. O objectivo deste agrupamento é facilitar ao agente a procura da designação correcta.

A designação dos ramos de actividade deve ser mais detalhada por forma a resolver as questões em a que os agentes encontram dificuldades.

7.2 - PROPOSTA DE PROGRAMA DE TRABALHO PARA O ANO DE 1980

Muitas dificuldades na análise deste programa porque a sua apresentação não permitia uma visão conjunta das acções a realizar pelas diversas estruturas envolvidas. A falta de um mapa sintético onde constasse as acções principais e seus prazos fez-se sentir bastante...

Deve ser elaborado um programa geral apenas com as acções principais o qual daria origem a diversos sub-programas específicos..

Quanto a forma da sua apresentação considera-se que a existência de um cronograma é indispensável.

A definição dum programa de trabalho com prazo e responsabilidade bem definidas em muitas tarefas, depende de contactos bilaterais com outras estruturas..

7.3 - CRIAÇÃO DAS ESTRUTURAS PROVINCIAIS DE RECENSEAMENTO

A composição do Gabinete Provincial do Recenseamento não deve ser rígido quanto ao número de elementos no que respeita aos dactilógrafos e aos motoristas...

Quanto a composição do Conselho Provincial de Recenseamento devem constar as seguintes alterações:

- Que se inclua na composição do Conselho Provincial do Recenseamento os elementos do Gabinete Provincial do Recenseamento
- Que se inclua uma rubrica sobre o modo de funcionamento, em que ressaltem os seguintes aspectos:
 - Deve ser um corpo fixo de pessoas representantes das diferentes estruturas;
 - Deve reunir periodicamente;
 - Nos seus intervalos os membros devem-se constituir em comissões de apoio.

7.4 - CONTROLE DO TRABALHO AO NÍVEL NACIONAL

Considera-se que a questão do controle da execução do trabalho ao nível provincial é decisiva. Assim propõe-se:

- Deve ser feito quer nas reuniões do Conselho Coordenador de Recenseamento, quer através de reuniões centrais, quer por relatórios periódicos;
- A forma mais eficiente de controle é através de visitas de trabalho a todas as províncias, cujo programa deve ser definido;
- Para este efeito o Gabinete Central de Recenseamento deve ser reforçado com os responsáveis das comissões de apoio.
- De acordo com as disponibilidades dos seus sectores de trabalho, qualquer elemento do conselho Coordenador de Recenseamento poderá ser enquadrado no programa de visitas às províncias.

7.5 COMUNICADO FINAL DA 2ª REUNIÃO DO CONSELHO COORDENADOR DE RECENSEAMENTO

Alguns extractos do comunicado final

No decurso dos trabalhos da 2ª Reunião do Conselho Coordenador do Recenseamento, os seus membros analisaram as diferentes questões nas Comissões de Apoio do Conselho Coordenador do Recenseamento, tendo os relatórios sido lidos em plenário e tiradas as conclusões.

A informação apresentada sobre o recenseamento de ensaio realizado em algumas células dos bairros seleccionados realça como conclusões principais para o recenseamento nas cidades, a importância de:

- Mobilização política intensa das populações e de todas as estruturas envolvidas;

- Elevado nível organizacional das populações nos seus bairros e necessidade da divisão em quarteirões...

O Conselho aprovou o boletim a utilizar no recenseamento geral em Agosto de 1980, bem como os manuais de organização do recenseamento nos distritos e cidades.

Da análise da proposta de programa de trabalhos futuros, o Conselho apreciou as observações das Comissões tendo-se decidido que o Gabinete Central do Recenseamento deverá estabelecer os contactos necessários a elaboração definitiva do mesmo.

O Conselho realçou a importância deste programa reflectir prazos e responsabilidades em todas as tarefas das diferentes estruturas no envolvidas na sua preparação e execução.

Quanto a criação, composição e tarefas das estruturas provinciais do recenseamento, o Conselho aprovou as propostas apresentadas.

Da análise da questão do controle de execução do programa de trabalhos aos diferentes níveis, conclui-se que esta deverá ser essencialmente um controle “in loco”.

Neste sentido o Conselho aprovou a proposta de que os responsáveis das Comissões de Apoio fossem membros do Gabinete Central do Recenseamento, com um estatuto particular.

Concluiu que qualquer membro do Conselho Coordenador do Recenseamento, poderá ser enquadrado no programa de visitas às províncias, de acordo com as suas disponibilidades reais.

8 - DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS PELAS COMISSÕES

Terminados os trabalhos da 2ª Reunião do Conselho Coordenador de Recenseamento, o Gabinete Central do Recenseamento deu prosseguimento com maior intensidade os trabalhos que lhe competiam.

As Comissões de Apoio debruçaram cada uma nas suas actividades com base nas propostas e sugestões decididas na última reunião.

Foi um trabalho que exigiu muito sacrifício pois o tempo era muito escasso para a conclusão dos diversos documentos sua impressão e envio antepado às províncias.

Os quadros provinciais que permaneceram cerca de seis meses em Maputo, regressaram com um programa específico para realizarem que na generalidade constava do seguinte:

- Instalação do Gabinete Provincial do recenseamento;
- Formação do Conselho Provincial do Recenseamento;
- Recrutamento de pessoal para o Gabinete;
- Inventariação local da divisão administrativa;

- Selecção dos futuros quadros distritais e de cidade para o recenseamento.

9 - VISITAS AS PROVÍNCIAS

Com vista a dar cumprimento as tarefas que o Conselho Coordenador do Recenseamento incumbiu o Gabinete Central do Recenseamento, que constituiu brigadas para realizarem visitas de apoio e controle as províncias.

Esta primeira visita do Gabinete Central de Recenseamento teve como objectivo principal virado para três aspectos principais:

- Criação e tarefas das estruturas provinciais do recenseamento;
- Definição do programa de trabalhos e responsabilização pela sua execução;
- Métodos e princípios de controle.

Composição e Funções das Estruturas Criadas nas Províncias

De acordo com a Lei do Recenseamento devem ser criadas ao nível provincial as seguintes estruturas:

Conselho Provincial do Recenseamento (CPR)
Gabinete Provincial do Recenseamento (GPR)

Conselho Provincial de Recenseamento

Composição

É presidido pelo Governador da Província e tem um Secretário em princípio o Director Provincial de Apoio e Controle e inclui o Gabinete Provincial do Recenseamento.

É composto por representantes de todas as estruturas do Partido, Organizações Democráticas de Massas e Aparelho de Estado ao nível provincial.

São igualmente membros de direito e obrigatórios do Conselho, os Administradores de Distrito e Presidentes dos Conselhos Executivos das Cidades e mais um elemento do Gabinete Distrital e da Cidade do Recenseamento destacado pelo Administrador e Presidente do Conselho Executivo.

Funções:

Compete-lhe coordenar e dirigir ao nível provincial o processo do recenseamento e assegurar ao seu nível o programa de trabalhos definido centralmente.

Presta contas perante o Conselho Coordenador do Recenseamento.

Controla e dirige o Gabinete Provincial do Recensamento, bem como as tarefas que cabem as outras estruturas provinciais no quadro da preparação do recenseamento.

Relações com as estruturas distritais e de Cidade.

A presença nos Conselhos Provinciais de Recenseamento dos Administradores dos Distritos e Presidentes dos Conselhos Executivos das Cidades assegura a definição de tarefas para estes níveis e a prestação de contas.

Compete ao Secretário do Conselho Provincial de Recenseamento em conjunto com o Gabinete Provincial do Recenseamento controlar e apoiar a execução dessas tarefas, pelo que importa que exista um sistema de controle e de informação funcional com os distritos e cidades.

Em particular importa que se garanta o controle “in loco”. Nesse sentido além de visitas de trabalho deve-se assumir a presença em todas as reuniões dos Conselhos Distritais e de Cidade do Recenseamento, por parte do Gabinete Provincial de Recenseamento.

Para este efeito sempre que se julgue necessário devem participar nestas visitas os membros do Conselho Provincial do Recenseamento.

O Conselho Provincial do Recenseamento deve-se fazer representar no Conselho Coordenador do Recenseamento pelo seu Secretário e pelo Responsável ou Adjunto do Gabinete Provincial do Recenseamento.

Gabinete Provincial de Recenseamento

Composição

Deve ter um responsável, um adjunto, 4 colaboradores e o pessoal de apoio necessário.

Funções:

É o Órgão Executivo do Conselho Provincial do Recenseamento.

Compete-lhe executar ao nível provincial o programa de trabalhos definidos.

Presta contas perante o Conselho Provincial de Recenseamento e o Gabinete Central do Recenseamento.

Compete-lhe assegurar o controle da execução das tarefas das outras estruturas provinciais e dos distritos e cidades.

Deve elaborar os relatórios de prestação de contas a ser submetidos ao nível provincial e enviados ao Gabinete Central de Recenseamento dentro dos prazos definidos.

Na reunião de balanço realizada com todas as brigadas que se deslocaram às províncias, constataram-se algumas questões que se puseram nas reuniões dos Conselhos Provinciais de Recenseamento.

Com a finalidade de rectificar as situações detectadas e uniformizar o método de trabalho, o Gabinete Central do Recenseamento emitiu uma circular que foi enviada a todas as províncias contendo os esclarecimentos necessários.

10 - RELATÓRIO CENTRAL DE RECENSEAMENTO

Este relatório tem por objectivo apresentar o cumprimento do programa de trabalho do Gabinete Central de Recenseamento desde a 2ª reunião do C.C.R.

Esta reunião contou com a participação dos Secretários dos Conselhos Provinciais de Recenseamento e dos Responsáveis e Adjuntos dos G. P. R.

Esta reunião tinha como objectivos:

- Análise os trabalhos desenvolvidos em cada Província;
- Entrega dos documentos - base;
- Orientações para o trabalho futuro.

Da análise dos relatórios apresentados por cada Província, concluiu-se que apesar das dificuldades materiais: viaturas, orçamento, material de escritório, estavam criadas as condições materiais e humanas para o início dos trabalhos preparatórios do recenseamento ao nível Provincial.

Em particular foi analisada a questão do orçamento, tendo sido dadas as orientações necessárias para a sua execução.

Quanto ao problema da falta de quadros nos distritos, a questão foi analisada na perspectiva de que o impunha era uma decisão de afectação das pessoas com as condições exigidas.

Mereceu particular estudo o programa de trabalho, tendo sido realçado a importância do seu cumprimento integral.

Foi destacada a importância duma articulação entre as estruturas provinciais, distritais e centrais, sendo abordado em particular a questão do controle e do funcionamento das estruturas provinciais..

Foi destacada a importância vital da mobilização e informação, cujo programa deve de imediato ser implementado como forma de garantir o sucesso do Recenseamento da População em 1980.

Controle e apoio aos trabalhos nas Províncias.

No cumprimento das decisões da 2ª reunião do Conselho Coordenador de Recenseamento, organizaram-se duas séries de visitas a todas as Províncias. Estas foram efectuadas por cinco brigadas constituídas por membros do Gabinete Central de Recenseamento e tinham como objectivo principal, controlar e apoiar a execução do programa Provincial de recenseamento.

A experiência vivida mostra claramente que este método de controle é absolutamente necessário e, em geral as brigadas cumpriram os seus objectivos.

Concluiu-se geralmente que no mínimo deve-se organizar visitas mensais a todas as Províncias e que se deve definir um corpo de pessoas fixas a determinadas Províncias. Isto permite que a brigada desenvolva um trabalho perfeitamente coordenado com o ponto de situação da vista anterior...

Foi possível assim ter periodicamente o ponto de situação do trabalho em cada Província.

Paralelamente o sistema de relatórios dos Gabinetes Provinciais de Recenseamento permitiu igualmente melhorar o controle.

Material Viaturas e Orçamento

Foram realizadas o envio da primeira remessa de documentos a material necessário a fase de trabalhos ao nível Provincial que se prolonga até a criação das estruturas distritais e de cidades...

O apoio em viaturas a cada Província é insuficiente do ponto de vista das necessidades do recenseamento, contudo este problema só poderá ser solucionado através da afectação de viaturas com base no inventário de viaturas em curso...

O orçamento para as necessidades dos Gabinetes Provinciais de Recenseamento, foi posto à disposição de cada Província com atraso em relação à data prevista. Isto causou dificuldades financeiras aos Gabinetes que contudo estão já superadas.

Esta situação resultou essencialmente de atrasos na definição do método de transferência de verbas para as Províncias...

Em geral concluiu-se que a questão dos meios materiais necessários, levantou e levanta problemas quer derivados da sua escassez, quer de dificuldades organizativas e de transporte. Contudo tem sido possível garantir o essencial em cada fase para o cumprimento dos trabalhos, incluindo a colaboração ao nível Provincial neste campo.

Formação de quadros

Neste campo o programa tem sido cumprido. É de realçar a formação de professores e de estudantes Universitários.

Está na sua fase final a formação pelo Gabinete Central de Recenseamento de 33 monitores Universitários, que em Maio e Junho farão a formação do restante corpo Universitário.

Elaboração de documentos

Em geral o programa tem sido cumprido, embora com ligeiros atrasos em relação aos prazos constantes no programa.

Neste momento está em fase de conclusão todos os documentos necessários a execução do recenseamento.

É de realçar contudo que a impressão destes documentos constitui um ponto crítico deste programa...

Coordenação com as estruturas Centrais

O programa tem sido cumprido, em particular no que diz respeito a coordenação com:

- Processo eleitoral;
- Universidade Eduardo Mondlane;
- DINAGECA e Direcção Nacional de Habitação;
- Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Ministério do Trabalho;
- Comissão Nacional das Aldeias Comunaes.

Em particular tem sofrido atraso a definição das questões relativas as Forças de Defesa e elementos dos Movimentos de Libertação Nacional.

Contribuição do F. N. U. A. P.

No quadro da contribuição do F.N.U.A.P. para o Recenseamento da População verifica-se que tem havido atrasos no fornecimento do material pedido.

Esta situação é mais séria em relação ao equipamento para o processamento de dados em que a data está prevista para Dezembro, embora sem confirmação oficial da sede..

Coordenação das Comissões de Apoio

Em geral as Comissões tem funcionado embora com esforço particular de alguns dos seus membros pois, tem-se verificado bastantes ausências de pessoas nas reuniões das Comissões. Esta situação deve ser ultrapassada, particularmente na medida em que o controle de trabalho nas Províncias, distritos e cidades exige engajamento dos seus membros...

Mobilização e Informação

No âmbito do trabalho de Mobilização e Informação, verifica-se que a coordenação central deste trabalho não tem sido eficiente...

A ausência em serviço do responsável desta Comissão, bem como a falta dos seus membros são alguns problemas que afectaram o seu funcionamento.

Estamos numa fase do nosso programa em que esta tarefa surge como exigência prioritária daí a necessidade de funcionamento perfeito desta Comissão.

Conclusões finais

Apesar das dificuldades de vária ordem sentidas ao longo do trabalho, concluiu-se que o programa tem sido cumprido.

De realçar que o engajamento dos membros do Gabinete Central de Recenseamento pois nos trabalhos que se seguem aparece como condição indispensável.

10.1 - ACTUAL SITUAÇÃO DAS ACÇÕES CENSITÁRIAS NAS PROVÍNCIAS

A - Situação Geral

1 - Formação de Quadros e Recenseamentos de Ensaio

a) Formação de quadros Distritais e de Cidade

Em todas as províncias estão a decorrer os cursos de formação para responsáveis dos Gabinetes Distritais, ministrados por elementos dos Gabinetes Provinciais de Recenseamento.

A formação está a decorrer de acordo com os objectivos e programa definidos e em princípio termina nos prazos previstos.

No entanto, em algumas Províncias, alguns elementos tem de ser substituídos, uns por não terem condições para assumir as tarefas, outros por outros motivos.

É de notar ainda que nalguns pontos a formação não será completa, pois não foram enviados todos os documentos por ainda não estarem elaborados (nomeadamente nomenclaturas, fichas de apuramento manual, manuais de localidade e de bairro, manual do controlador e de agente e manual de mobilização).

b) Recenseamento de Ensaio

Foram realizados recenseamentos de ensaio no campo e na cidade em todas as Províncias, cumprindo, de um modo geral os objectivos de formação.

É de realçar que de um modo geral os Exmos. Srs. Governadores, estiveram empenhados nos recenseamentos de ensaio, procedendo a sua abertura e orientando as reuniões de análise dos trabalhos desenvolvidos.

As estruturas a nível Distrito, Cidade e Localidade não assumiram as funções completamente, pelo que algumas tarefas que lhes cabiam eram realizadas pelos elementos dos Gabinetes Provinciais ou pelos elementos da formação.

Os membros das Comissões de Apoio, de um modo geral também não participaram.

O controle de cobertura e qualidade, não foi realizado correctamente e em algumas Províncias não se fez.

Esta questão tem particular importância, pois é através do controle de cobertura que podemos determinar se o recenseamento atingiu totalidade da população e através do controle de qualidade, com uma amostra, qual o grau de erros cometidos no preenchimento do boletim.

A mobilização foi bastante fraca, havendo no entanto Províncias em que foi boa.

A falta de informação e consequentemente falta de mobilização, eram condições para actuações do inimigo.

c) Formação de professores e estudantes secundários para o apoio às localidades

Em geral, a formação destes elementos está em fase de organização,. isto é, inventário das pessoas existentes, cálculo de necessidades e programa de formação.

É de salientar que ainda não está totalmente claro o objectivo da formação destas pessoas, qual vai ser o seu trabalho no recenseamento.

2 - Trabalho das Comissões de Apoio

a) Divisão Administrativa e Cartografia

Dum modo geral esta Comissão funcionou com deficiências apesar das dificuldades de vária ordem, podemos no entanto afirmar que a cartografia em algumas Províncias cumprirá com os prazos estabelecidos.

- Em relação aos distritos o trabalho está praticamente concluído.
- Em relação as localidades, a maior parte está terminado.

Está em curso no País o programa eleitoral, cujo efeito far-se-á sentir no aspecto cartográfico, na medida em que criar-se-ão novas localidades ou em alguns casos extinguir-se-ão.

Neste contexto a cartografia de localidades nesta fase será apresentada pela antiga divisão administrativa.

As brigadas que se deslocavam às Províncias podem constatar o seguinte:

- Na teoria as localidades estão definidas;
- Na prática elas não estão.

Porque não estão definidas os limites ou os critérios que permitirão a delimitação em termos de inventário a área da nova localidade. A definição está feita apenas em termos da Assembleia do Povo. Isto tem reflexo no trabalho a ser realizado pela DINAGECA.

Propomos que o problema seja estudado ao nível do Gabinete Central de Recenseamento ou que o Ministério de Estado na Presidência defina critérios para execução da mesma.

b) Organização e Recursos

Duma maneira geral uma parte dos trabalhos desta Comissão foi cumprida especialmente no que respeita a inventariação local embora com deficiências.

Com efeito o avanço dos trabalhos desta Comissão, depende em grande parte da inventariação local.

Mas por outro lado, as brigadas puderam constatar dum modo geral, que esta Comissão não tem uma perspectiva geral da dimensão dos trabalhos que tem a realizar.

c) Mobilização e Informação

As brigadas verificaram que esta Comissão funcionou embora com deficiências pois elaboraram programas teóricos, mas não estão a ser executados.

Por outro lado na articulação com as eleições apenas há informação sobre o recenseamento, no entanto não foi dito:

- A importância e o objectivo do recenseamento;
- Aspecto da confidencialidade.

3 - Divisão em Unidade Base, Inventariação Local

a) Divisão em Zonas e Quarteirões

Na maior parte do País, a divisão base já existente não chega até ao nível exigido para a organização do Recenseamento (unidades de 50-60 agregados familiares cada uma). O cumprimento do programa da criação dessas unidades - Zonas e Quarteirões - embora em algumas partes do País se encontra bem avançado em outras está atrasado.

Entre os problemas do seu cumprimento:

- Os responsáveis distritais ou de cidade não compreendem bem ou, por diversas razões, não assumem a tarefa;
- Problemas de transporte, vias de acesso etc., dificultam a deslocação até às localidades e dentro destas;
- Problemas político-militares.

b) Inventariação Local

Com excepção de algumas Províncias, em geral a inventariação local (divisão administrativa, população, quadros para o recenseamento, meios de transporte e

combustível, convivências etc,) devia estar pronta na sua primeira fase sem grandes atrasos. Contudo, visto que o trabalho foi feito sem controle das estruturas provinciais, prevê-se a necessidade de uma revisão do trabalho efectuado o que implica atrasos.

Por outro lado, vão afectar a realização de várias tarefas organizativas ao nível provincial, bem como central.

Seria necessário intensificar os contactos de controle e apoio entre estruturas provinciais e distritais, para obter os dados necessários sem grandes demoras.

4 - Funcionamento das Estruturas Provinciais

De um modo geral, os Gabinetes Provinciais executam bem as tarefas específicas de que foram incumbidos e neste momento têm condições materiais de trabalho.

As Comissões de apoio fizeram pouco trabalho. Aqui é de realçar o facto de serem constituídos por Directores Provinciais, que frequentemente se deslocavam aos distritos para o seu trabalho específico e as tarefas do recenseamento eram relegadas para segundo plano.

Outro aspecto é a descoordenação geral das tarefas das diferentes estruturas, salvo em alguns casos particulares.

Assim, de um modo geral, existe descoordenação entre o Gabinete Provincial e o Secretário do Conselho Provincial de Recenseamento, entre o Gabinete Provincial, o Secretário do Conselho Provincial de Recenseamento e as Comissões de Apoio, entre o Gabinete Provincial e os Distritos, entre as Comissões de Apoio e os Distritos.

É de notar que, do ponto de vista hierárquico, o responsável do Gabinete Provincial, está abaixo de todos os membros do Conselho Provincial de Recenseamento e portanto o Secretário do Conselho Provincial do Recenseamento assume um papel chave no processo de organização e orientação dos trabalhos.

Uma vez que o Secretário do Conselho Provincial do Recenseamento tem muitas outras tarefas, na prática os trabalhos de coordenação não são assegurados.

Tendo em vista estas questões, parece-nos que, é urgente tomar medidas no sentido de serem resolvidas, pois corremos o risco de o Recenseamento não ter sucesso.

Assim, propomos que:

- Seja dada a nível nacional, prioridade nos trabalhos de recenseamento; os Directores Provinciais e os Administradores de Distrito tem que participar activamente em todo o processo;
- S.Exas os Governadores Provinciais convoquem periòdicamente os responsáveis do Gabinete Provincial, conjuntamente com o Secretário do Conselho Provincial de Recenseamento, por forma a estar permanentemente inteirado dos problemas e tomar as medidas necessárias;

- Sejam dadas orientações para implementar o programa de visitas aos Distritos, por brigadas Provinciais compostas por membros do Conselho Provincial do Recenseamento e das Comissões de Apoio.

5 - Conclusão

Os trabalhos das brigadas do Gabinete Central nas Províncias foram bastante produtivas.

Deve-se dar continuidade a esta actividade e intensificá-la no período que se segue até ao início do recenseamento.

No entanto, deve-se definir como princípio que as brigadas por Província devem ser permanentes.

2. B - PROBLEMAS ESPECÍFICOS EM CADA PROVÍNCIA

Niassa

a) No próprio Distrito de Lichinga há dificuldades de quadros porque houve infiltrações e nesta fase estão sendo detidos. Esta situação fez-se sentir em muitos outros distritos da Província onde no tempo colonial houve muita concentração das suas forças.

b) No Distrito de Mecanhelas particularmente a acção do inimigo fez-se sentir através das infiltrações dos agentes que provocavam confusão no seio das populações isoladas aproveitando a ausência das Aldeias Comunais, onde o inimigo recentemente assassinou 2 deputados.

No Distrito de Mandimba a situação é da fronteira com o Malawi onde as populações em vez de atravessarem a fronteira onde há posto de Migração vão a Malawi ilegalmente.

c) Em geral a situação mais grave é das vias de acesso de um para outro Distrito. Neste momento algumas pontes estão destruídas pelas chuvas dificultando assim o acesso ou mesmo a comunicação, além de poucas estradas asfaltadas isto é, não existe nenhuma estrada em condições desde a Província até ao Distrito. Há zonas que só é possível chegar por via marítima e outras a pé durante 2 ou 3 dias.

Cabo Delgado

a) A reunião do Conselho Provincial de Recenseamento na Província de Cabo Delgado não se realizou de acordo com o estabelecido no programa de trabalho, tendo a mesma sido realizada em três partes divididas do seguinte modo:

- Zona Norte;
- Zona Sul;
- E na capital Provincial.

Causas:

- Falta de transporte;
- Dificuldades de acesso;
- Outras tarefas a realizar como as eleições.

Esta informação foi prestada pelo Sr. Secretário do Conselho Provincial de Recenseamento e por alguns membros da estrutura do Governo Provincial.

b) Formação

Na formação dos quadros distritais o Gabinete Provincial de Recenseamento, não cumpriu as orientações emanadas no programa de trabalhos ao nível provincial, tendo optado pelo seguinte critério:

- 14 dias de teoria;
- Recenseamento de ensaio em 5 localidades e em 3 bairros na Cidade de Pemba.

Razões:

O Secretário do Conselho Provincial de Recenseamento alega que a formação é bastante teórica e optou por uma formação prática.

É de salientar que durante a formação não foram formados agentes recenseadores, tendo sido os próprios quadros a servirem de agentes.

c) Comissões de Apoio

No 1º Conselho Provincial de Recenseamento não se constituíram as Comissões de Apoio conforme o programado, alegando que a experiência que tinham é que as comissões nunca funcionam.

d) Divisão em Zonas e Quarteirões

Dada a especificidade da Província de Cabo Delgado, não houve a necessidade da divisão administrativa das localidades em zonas, porque a população se encontra em Aldeias divididas.

Quarteirões

O trabalho está um pouco comprometido por não ter definido com clareza os novos limites territoriais da cidade.

Conclusão:

Parece-nos que o não cumprimento do programa e não realização da 2ª reunião do Conselho Provincial de Recenseamento de acordo com o estabelecido, poderá comprometer o sucesso do recenseamento. Importando mais uma vez ser necessário salientar que qualquer alteração do programa a nível do Gabinete Provincial de

Recenseamento implica uma comunicação do Gabinete Central de Recenseamento indicando os seus motivos.

Nampula

Não há problemas específicos a anotar.

Zambézia

No contexto da acção inimiga, nos distritos de Milange e Morrumbala ambos fazem parte da fronteira com o Malawi, vive-se uma situação especial de problemas político-militares. Portanto qualquer trabalho que se queira desenvolver tem que ser acompanhado por Forças de Defesa e Segurança. Segundo os administradores não funciona nenhuma estrutura de base nas áreas afectadas.

Tete

a) Como as orientações para o trabalho cartográfico foram recebidas com mais de um mês de atraso, o seu cumprimento está bastante atrasado. Faltas sérias de transportes, bem como atrasos na definição das localidades para as eleições, agravaram a situação, sendo difícil estabelecer um prazo para concluir os trabalhos.

b) Em relação a situação nos distritos prevê-se atrasos nos trabalhos preparatórios da divisão em zonas e quarteirões e inventariação local. As estruturas provinciais não tinham dado peso ao recenseamento.

c) Quase todos os distritos de Tete tem fronteiras internacionais, onde pode haver movimentos migratórios difíceis de controlar. É um problema que merece atenção particular na organização local do recenseamento. Entre as medidas para reforçar as estruturas de base de recenseamento já esta em consideração o engajamento de elementos das FPLM em posições por exemplo de agentes controladores.

Manica

a) Tendo sido esta Província uma das mais afectadas pela guerra, existem localidades onde neste momento não é possível efectuar os trabalhos preparatórios do recenseamento.

Em particular, o Administrador de Mossurize não participou na reunião do Conselho Provincial de Recenseamento, por não ter tido acesso.

As principais zonas de actuação do inimigo são:

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| - Distrito de Mossurize | na maior parte: |
| - Distrito de Sussundenga | duas localidades; |
| - Distrito de Báruè | duas localidades; |
| - Distrito de Chimoio | duas localidades; |

- Distrito de Manica uma localidade.

b) Alguns Distritos, em particular Guro e Tambara levantaram o problema de abastecimento as brigadas que, pois existe grande falta de alimentos.

c) Na Localidade de Manera, onde foi efectuado o recenseamento de ensaio, não foi clarificado o objetivo deste trabalho.

d) Na reunião do Conselho Provincial onde foi feita a prestação de contas dos trabalhos S. Exa. o Sr. Governador de Manica foi muito exigente em relação ao cumprimento das tarefas.

Verificou-se que de um modo geral, os distritos praticamente não tinham realizado nada e as Comissões de Apoio também pouco fizeram.

Assim, os trabalhos preparatórios de divisão em zonas e quarteirões e de inventariação local não ficaram terminados nos prazos previstos.

Sofala

a) Devido aos problemas políticos da direcção máxima na província houve falta de coordenação entre o processo eleitoral e o Recenseamento, bem como falta de atenção aos trabalhos censitários na cidade da Beira.

Além disso não houve nenhuma ligação de controle e apoio entre estruturas provinciais de recenseamento e os distritos até a 2ª reunião do Conselho Provincial de Recenseamento.

b) Há problemas político-militares em seis dos oito distritos, o que está a dificultar o acesso às áreas afectadas.

No Distrito de Gorongosa, até hoje não se conseguiu iniciar os trabalhos preparatórios em nenhuma parte do distrito.

Prevê-se a necessidade de instruções particulares sobre as acções nestas áreas afectadas.

c) Embora as estruturas provinciais e locais estejam a assumir as tarefas censitárias como prioritárias, os atrasos em particular na cidade da Beira exigem atenção particular com o objectivo de reforçar os quadros já engajados e recuperar o tempo perdido.

Inhambane

Não há problemas específicos a anotar.

Gaza

Desde o início dos trabalhos a nível provincial, um dos elementos formados centralmente se encontra fora do serviço por causa de problemas de saúde. Sendo a fraqueza da direcção no nível do Secretário do Conselho Provincial de Recenseamento e do responsável do Gabinete Provincial de Recenseamento, há problemas não só no cumprimento das tarefas de cartografia, organização e mobilização, como também na formação dos futuros responsáveis distritais.

Em uma acção imediata de apoio à formação, podem resultar uma baixa qualidade dos trabalhos censitários nos vários distritos da Província.

Maputo

Várias insuficiências do funcionamento das estruturas provinciais do recenseamento estão ligadas com o facto do Secretário do Conselho Provincial de Recenseamento, ter bastantes tarefas e ser ao mesmo tempo Director do Gabinete do Governador da Província, o que levou a que a sua tarefa de coordenação e controle não tenha sido correctamente executada.

Em relação a cidade de Maputo, a direcção de todo o trabalho foi pouco eficaz, o que até a altura da 2ª reunião do Conselho de Recenseamento da Cidade ninguém pudesse dar o ponto de situação deste trabalho. Por outro lado sabe-se que os prazos das tarefas de inventariação e sua divisão estão totalmente comprometidos. Já foi comunicado ao Gabinete de Recenseamento da Cidade a necessidade de tomar medidas extraordinárias para reforçar a direcção do trabalho.

11 - 3ª REUNIÃO DO CONSELHO C. RECENSEAMENTO

No quadro dos trabalhos preparatórios do Recenseamento Geral da População, realizou-se nos dias 5 a 7 de Maio a 3ª Reunião do Conselho Coordenador de Recenseamento com os seguintes objectivos:

1 - Efectuar o controle de execução do programa de trabalhos do recenseamento, em particular:

- * - Divisão do País em zonas e bairros;
- * - Inventariação local e cartografia
- * - Formação de quadros ao nível provincial e central;
- * - Mobilização e Informação.

2 - Traçar orientações para a continuidade do trabalho, em particular para a criação das estruturas nos distritos e cidades.

Nesta reunião cada Província apresentou o relatório das actividades desenvolvidas desde a última reunião.

11.1 - ANÁLISE DO PONTO DE SITUAÇÃO DA PREPARAÇÃO DO RECENSEAMENTO E MEDIDAS A TOMAR

I - Pontos comuns a todas as províncias

A discussão havida no Conselho Coordenador de Recenseamento e os contactos directos com as estruturas provinciais do recenseamento permitem tirar as seguintes conclusões:

1 - Existem já em todas as Províncias os Gabinetes Distritais e de Cidade do Recenseamento.

Em todos os distritos e cidades já se iniciou a formação dos elementos que vão fazer parte dos Órgãos Executivos de Localidade e Bairro.

Assim pode-se dizer que a preparação do recenseamento está a decorrer normalmente existindo deficiências que dado o tempo escasso que resta até a enumeração, terão de ter uma acção imediata para a sua solução.

2 - Verificou-se que o trabalho de inventariação foi efectuado em todas as Províncias encontrando-se , na maior parte algumas deficiências que terão que ser corrigidas...

3 - Foi feito um trabalho de cartografia havendo alguns casos particulares em que, em resultado das eleições, se encontra desactualizado devido ao facto de haver alterações no número de localidades e número e nome dos círculos;

Os novos limites das cidades, nalguns casos, ainda não estão claros pelo que os distritos a que as mesmas pertenciam não tem a sua área bem definida do que resulta o desconhecimento por parte da população;

Assim para que possa resultar com êxito a mobilização da população para efeitos do recenseamento, este problema deve ser solucionando o mais urgentemente possível.

4 - Em muitas Províncias verificou-se que o trabalho executado pelos elementos dos Gabinetes Provinciais, quanto a sua organização interna, está fraco e os elementos desses Gabinetes formados a nível da Província não tem uma preparação suficiente para poderem cumprir a sua tarefa e apoiar o trabalho de controle nos distritos;

Daqui resulta a necessidade de reforço dos mesmos Gabinetes o que já foi proposto com o pessoal e material dos Gabinetes de Organização das Eleições mas, que até hoje foi efectuado só em Gaza.

5 - Problema de transportes:

Constata-se que tem solução interna nas Províncias sendo necessário definir um programa de afectação concreta destas viaturas;

Sentiu-se a necessidade das estruturas centrais darem orientações às respectivas estruturas provinciais para o apoio ao recenseamento em termos de transportes;

Em relação ao apoio em helicópteros às Províncias do Niassa, Cabo Delgado e Tete, estão assegurados embora subsistam alguns realacionados com a falta de pilotos.

6 - Aquando das eleições foi feito um trabalho de mobilização da população para o recenseamento, sendo contudo agora necessário intensificar essa mobilização explicando com muita clareza os objectivos e o conteúdo do recenseamento;

Com excepção da Província de Nampula, ainda não foi realizada a tarefa de traduzir o Boletim de Recenseamento na língua local.

7 - De modo a assegurar-se com êxito, a realização do recenseamento, será necessário contactar-se com as competentes estruturas centrais, de modo a estudar-se a possibilidade de serem nomeados administradores para os distritos que não possuam e evitar-se igualmente a movimentação dos actuais administradores e presidentes das Assembleias do Povo a nível de localidades, até a conclusão do processo de recenseamento. esta medida visa reforçar a direcção a nível local..

II - Pontos específicos de cada Província

Niassa Quanto a organização da Cidade de Lichinga o Gabinete Provincial de Recenseamento deverá rever a constituição dos Órgãos Executivos do Bairro e tomar as providências necessárias para garantir a presença dos agentes controladores e recenseadores nos Órgãos Executivos de Localidade e de Bairro.

Cabo Delgado O programa de trabalhos está a ser cumprido normalmente donde se pode concluir que o cumprimento das resoluções e orientações deste Conselho garantirá a realização do recenseamento.

Nampula O Gabinete Provincial de Recenseamento deverá garantir que a numeração das casas na Cidade de Nacala seja concluída e a divulgação dos limites da Cidade de Nampula;

A ausência de inventariação de alguns distritos leva a que não se tenha um plano total de necessidades locais de agentes recenseadores e controladores, pelo que se deverá ultimar para que os mesmos estejam nas localidades e bairros nos dias programados.

Zambézia Constata-se neste momento que o trabalho do distrito do Chinde está atrasado;

A brigada provincial permanente neste distrito deverá intensificar o trabalho para recuperação do atraso;

Quanto ao problema da Ilha de Sania o Gabinete Provincial de Recenseamento deverá coordenar os trabalhos de recenseamento com o Gabinete Provincial de Recenseamento de Sofala.

Tete Deverá ser intensificado o trabalho de mobilização das populações dos Distritos de Changara e Cahora Bassa. para tal os Administradores dos referidos distritos deverão fazer esse trabalho coordenando as acções para o recenseamento.

Manica O Gabinete Provincial de Recenseamento deverá garantir a divulgação dos limites da cidade de Chimoio;

A estrutura provincial deve elaborar um programa especial da realização do recenseamento no distrito de Mossurize e outras áreas onde se verifica a acção do inimiga;

Deverá ser reforçado com elementos do Gabinete da Organização das Eleições;

o Gabinete Central de Recenseamento deverá estabelecer contactos com o Ministério de Estado na Presidência para acelerar a solução da mudança da localidade de Bandula do Distrito de Chimoio para o de Manica.

Sofala Constatou-se que houve dificuldades no processo de direcção e de coordenação das estruturas ao nível provincial...;

Na cidade da Beira deverá terminar-se a organização de toda a cidade para o recenseamento, em particular nos bairros da cidade recentemente englobados pois que aí o trabalho de organização é insuficiente.

garantir a Será necessário destacar uma brigada provincial permanente para o Distrito de Gorongosa, onde o trabalho está atrasado, afim de organização deste para o recenseamento.

Inhambane Devem ser intensificados os contactos em curso tendo em vista atenuar os efeitos da seca;

Deve ser vista a organização do recenseamento da localidade de Mabote.

Gaza Devido a uma fraca preparação do trabalho de recenseamento foi decidido a nível provincial a mudança do Secretário do Conselho;

O Gabinete Distrital de Recenseamento de Chicualacuala deverá ser reforçado urgentemente a fim de que se recupere o atraso dos trabalhos.

Maputo

Devido a dificuldades existentes na direcção do processo de organização do recenseamento verificou-se bastante atraso nos trabalhos desta província e em particular na Cidade de Maputo;

Neste sentido é necessário reforçar o Gabinete de Recenseamento da Cidade de Maputo bem como subordiná-lo ao Gabinete Central de Recenseamento;

Ao nível dos distritos constataram-se algumas deficiências na organização e divisão em zonas e sua divulgação pela população; Constatou-se confusão nas relações entre o Gabinete Provincial de Recenseamento e as estruturas centrais.

Conclusão Geral

As resoluções sobre problemas gerais a todas as províncias bem como o programa, reflectem a situação existente e definem as acções principais para a sua implementação.

Em geral constata-se que foram dados passos positivos para a organização do recenseamento, encarando-se o cumprimento das orientações finais deste Conselho e o engajamento de todas as estruturas em cada província como decisivo nesta fase da preparação do Recenseamento Geral da População.

12 - 4ª REUNIÃO DO CONSELHO C. DE RECENSEAMENTO

O Conselho Coordenador de Recenseamento no processo geral de preparação do Recenseamento realizou nos dias 30 de Junho e 1 de Julho a sua 4ª Reunião sendo a última antes do início dos trabalhos do Recenseamento, com os seguintes objectivos:

- Leitura e apreciação do relatório do Gabinete Central de Recenseamento;
- Leitura e apreciação dos relatórios dos Gabinetes Provinciais de Recenseamento;
- Apresentação dos documentos para estudo em grupos.

Alguns extratos da sessão de abertura

Esta reunião realiza-se um mês antes do início do Recenseamento, quer dizer, no início do último momento da fase final geral de preparação do Recenseamento e em particular da colheita de dados. Situa-se pois num momento decisivo da sua preparação, em que devemos abordar com pormenor todo o trabalho realizado até hoje com vista a tomarmos as medidas necessárias para corrigir as deficiências que possam ser detectadas e definirmos o programa de acção deste último período da fase de preparação.

A realização do Recenseamento da População exige uma clara organização de todos os distritos, exige que toda a população esteja enquadrada em pequenas unidades: em zonas ou em quarteirões, cuja delimitação deve ser bem conhecida e cujos responsáveis devem estar bem definidos.

Esta questão é particularmente importante nas cidades, pois é na cidade onde a complexidade é maior e onde portanto, se exige um maior cuidado na organização...

Temos que realizar um grande esforço de formação e organização, por um lado para criarmos as estruturas até ao nível de localidade e bairro e fortalecê-las com elementos em termos de agentes recenseadores e controladores para recensear toda a população em 15 dias.

Na fase actual deve estar formado já todo o pessoal necessário a criação dos Órgãos Executivos de Localidade e Bairro. Devemos ter pois, criadas as condições para iniciar a 15 de Julho o grande esforço de formar cerca de 16000 recenseadores e 4000 controladores...

A sua preparação e realização exige, pois uma participação e engajamento permanente de todas as estruturas do Partido, Organizações Democráticas de Massas e Aparelho do Estado a todos os níveis, em torno do programa do Recenseamento.

Esta participação e engajamento deve ser devidamente enquadrada e divulgada pelas nossas estruturas do Recenseamento...

Nos relatórios que vamos apreciar devemos particularizar este ponto, devemos retratar o seu funcionamento, identificar os problemas, sua natureza e causas, tendo em vista a tomada de soluções adequadas...

Todos estamos conscientes de que a condição principal para a realização do Recenseamento da População é a organização e mobilização de todo o nosso povo.

É o trabalho de mobilização e informação desenvolvido pelo nosso Partido, em torno dos objectivos e da importância do recenseamento, que garante a participação activa e consciente de toda a população, o seu apoio material e moral, que garante que os nossos agentes recenseadores e controladores vão ser tratados como seus filhos.

Nesta reunião devemos analisar o trabalho já desenvolvido neste âmbito, sucessos e dificuldades encontradas, definir a estratégia para intensificar a Campanha de Mobilização, levá-lo a cada aldeia, célula, a cada casa e a cada pessoa...

Engajemo-nos nos trabalhos desta 4ª Reunião, participemos todos activamente, conscientes de que todos temos uma contribuição a dar.

12.1 RELATÓRIO DO GABINETE CENTRAL DE RECENSEAMENTO

Este relatório tem por objectivo apresentar as actividades desenvolvidas pelo Gabinete Central de Recenseamento desde a 3ª Reunião do Conselho Coordenador de Recenseamento.

1 - Apoio e Controle aos Gabinetes Provinciais

De acordo com o nosso programa realizaram-se visitas de trabalho a todas as províncias, com particular incidência nas províncias de Maputo, Gaza e Cabo Delgado.

Estas visitas permitiram fazer o ponto de situação em cada província e dinamizar os trabalhos preparatórios em curso...

Constatou-se que foram criadas as estruturas de recenseamento em todas os distritos e cidades do País e que está em curso a formação dos elementos para os Órgãos de Localidade e Bairro e os elementos de apoio provincial as Localidades e Bairros.

Conclui-se que o trabalho de apoio e controle foi bastante positivo sendo absolutamente necessário intensificá-lo,

Na fase final da preparação do recenseamento e durante o recenseamento, estas brigadas devem ter um carácter permanente.

2 - Elaboração de Dossiers

O trabalho de inventariação realizado em todo o País permitiu organizar em todas as províncias a informação básica para a elaboração de dossiers, havendo dificuldades neste campo em Nampula e Sofala...

A elaboração deste trabalho permite concluir que será necessário criar em todo o País 474 Órgãos Executivos, 127 Órgãos Executivos de Bairros e 4000 Brigadas de Recenseamento.

Ao todo serão necessários 16 000 agentes recenseadores e 4 000 agentes controladores para o Recenseamento da População bem como a afectação de veículos automóveis.

3 - Coordenação das Comissões de Apoio

O funcionamento das Comissões de Apoio tem decorrido normalmente, embora se tenha notado ainda faltas de alguns membros das mesmas.

A Comissão de Instrumentos de Notação terminou praticamente o seu trabalho, tendo sido incorporados membros desta comissão nas restantes comissões.

A Comissão de Mapas Finais, terminou o trabalho necessário, estando em curso os trabalhos necessários para a fase do processamento de dados.

4 - Elaboração de Documentos

A elaboração de todos os manuais, instruções necessárias à operação do recenseamento foi já concluído tendo terminado a sua impressão nas quantidades necessárias.

5 - Envio de material necessário ao recenseamento

5.1 - Documentos

Foram enviados para todas as províncias à excepção de Maputo os documentos necessários do recenseamento.

5.2 - Material e Viaturas

Prevê-se para 6 de Julho a conclusão do envio de todas as canetas, sacos de plásticos, jipes e motorizadas.

O último jipe a ser enviado deverá ser instalado um rádio para comunicações entre província e os distritos.

5.3 - Orçamento

Foi já enviado para todas as províncias a verba orçamental restante relativa aos Gabinetes Distritais e de Cidade.

5.4 - Combustível

Foi enviado uma remessa especial de combustível para a província de Inhambane estando em curso contactos com a Petromoc, para o reforço em todo o País de distribuição de combustível em Julho.

5.5 - Helicópteros

Estão em curso os contactos tendo em conta o apoio em helicópteros durante o recenseamento às províncias de Cabo Delgado, Niassa e Tete.

Em princípio haverá disponibilidade para 20 horas de voo em cada uma das referidas províncias.

5.6 - Bicicletas

Já seguiram 300 bicicletas para Cabo Delgado estando prontas para mais 400 para Manica e Sofala.

As restantes 2300 seguirão logo que a fábrica as tiver prontas pois está sentido dificuldades para a sua embalagem.

As bicicletas seguem desmontadas pelo que é necessário definir prioridades na sua montagem em cada província, tendo em vista que as bicicletas devem chegar a cada Órgão Executivo de Localidade e Bairro até 26 de Julho.

6 - Coordenação com estruturas centrais

No quadro destas acções estabeleceu-se a necessária coordenação para o transporte de material e pessoas para as províncias, bem como para a impressão de documentos.

Foi definida a metodologia do recenseamento das Forças Policiais, de Defesa e Segurança, Estabelecimentos Prisionais e Campos de Reeducação, Refugiados e elementos dos Movimentos de Libertação Nacional.

7 - Formação de Quadros

7.1 - Terminou já a formação de 1 100 professores e estudantes da U. E. M. para apoio a todos os Órgãos Executivos de Localidade e Bairro, decorrendo o seu transporte para as capitais provinciais de 2 a 6 de Julho. Estes elementos assistirão aos Conselhos Distritais e de Cidade de 6 e 7 de Julho para se familiarizarem com a organização do recenseamento e deverão chegar as Localidades e Bairros até 10 de Julho

7.2 - Terminou já a formação pelo Gabinete Central de Recenseamento dos elementos do Ministério do Interior, decorrendo de 3 a 10 de Julho a formação dos elementos para os restantes Órgãos de Defesa e Segurança.

8 - Cartografia

Foi já elaborada a cartografia de todo o País à excepção das cidades de Nampula e Chimoio cuja conclusão se prevê para breve.

9 - Comunicações

Decorrem os contactos tendo em vista o estabelecimento dum sistema de controle e comunicações rápida da base ao topo durante o recenseamento.

Este sistema inclui a comunicação directa do Gabinete Central de Recenseamento com todas as províncias e com todos os bairros da cidade de Maputo.

10 - Contribuição do F.N.U.A P.

Decorrem os contactos com a O.N.U. tendo em conta a recepção para o processamento de dados e para a aquisição directa de material cartográfico, papel e material de escritório.

11 - Processamento de Dados

Decorrem os trabalhos preparatórios para o processamento de dados, tendo-se iniciado a formação de aproximadamente 200 elementos que trabalharão na codificação e gravação de dados.

12 - Mobilização e Informação

Teve início em Junho nas cidades de Maputo, Beira e Chimoio a projecção em cinema móvel do filme sobre o recenseamento.

Foi lançada uma exortação em todo o país tendo em vista a recolha de canções, músicas, teatro, danças alusivas ao recenseamento.

Iniciou-se a distribuição de cartazes e autocolantes do recenseamento em todo o País até ao dia 10 de Julho.

Iniciou-se já a divulgação de textos formativos e informativos na Rádio e Imprensa abrangendo aspecto de organização, preenchimento do boletim, objectivos do recenseamento e Lei do Recenseamento.

Com o mesmo objectivo inicia-se em Julho em todo o País o estudo nas empresas e aparelho do estado promovidos pelos Conselhos de Produção e Ministério do Estado na Presidência.

Tem o seu início em Julho a mobilização nas escolas e centros de alfabetização para o recenseamento.

Através do Jornal do Povo vai ter início uma ampla campanha alusiva ao recenseamento.

13 - Conclusões Finais

Apesar das dificuldades de várias ordens sentidas, atingiu-se uma fase em que estão criadas as condições para a etapa final de preparação do recenseamento.

O engajamento a todos os níveis dos membros das diferentes estruturas do recenseamento e a participação das estruturas do Partido e Aparelho do Estado e das Organizações de base da população tem sido vital para o desenvolvimento dos trabalhos.

Em seguida passou-se à leitura e discussão dos relatórios dos Gabinetes Provinciais, onde genericamente se constatou que existe um trabalho positivo de formação de agentes, criação de Órgãos Executivos de Localidades e de Bairros, necessidade de desenvolvimento de um amplo trabalho de mobilização e informação, organização das populações, como condição para garantir o sucesso do recenseamento devendo dar-se uma atenção particular às cidades e aceleração do processo de inventariação.

Entretanto problemas específicos relevantes foram encontrados em relação às Províncias de Sofala e Maputo bem como a cidade de Maputo.

Em relação à Província de Sofala constatou-se que esta passou por uma fase em que a direcção do processo do recenseamento não teria sido a mais correcta.

Em relação à Província de Maputo, foram focados problemas graves que segundo o consenso geral necessitariam de tomada de decisões específicas cuja competência ultrapassa o âmbito desta reunião.

A reunião prosseguiu com a apresentação e discussão em grupos dos documentos elaborados pelo Gabinete Central de Recenseamento.

Sendo esta reunião a última antes do início do grande evento foram tomadas algumas resoluções de forma a ultrapassar situações que pudessem surgir nas fases seguintes.

12.2 - RESOLUÇÃO SOBRE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS GABINETES DE RECENSEAMENTO

A realização do Recenseamento da População a 1 de Agosto corrente, exige que os Gabinetes de Recenseamento sejam órgãos operativos e flexíveis de forma a darem solução rápida a problemas surgidos e que adoptem métodos eficazes de apoio e controle as estruturas subordinadas.

Atingir este objectivo passa necessariamente pelo reforço dos Gabinetes, redifinição da sua composição e dum sistema de controle e comunicações eficientes. Neste sentido deve-se:

1 - Ao nível do Gabinete Central de Recenseamento

- Destacar a partir de 9 de Julho elementos para apoio aos Gabinetes Provinciais de Recenseamento. Para este efeito devem ser engajados membros do Conselho Coordenador de Recenseamento, que deverão igualmente reforçar o Gabinete Central de Recenseamento;
- Que para além dum núcleo central e um núcleo de apoio, o Gabinete Central de Recenseamento tenha elementos permanentes de ligações rápidas destacadas pelas seguintes estruturas: Ministério da Informação, Ministério dos Portos e Transportes de Superfície, Ministério das Comunicações e Aviação Civil, Ministério da Segurança, Ministério do Comércio Interno e Ministério da Educação e Cultura;
- Estabelecer um sistema de comunicações eficiente com os Gabinetes Provinciais e Gabinete da Cidade de Maputo;
- Apoiar e controlar directamente o Gabinete de Recenseamento da Cidade de Maputo;
- Afectar a cada Província uma viatura com rádio- transmissor instalado;

2 - Ao nível dos Gabinetes Provinciais de Recenseamento

- Reforçar cada Gabinete Provincial com um elemento permanente a partir do dia 9 de Julho do Gabinete Central de Recenseamento e 2 elementos da Universidade Eduardo Mondlane;
- Reforçar os Gabinetes Provinciais com os membros dos Gabinetes Provinciais de Eleições;
- Destacar com base nos membros do Gabinete ou Conselho Provincial do Recenseamento a partir de 20 de Julho um elemento fixo por Distrito e Cidade;

- Organizar brigadas de apoio e controle dirigidos por Directores Provinciais e quadros responsáveis do Partido que envolvem elementos do Gabinete Provincial para os distritos e cidades por períodos de 1 semana no início e final do Recenseamento;
- Estabelecer um sistema de comunicações eficientes com os Gabinetes Distritais e da Cidade de Recenseamento;
- Estruturar o Gabinete Provincial de Recenseamento à semelhança do Gabinete Central de Recenseamento com elementos de ligação que garantam a sua operatividade;
- Que o Secretário do Conselho Provincial de Recenseamento leve a seu cargo o controle e apoio dia a dia dos gabinetes Provinciais;

3 - Ao nível dos Gabinetes Distritais e de Cidade do Recenseamento

- Que implementem a orientação da sua direcção na pessoa do Administrador de Distrito ou Presidente do Conselho Executivo de Cidade;
- Que se organize um sistema de comunicações eficiente desde célula ao distrito ou cidade e destes à capital provincial;
- Que se organize visitas permanentes de apoio e controle aos Órgãos Executivos de Localidade e de Bairro;
- Que em particular se reforce os Gabinetes das Cidades de Maputo, Beira e Nampula;
- Dada a inexistência de Presidente do Conselho Executivo da Cidade da Beira e Nampula, que sejam afectos à direcção dos respectivos Gabinetes de Cidade, quadros responsáveis provinciais em termos permanentes.

A implementação destas directivas materializa o princípio de considerar o Recenseamento da População uma tarefa política prioritária, enquadrada no âmbito do combate ao subdesenvolvimento.

12.3 - RESOLUÇÃO SOBRE O ENGAJAMENTO DE PROFESSORES E ALUNOS

A realização do Recenseamento da População a 1 de Agosto de 1980 assume particular importância no quadro da planificação económica da década 1980-1990, década da vitória sobre o subdesenvolvimento.

A sua realização exige que saibamos utilizar todos os meios humanos disponíveis e transformá-los numa força política organizada que garanta o sucesso do Recenseamento.

Para a tarefa de inquérito a população serão necessários 4 000 agentes controladores e 16 000 agentes recenseadores em todo o País.

Serão os recenseadores e controladores que garantirão a qualidade do trabalho eles serão os embaixadores junto da população, eles vão transmitir a imagem do nosso Recenseamento.

Tendo em vista as necessidades existentes devem ser afectos a este trabalho em grande parte professores e estudantes.

Deverão ter no mínimo de 17 anos de idade e ter como mínimo a 4ª classe no campo e 6ª classe nas cidades.

Assim em cada província, distrito e cidade devem ser afectos a este trabalho os melhores professores, os melhores alunos das últimas classes, os professores e alunos que tiveram dado provas da sua dedicação à causa do Povo.

Estes elementos devem ser seleccionados localmente de preferência, sendo contudo de se adoptar quando necessário a solução de afectar pessoas em outras localidades ou mesmo distritos.

Dada a necessidade da sua formação, cada Gabinete Provincial, Distrital e de Cidade do Recenseamento, em ligação com as outras estruturas locais, em particular da Educação e Transportes, deve garantir a presença nas Sedes dos Órgãos Executivos de Localidade e Bairro em que vão trabalhar, imperterivelmente no dia 14 de Julho.

Após a sua formação, deverão rerealizar o recenseamento e os trabalhos finais devendo terminar o seu trabalho a 23 de Agosto.

A organização de participação dos estudantes e professores no Recenseamento, permitirá a realização com sucesso dos trabalhos, é um instrumento de ligação dos estudantes com o Povo, materializa o princípio de ligação de teoria a prática.

12.4 - RESOLUÇÃO SOBRE TRANSPORTES E COMBUSTÍVEIS

A realização do Recenseamento da População a 1 de Agosto corrente reveste-se de importante significado político no quadro da década 1980-1990, e insere-se no cumprimento das Directivas do III Congresso da Frelimo.

A execução do recenseamento exige o engajamento de toda a população e a mobilização dos recursos humanos materiais necessários.

Neste quadro assume particular importância a questão dos transportes. A realização do recenseamento em todo o País simultaneamente e a necessidade de um efectivo controle da boa execução implica a disponibilidade de meios de transporte suficiente.

Neste sentido ao nível de cada província, distrito e cidade e com base na inventariação de transportes realizados deve-se planificar a afectação dos meios necessários.

Dever-se-á utilizar de acordo com as necessidades locais e disponibilidades barcos, bicicletas, carroças, etc.

Tendo em vista o trabalho existente deve-se dispôr ao nível de cada Órgão Executivo da Localidade e Bairro duma viatura. Cada Gabinete Distrital e de Cidade do Recenseamento deve dispor igualmente das viaturas necessárias para o seu trabalho.

De acordo com as necessidades reais será necessário ao nível do País afectar no período de 20 de Julho a 20 de Agosto aproximadamente 700 viaturas.

A realização nesta altura da Campanha de escoamento da produção agrícola, exige que ao nível de cada província e distrito haja a coordenação necessária para a realização de ambos objectivos.

Paralelamente em Julho deve-se organizar o reforço da distribuição de combustível em todos os postos de abastecimento do país.

Dada a inexistência duma rede de distribuição de combustível espalhados por todo o país será necessário a utilização de combustível contentorizado.

Assim até 7 de Julho cada Gabinete Provincial de Recenseamento deve enviar ao Gabinete Central de Recenseamento as quantidades de cada tipo de combustível necessário em cada região e o tipo de embalagem adaptável as necessidades.

Extractos do discurso de encerramento

Terminamos hoje a 4ª Reunião deste Conselho, a última antes do Recenseamento Geral da População a ter início em todo o País no próximo dia 1 de Agosto...

Qual é a fase actual na preparação do Recenseamento Geral da População?

A rica discussão havida em torno dos relatórios apresentados pelo Gabinete Central de Recenseamento, permitiu-nos conhecer claramente o ponto de situação do trabalho realizado até este momento e capacitou-nos para traçar as linhas-mestres que devem dirigir o nosso trabalho futuro.

O grande esforço de formação desenvolvido ao nível central, provincial, distrital e de cidade, criou as condições para alargarmos cada vez mais a participação organizada de todo o nosso povo na realização do recenseamento.

Este processo permitiu que com base na experiência vivida desde Maio pelas estruturas distritais e de cidade de Recenseamento, estejamos em condições de constituir em todo o País, ao nível das localidades e bairros, os Órgãos Coordenadores e os Órgãos Executivos do Recenseamento.

Serão assim criados em todo o País cerca de 434 Órgãos de Localidade e 127 Órgãos de Bairro.

O trabalho desenvolvido na criação de zonas e bairros e na nomeação dos seus responsáveis, significa um grande passo no sentido da organização local da população e em particular no seu enquadramento para o Recenseamento.

A criação de zonas e bairros com aproximadamente 60 famílias cada, possibilita um conhecimento mais profundo entre a população, permite um controle mais rigoroso da inclusão de toda a população no recenseamento e, uma utilização mais racional dos meios humanos e materiais à nossa disposição.

Constatamos contudo que existem ainda distritos e cidades do País onde este trabalho não está concluído.

Sentimos também na divisão efectuada, em zonas e bairros, em alguns casos, não se utilizaram métodos políticos correctos, levando a que certos locais esta organização não seja ainda do conhecimento da população.

A divulgação dos novos limites das cidades por toda a população e a solução de problemas locais que este novo traçado levanta, não foi ainda completada em todo o País.

É pois urgente que se lance em todos os distritos e cidades uma ofensiva organizada no sentido de ultimar esta tarefa...

Deve-se também terminar a numeração de todas as casas das cidades, de forma a permitir um melhor controle e cobertura durante o recenseamento.

Na realização destas acções devemos ter sempre presente realidade das novas Assembleias do Povo criadas no processo eleitoral...

Na última reunião deste Conselho definimos claramente a importância da realização da inventariação local.

Ela permite o conhecimento antecipado de certos aspectos da realidade em cada distrito e cidade, de forma a que certas medidas de organização sejam tomadas e que possamos calcular racionalmente as necessidades humanas e materiais necessárias e balanceá-las com a sua existência em cada local...

Na análise havida dos relatórios constatou-se que a organização final do recenseamento exige um conhecimento mais pormenorizado da realidade do que é possível obter do inventário realizado.

Assim uma das tarefas principais das estruturas provinciais, distritais, de cidade, de localidades e bairros de recenseamento deve aprofundar e completar este inventário.

A realização do recenseamento implica grandes deslocações de pessoas e material.

Deve-se pois garantir os meios de transporte indispensáveis à realização das tarefas no prazo de tempo disponível.

Na análise dos relatórios dos Gabinetes Provinciais constatamos que existem localmente os meios de transportes necessários ao Recenseamento.

É pois absolutamente necessário que se coordene principalmente o inventário de viaturas de forma a garantir a afectação de uma viatura por Órgão Executivo de Localidade do Recenseamento.

Deve-se igualmente organizar a distribuição por todo o País de combustível necessário para a realização do recenseamento.

A criação dos órgãos de base do recenseamento cria as condições para iniciarmos a grande ofensiva de formação de 4 000 agentes controladores e 16 000 agentes recenseadores entre os dias 15 a 28 de Julho...

Para a formação desta grande força política constituirão um corpo importante cerca de 1 000 professores e estudantes da Universidade Eduardo Mondlane, formados a nível central que começaram já a juntar-se aqueles professores e alunos das escolas secundárias e outros trabalhadores formados a nível provincial e distrital e que irão todos serem afectados a todas as localidades e bairros...

Do debate havido neste Conselho constata-se a importância da organização de brigadas temporárias de apoio e controle.

Assim ao nível de cada província dever-se-ão destacar brigadas dirigidas por responsáveis provinciais que, com base num programa de trabalho uniforme garantirão o necessário apoio e controle dos gabinetes Distritais e de Cidade do recenseamento.

A concretização destas acções exige que materializemos definitivamente a concepção do Recenseamento da População como uma tarefa nacional prioritária..

A complexidade das grandes cidades exige que se tenha em conta métodos particulares de controle dos Gabinetes de Recenseamento de Cidade.

A Cidade de Maputo, capital da nossa República, dada a sua dimensão, foi conferida pela direcção do Partido e Estado o estatuto de província.

Respondendo a esta realidade e dada a necessidade de controle mais efectivo, o Gabinete de Recenseamento da Cidade de Maputo deve ser reforçado e passar a depender directamente do Gabinete Central de Recenseamento.

As resoluções aprovadas neste conselho situam os principais problemas sentidos na análise dos relatórios e definem soluções para os mesmos.

A discussão e troca de experiências havidas, permitiu-nos aprofundar as tarefas que temos para realizar e precisar os seus prazos de implementação...

A rigorosa implementação destas resoluções e o cumprimento do programa traçado são pois condições indispensáveis para a realização do Recenseamento da População...

O dia 1 de Agosto em toda a República Popular de Moçambique deve ser uma grande festa popular, deve ser um acto que reflecta o assumido generalizado da importância política do recenseamento.

Só na medida em que consigamos atingir estes objectivos, teremos construído o principal pilar da nossa organização e que é a mobilização e a organização de todo o nosso povo do Rovuma ao Maputo...

13 - PONTO DE SITUAÇÃO DOS TRABALHOS PREPARATÓRIOS DO RECENTEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO EM 30 e 31 de JULHO de 1980.

Em contacto feito por via rádio com os Gabinetes Provinciais de Recenseamento verificamos que, de uma maneira geral, os trabalhos preparatórios estão de acordo com o programa centralmente traçado.

Em todas as Províncias terminaram já a formação do pessoal e a constituição das brigadas de recenseamento, com excepção da Província de Manica que, devido a acção inimiga não terminara no Distrito de Mossurize.

À excepção deste distrito em todo o país estão criadas as condições para que o Recenseamento Geral da população tenha início em 2 de Agosto.

Não obstante as informações satisfatórias dos Gabinetes Provinciais de Recenseamento apenas Cabo Delgado e Inhambane comunicaram o número dos Órgãos Executivos de Localidade e de Bairro, bem como o número de agentes recenseadores e controladores, conforme pedido feito em contactos anteriores.

Todos os Gabinetes Provinciais foram informados da forma como devem festejar o dia 1 de Agosto de acordo com as conclusões da reunião das delegações de alto nível as Províncias.

14 - EXECUÇÃO DO RECENTEAMENTO

Após uma exustiva fase preparatória teve início no dia 1 de Agosto em todo o País festividades marcantes da realização do I Recenseamento Geral da População e Habitação.

O I Recenseamento Geral da População e Habitação foi um grandioso acontecimento para o povo pois estava realizando o seu recenseamento em que produto final dos resultados obtidos iriam permitir ao Partido e Estado uma informação real e a partir da qual elaborar-se-iam todos os programas de planificação do País.

Praticamente o levantamento iniciou no dia 2 pois, no dia anterior principalmente nas capitais provinciais onde houve concentração da população para a abertura nem todos os locais puderam iniciar os trabalhos.

Em todas as Províncias foram destacadas delegações chefiadas por dirigentes do Partido e Estado e estas assumiram relevo especial nesta fase de preparação do Recenseamento da População com os seguintes objectivos e programa:

Guia des delegações de Alto Nível

1 - Objectivo:

- a) - Fazer sentir a toda população da província a importância deste 1º Recenseamento Geral da População e da necessidade da sua participação activa;
- b) Efectuar o ponto de situação dos trabalhos preparatórios imprimindo-lhes o necessário dinamismo para ultrapassar os problemas existentes;

2 - Programa

- Dias 29 e 30 de Julho - Partida para as Províncias;
- Dias 30 e 31 de Julho - Reunião com S. Exa o Governador da Província e Presidente do Conselho Provincial de Recenseamento.
 - Encontro com o Gabinete Provincial de Recenseamento e com o Secretário do Conselho Provincial de Recenseamento.

Nestes encontros será possível ter o ponto de situação de toda a preparação do Recenseamento, nomeadamente:

- Situação da formação dos recenseadores e controladores que deve estar concluída dia 29 de Julho,
- Sua constituição em brigadas de recenseamento de 1 Controlador e 4 Recenseadores;
- Situação de transportes e distribuição dos boletins de recenseamento;
- Questões gerais de organização;
- Trabalho de Mobilização e Informação realizado.

Reunião pública no dia 1 de Agosto na capital provincial, marcando o início de Recenseamento da População.

Nesta reunião seria importante focar.

- Importância política do Recenseamento da População;
- Distinção dos Recenseamentos coloniais;
- Objectivos do nosso recenseamento;
- * Contribuir para uma análise da composição de classes;
- * Contribuir para o desenvolvimento da planificação económica.

- Importância da planificação consciente de todo o povo no recenseamento, em particular nesta década de 1980-1990, década da vitória na luta contra o subdesenvolvimento;
- Necessidade da vigilância popular, contra as acções do inimigo, que opõe-se às conquistas do nosso Estado Popular.

Dias 2 a 4 - Visitas a alguns bairros da capital provincial, a um distrito e uma Localidade.

Nestas visitas em contacto com as estruturas locais, pode-se acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos e realizar reuniões populares.

Dia 5 regresso.

3 - A realização deste programa significaria não só um grande incentivo de mobilização em cada província, como também constituiria uma importante contribuição na solução de problemas que se façam sentir em cada província.

Com o mesmo objectivo, os Conselhos Provinciais de Recenseamento, destacaram os seus membros para ao nível dos Distritos procederem ao acto da abertura.

No seu regresso as delegações de Alto Nível realizaram uma reunião de balanço trabalho efectuado.

15 - MEDIDAS A TOMAR EM RESULTADO DO TRABALHO REALIZADO PELAS DELEGAÇÕES DE ALTO NÍVEL EM CADA PROVÍNCIA

A reunião de balanço das delegações de Alto Nível realizada a 06/09/80 constatou que o Recenseamento da População está em curso em todo o País.

Constatou o engajamento e o entusiasmo de toda a população mobilizada e enquadrada pelo Partido - Frelimo e que este facto constitui factor principal e decisivo para os sucessos dos trabalhos do recenseamento.

O engajamento da maioria dos recenseadores, controladores e monitores das escolas secundárias e da Universidade Eduardo Mondlane, tem sido uma constante importantes do recenseamento.

A reunião constatou também que a actual qualidade do preenchimento dos boletins não é satisfatória.

Esto resulta principalmente dos seguintes factores:

- Insuficiência no trabalho de alguns agentes recenseadores e controladores;
- Mau funcionamento de alguns Gabinetes Distritais;
- Alguns Administradores de Distrito não se encontram integrados devidamente no trabalho;
- Nas Cidades o trabalho realizado foi insuficiente.

Neste sentido é necessário implementarem-se as seguintes medidas:

1 - Funcionamento das estruturas

1.1 - Dos Gabinetes Provinciais de Recenseamento

- a) - Deve diàriamente comunicar com os Gabinetes Distritais e controlar o seu trabalho pessoalmente;
 - b) - Organizar deslocações de brigadas que vejam como decorre localmente o trabalho e preparar a deslocação imediata dos Directores Provinciais para os distritos até ao fim do recenseamento;
 - c) - Informar diàriamente o Gabinete Central e detalhadamente sobre o ponto de situação do recenseamento;
 - d) - Organizar internamente o Gabinete Provincial e fazer diàriamente reuniões de balanço;
 - e) - Fazer um inventário correcto e sem excesso do material necessário, utilizando se necessário a redistribuição entre distritos e enviando ao Gabinete Central as suas necessidades especificando claramente as quantidades;
 - f) - Garantir a recolha dos boletins organizados por brigadas, Localidade, Distritos e Cidades e Bairros;
 - g) - Garantir a recolha dos boletins de recenseamento sem perdas ou inutilizações.
- Na sua recolha devem ser sempre acompanhados pessoalmente e coordenado devidamente com as forças de defesa e segurança.
- Dos distritos para as capitais provinciais os boletins devem vir em viaturas escoltadas por outra viatura;
- Da capital provincial para o Gabinete Central devem ser transportados em aviões fretados para o efeito e devidamente acompanhados.
- h) - Organizar um controle financeiro rigoroso ao nível dos Gabinetes Provinciais, Distritais e de Cidade e informar o Gabinete Central de Recenseamento das despesas já efectuadas, evitando-se assim o descontrolo financeiro com as suas consequências respectivas.
- Quando houver despesas sem possibilidades de facturação, o controlador deve passar um recibo provisório, que terá que ser confirmado mediante assinatura de todos os recenseadores da brigada.
- i) - Organizar o controle de cobertura segundo a metodologia discutida e enviada,
 - j) - Em particular controlar e apoiar directamente o recenseamento na cidade capital prvincial;

- l) - Garantir viaturas, o seu abastecimento e uma brigada de manutenção;
- m) - Ter permanentemente em conta a necessidade de elevar a qualidade dos boletins;
- n) - Os boatos devem ser considerados acção inimiga e tratados como tal;
- o) - Implementar e controlar as directivas para os níveis inferiores a seguir mencionados:

1.2 - Dos Gabinetes Distritais e de Cidade do Recenseamento

1 - Os Administradores e Presidentes do Conselho Executivo de Cidade deverão assumir de facto a sua qualidade dupla de Presidentes dos Conselhos Distritais e Responsáveis dos Gabinetes de Recenseamento.

2 - As seguintes tarefas dos Gabinetes Distritais e de Cidade são da inteira responsabilidade dos Administradores e Presidentes do Conselho Executivo de Cidade os quais responderão pela sua implementação:

- a) - Elaborar de imediato um calendário de recenseamento por Localidade e Bairro onde se encontram datas do recenseamento de todas as zonas correspondentes aos círculos e células de cada localidade;
- b) - Visitar todas as Localidades e Bairros se possível todos os dias e observar o trabalho do maior número possível de brigadas com quem deverão permanecer pelo menos duas horas;
- c) - Participar em trabalhos de conferência de boletins de uma brigada após o dia de trabalho;
- d) - Organizar o plano de visitas dos responsáveis distritais que deverão visitar as Localidades, trabalhar com os Órgãos Executivos e com as brigadas, participando na conferência de boletins;
- e) - Garantir a utilização racional de viaturas e seu abastecimento, devendo prever-se com antecedência as necessidades em combustível;
- f) - Afectar aos Órgãos Executivos os chefes dos Serviços Distritais a fim de dinamizarem o processo a esse nível;
- g) - Trabalhar com os Órgãos Executivos de Recenseamento garantindo a realização de suas tarefas;
- h) - Aproveitar todas as potencialidades dos estudantes Universitários;
- i) - Garantir a segurança de todos os documentos e em particular dos boletins evitando o seu extravio;

j) - Analisar diàriamente com o seu colectivo as dificuldades encontradas e tomar decisões para sua solução;

l) - Elaborar o plano de recolha de boletins nos diferentes Órgãos Executivos;

3 - Tarefas dos Órgãos Executivos

a) - Garantir que o controlador exerça as suas funções com qualidade através dos membros formados a nível provincial e central;

b) - Assegurar que todas as famílias foram recenseadas pelo que o chefe de zona deverá possuir uma lista contendo todas as famílias;

O controlador servir-se-á dela para conferir.

c) - Elaborar um plano de visitas às brigadas de modo a contactar diàriamente o maior número possível de brigadas assegurando que cada uma seja pelo menos de dois em dois dias;

d) - Garantir a segurança dos boletins recebidos para o que deverão possuir uma sede e um depósito que ofereça condições de segurança;

e) - Recolher os boletins junto das brigadas logo após cada célula ter sido recenseada;

f) - Necessidade de evitar a mecanização do trabalho dos recenseadores e controladores;

g) - Evitar reescrever os boletins por isso constituir fonte de erros e pelo dispêndio que implica;

h) - Não misturar com os restantes lotes, o monte dos boletins do piquete;

i) - Integrar os estudantes Secundários e Universitários na preparação e execução das tarefas;

j) - Pôr todos os monitores da formação nesta fase a controlar e rever os boletins de recenseamento;

l) - A emulação do recenseamento deve ser em termos de qualidade e não quantidade;

Nenhum recenseador deve recensear mais do que 20 famílias por dia.

Devem antes de iniciar o trabalho falar e conversar com a família sobre o recenseamento.

m) - A todos os níveis antes da conclusão do recenseamento, todas as pessoas devem circular livremente, não se devendo exigir o cartão de recenseado para o efeito.

2 - Sobre o preenchimento do boletim

Suriram certas questões mais frequentes neste ponto e daí a necessidade de reforço de certas orientações:

a) - Conceito de agregado familiar

Deve ficar claro que o recenseamento não tem consequências civis sobre o estatuto das pessoas.

O facto de por exemplo um polígamo não ficar no mesmo boletim com todas as mulheres não significa que se efectua a sua separação, nem o facto de não se incluírem no mesmo boletim todos os filhos que teve com as suas mulheres.

b) - Seguir no preenchimento a seguinte ordem de inscrição: chefe de família, conjugue, filho(s), pais, outros parentes e se parantesco;

c) - No caso ds filhos de irmãos ou irmãs em algumas zonas a população considera-os de “netos”. Devem ser considerados como “outros parentes”;

d) - Há dificuldades em determinar as idades. Aqui devem-se seguir certos princípios:

- Deve-se sempre inscrever a idade.
- Deve haver um critério uniforme de determinar as idades que é o está inscrito nas “Instruções para o preenchimento do boletim”.
- Ter-se em conta que a idade aparente muitas vezes não é real.
- O recenseador deve tentar através de pessoas adultas inquirir a idade aproximada.

e) - Há dificuldade de determinação dos ramos de actividade e profissão. Aqui deve-se seguir rigorosamente as “Instruções para o preenchimento do boletim”;

f) - Presença ou Ausência deve ser definida em relação ao dia 1 de Agosto e não em relação ao momento em que se faz o recenseamento;

g) - Não esquecer o recenseamento de dirigentes de estruturas locais: administradores, secretários da localidade, etc.. Deve-se criar uma brigada especial nestes casos ao nível do distrito e da localidade.

3 - Observações Finais

Todas estas orientações devem ser imediatamente transmitidas e implementadas até ao nível do recenseador e controlador.

16 - PONTO DE SITUAÇÃO DO RECENSEAMENTO A 07/08/80

1 - Informação Geral

Das informações chegadas a este gabinete Central provenientes das comunicações pela rádio com os Gabinetes Provinciais salienta-se:

1.1 - Recenseamento

Decorre normalmente, embora ainda haja uma certa dificuldade de obtenção de números de agregados familiares e pessoas recenseadas até este momento por dificuldades da cadeia de comunicações Localidade - Distrito - Província contudo espera-se que venha a terminar dentro do prazo estabelecido.

Algumas localidades de acesso difícil, encontram-se paradas por falta de material. Esta falta de material é devida a uma má distribuição dos Gabinetes Distritais de Recenseamento.

1.2 - Informação Diária

Embora tenham sido dadas orientações para que os Gabinetes Provinciais enviassem um relatório diário sobre o recenseamento e actividades na província, tem-se verificado que tal não é possível devido as deficiências de comunicação referidas no ponto anterior.

1.3 - Apoio Logístico

Continua a verificar-se pedidos diários das províncias, alegando que o número de famílias é superior à previsão feita, continuando também sem saber qual o material que necessitam. Segundo últimas informações, após a visita das Delegações de Alto Nível, e cumpridas as orientações os directores provinciais estarão a trabalhar nos distritos.

Apenas após o seu regresso do Gabinete Provincial de Recenseamento com informações sobre as localidades, será possível fazer a previsão do material.

2 - CIDADE DE MAPUTO

2.1 - Situação Geral

O processo decorre normalmente na maior parte da Cidade, excepto nos Bairros de Chamanculo e Inhagoia, onde se utilizaram descontroladamente os boletins em grande quantidade. Para averiguar esta situação foram destacados os elementos do Gabinete da Cidade.

Continuam a verificar-se nalguns bairros falta de informação de agregados familiares visitados e um reduzido número de pessoas que se recusa a recensear-se. Contudo a situação está controlada e resolvida localmente.

A maior dificuldade situa-se no nível dos transportes, que a falta se traduz em atraso do processo.

3 - PROVÍNCIA DE MAPUTO

3.1 - Situação Geral

Existem algumas dificuldades devido ao facto de a população se apresentar no local de recenseamento sem os seus documentos, que facilitam o cálculo de idades.

Por ordem de S. Exa. Ministro da Educação e Cultura, as aulas diurnas devem ser interrompidas até ao fim do recenseamento, porque os pais alegavam que os filhos estavam em aulas.

O trabalho contudo decorre normalmente. Verificam-se no entanto que alguns agentes fazem as perguntas mecânicamente, não dialogando com as famílias.

As maiores dificuldades surgem na parte central da província, devido ao mau funcionamento das estruturas.

Foi constatada que algumas localidades havia uma deficiência mobilização das populações.

3.2 - Situação nos Distritos

Apenas temos informação do distrito de Marracuene, em que toda a localidade de Michafutene está concluída e nas outras localidades estão concluídas 21 círculos.

Espera-se que neste distrito o recenseamento venha a terminar em 12 ou 13 de Agosto.

4 - PROVÍNCIA DE GAZA

4.1 - Situação Geral

O trabalho em todos os distritos decorre normalmente, esperando-se que no Chókwè o trabalho termine dentro de 3 ou 4 dias.

Verifica-se que a província continua a não saber concretamente o que quer. Xai-Xai há um grande excesso de boletins.

5 - PROVÍNCIA DE INHAMBANE

5.1 - Situação Geral

Embora o trabalho decorra normalmente, verifica-se a falta de boletins porque o número da população inventariado não corresponde à realidade no campo. Algumas localidades estavam paradas em 06/08 por falta de boletins, nomeadamente em Massinga (2 localidades) e Morrumbene (1 localidade).

6 - PROVÍNCIA DE MANICA

6.1 - Situação Geral

Em quase todos os distritos o trabalho decorre normalmente. Ainda não foi possível apurar o número total de agregados familiares recenseados.

6.2 - Situação nos distritos

Cidade de Chimoio - Até 06/08 tinham sido recenseados 8 343 agregados familiares e em 07/08 mais 5 Órgãos Executivos terminados.

Distrito de Chimoio - 5 Órgãos Executivos terminados

Distrito de Manica - O trabalho decorre normalmente mas há falta de material.

Distrito de Bárue - Normal há falta de material.

Distrito de Sussundenga - a mesma situação.

Distrito de Mossurize - Grandes dificuldades devido a acção inimiga. Paralizado o recenseamento, embora haja zonas onde continua.

7 - PROVÍNCIA DE SOFALA

7.1 - Situação Geral

Situação grave devido a falta de boletins nos distritos.

Seguiram brigadas para confirmarem o número de boletins que são necessários.

8 - PROVÍNCIA DE TETE

8.1 - Situação Geral

O trabalho decorre satisfatoriamente, embora estejam a surgir mais círculos, nomeadamente no distrito de Changara, o que para a inventariação inicial não corresponde à realidade. Outro exemplo: a estimativa do distrito de Chiuta dada pelo Gabinete Distrital de Recenseamento é de 90 650 e o Administrador indica 74 150 habitantes.

Existem dificuldades na comunicação diária com os distritos, Por outro lado os telex enviados de Maputo chegam com 1 semana de atraso.

Algumas brigadas terão que parar por falta de documentos.

9 - PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA

9.1 - Situação Geral

O trabalho corre normalmente, embora haja falta de material porque a distribuição do Gabinete Provincial de Recenseamento pelos distritos foi feita por estimativa, a previsão indica que deve ser aumentada em 10%.

10 - PROVÍNCIA DE NAMPULA

10.1 - Situação Geral

Estão garantidas as condições de segurança nos gabinetes dos Órgãos Executivos.

O programa está a ser cumprido. Vai ser estabelecido o contacto com os distritos a partir de 05/08.

As brigadas que trabalham nas concentrações termina o seu trabalho às 13.00 Horas, a qualidade é fraca.

Foram enviadas orientações aos distritos para melhorarem a qualidade através dos monitores.

Em todas as zonas estão a surgir mais famílias que as previstas inicialmente

Em 06/08 num bairro da Cidade de Nampula, incendiaram uma casa onde estava guardada a alimentação das brigadas, a pessoa ligada ao incidente parece ser doente mental. O assunto foi entregue às autoridades competentes para averiguação.

11 - PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

11.1 - Situação Geral

Em 05/08 havia algumas localidades paradas por falta de material, estando contudo o recenseamento a decorrer normalmente.

Tornou-se difícil recolher números há dificuldades de comunicação.

11.2 - Telex

Só existe em Pemba um Telex. O único é o do aeroporto que apenas recebe mas não transmite.

17 - CONCLUSÕES DA REUNIÃO DO GABINETE CENTRAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS DECIDIDAS NA REUNIÃO DAS DELEGAÇÕES DE ALTO NÍVEL

A - 1- Realizou-se no dia 09/08/80 a reunião de todas os membros do Gabinete Central de Recenseamento destacados nas diferentes províncias tendo em vista fazer o

ponto de situação da situação do trabalho em cada província e, analisar o papel do Gabinete Central de Recenseamento na implementação das decisões tomadas pela reunião de balanço das delegações de alto nível.

2 - Nesta reunião analisaram-se os relatórios apresentados por cada uma das províncias, contatando-se a situação actual:

- a) O recenseamento desenvolve-se em todo o País num ritmo satisfatório;
- b) Prevê-se que praticamente em todo o País o recenseamento termina até 15 de Agosto, havendo algumas localidades isoladas em que o recenseamento se prolongará até ao 17 de Setembro;
- c) Existem sérias dificuldades do distrito de Xinavane, Mossurize e Sussundenga devido a acção inimiga, decorrendo aí o recenseamento a um ritmo mais lento;
- d) O engajamento da população é total e entusiasta, tendo sido decisivo para o desenrolar dos trabalhos;
- e) O engajamento dos agentes recenseadores, controladores e monitores é grande, à excepção dos casos isolados de indisciplina devidamente detectados e canalizados para tomada de medidas;
- f) Em geral o nível do Gabinete Distrital e de Cidade tem grandes insuficiências;
- g) Os Gabinetes Provinciais tem algumas insuficiências, principalmente do ponto de vista da divisão de tarefas e controle do recenseamento;
- h) Constatou-se tentativas de marginalização dos elementos do Gabinete Central de Recenseamento nos Gabinetes Provinciais de Recenseamento que ainda se mantem em Zambézia, Inhambane e Cabo Delgado;
- i) Conclui-se que nestes últimos casos também houve dificuldades em assumir a direcção pelos elementos do Gabinete Central de Recenseamento;
- j) Constatou-se descontrol orçamental da maioria das verbas provinciais do recenseamento;
- l) Verificou-se que se tem sentido falta de documentos, nesta fase, praticamente ultrapassada. As principais causas foram:
 - a) Envio inicial insuficiente em alguns casos;
 - b) Estimativas da população fracas;
 - c) Má distribuição dos documentos nos distritos pelas localidades;
 - d) Dificuldades de transporte;
 - e) Dificuldades de efectuar a redistribuição na província.

- m) As condições de segurança nos pontos onde há boletins não estão totalmente garantidas, havendo até casos de alguns Gabinetes Provinciais sem segurança instalada até ao momento;
- n) A qualidade dos boletins não é satisfatória, havendo faltas principalmente de idade, actividade económica e na noção do agregado familiar;
- o) O sistema de comunicação tem sido bastante útil, notando-se contudo algumas deficiências no contacto dos Gabinetes Provinciais quer com o Gabinete Central quer com alguns Gabinetes Distritais de Recenseamento;

B - Na análise das medidas decididas pela reunião das delegações de alto nível, foram clarificadas o seu alcance e objectivos.

Os elementos do Gabinete Central de Recenseamento nas províncias foram informados da importância das mesmas e o facto de deverem dar todo o apoio ao elemento mandatado a província na implementação das mesmas.

C - Na reunião analisou-se outros aspectos da fase final dos trabalhos, nomeadamente:

a) Piquete

- 1 - Ficou decidido que o piquete deveria ser aberto simultaneamente todos os locais subordinados a um mesmo Órgão Executivo de Localidade, e em todos os bairros da mesma cidade;
- 2 - Deve ser aberto no dia seguinte ao fim do recenseamento nesse nível;
- 3 - Deve ser amplamente divulgado;
- 4 - Deve durar 4 dias;
- 5 - Findo os piquetes nos círculos e nos bairros, será aberto por 4 dias o piquete num único local da sede da cidade e do distrito;
- 6 - Os piquetes devem ter condições de segurança;
- 7 - Os boletins do piquete devem ser individualizados e recolhidos separadamente;

b) Ensaios

Os boletins relativos aos ensaios realizados na preparação do recenseamento devem ser devidamente separados dos boletins de recenseamento;

c) Foi dado bastante realce ao ponto das medidas de segurança e ter em conta nos Gabinetes e locais onde há boletins e durante o seu transporte de recolha;

d) Controle de Cobertura

- 1 - Deve ser realizado no mesmo dia em toda a Província e durar 1 dia;
- 2 - Deve ser realizado imediatamente após o fim dos piquetes nos bairros e localidades;

3 - Deve ser escolhida a área do controlador nº 1;

4 - Deve-se de imediato intensificar a divulgação pela população da necessidade de todas as pessoas serem portadoras do cartão do recenseado, sem contudo divulgar o dia do controle de cobertura;

5 - As pessoas encontradas no controle sem cartão devem ser recenseadas. No controle em lugares públicos devem-se recensear no piquete caso não tenham cartão.

e) Período de trabalho dos recenseadores, controladores e monitores:

Concluiu-se que os recenseadores e controladores poderão ser dispensados do seu trabalho após o balanço realizado e conferido todo o material respeitante ao Órgão Executivo de Localidade e Bairro;

Os monitores dos Órgãos Executivos de Localidade e Bairro deverão ser dispensados mal termine o processo de conferência do material da localidade pelo distrito ou do bairro pela cidade;

Os monitores do Gabinete Distrital e de Cidade deverão ser dispensados mal termine o processo de conferência do material do distrito ou da cidade pelo Gabinete Provincial do Recenseamento;

Decidiu-se que o mais tardar dia 31 de Agosto devem estar em Maputo todos os elementos da Universidade Eduardo Mondlane.

D - Estas medidas devem ser totalmente implementadas e imediatamente transmitidas até ao nível do recenseador e controlador.

E - Deve-se organizar o trabalho de modo a garantir os seguintes prazos:

Conselhos Distritais e de Cidade - realizados até ao dia 25 de Agosto:

Conselhos Provincias - realizados até 31 de Agosto;

Conselho Coordenador de Recenseamento - 8, 9 e 10 de Setembro.

Neste sentido os Secretários dos Conselhos Provinciais e Chefes dos Gabinetes Provinciais de Recenseamento devem estar em Maputo no dia 5 de Setembro.

F - Dia 3 de Setembro haverá reunião do Gabinete Central de Recenseamento na qual deverão estar presentes todos os membros do Gabinete Central.

Estes deverão ser portadores do relatório final do Conselho Provincial ao Conselho Coordenador,

G - Dia 6 de Setembro haverá reunião de todos os professores e estudantes da Universidade Eduardo Mondlane e representantes das escolas secundárias.

Neste sentido deve ser divulgado por todos os elementos da Universidade Eduardo Mondlane este programa e a necessidade de a sua chegada recolherem informações mais concretas junto da Reitoria.

Cada província deverá seleccionar de entre os melhores monitores, recenseadores e controladores das escolas secundárias e primárias das províncias 20 representantes a esta reunião.

Este elementos deverão chegar a Maputo, nos dias 4 e 5 de Setembro. A reunião será dirigida por Sua Exa. o Secretário do comité Central do Partido Frelimo para a Política Económica.

18 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO

A realização do 1º Recenseamento Geral da População cinco anos após a independência foi um acontecimento histórico de grande significado.

O trabalho desenvolvido pela Comissão de Mobilização e Informação e o esforço realizado pelas estruturas governamentais a todos os níveis de um modo particular ao nível da base onde decorreu o processo de levantamento de dados desde a fase preparatória, culminou com a grande participação da população que já se encontrava preparada para participar activamente neste grande evento nacional.

O apoio prestado as brigadas na alimentação, alojamento, construção de abrigos para as brigadas nos locais de recenseamento em concentração, abertura de picadas, transporte do material etc. isto traduz a maneira como a população contribuiu para que fosse alcançado o êxito do recenseamento.

19 - TRABALHO DOS RECENSEADORES, CONTROLADORES E MONITORES

Ao longo dos 15 dias estimados para o levantamento de dados notou-se da parte dos monitores, recenseadores e controladores o espírito de sacrifício a que se submeteram para o cumprimento da missão.

Em muitas regiões do País o acesso a determinadas zonas habitacionais é muito difícil por vezes não é possível a circulação de qualquer meio de transporte senão a pé e um percurso de longas distâncias. No entanto isto não constituiu obstáculo para levarem a cabo o trabalho.

Dada a dispersão das casas no campo os controladores tiveram que redobrar os esforços para acompanharem os trabalhos da sua brigada que por vezes ao longo do dia por vezes não conseguiam verificar o trabalho de todos os componentes da sua brigada.

Os estudantes universitários e professores das escolas secundárias também contribuíram grandemente no sucesso do recenseamento.

Numa primeira fase estiveram envolvidos na formação dos recenseadores e controladores posteriormente foram destacados para os Órgãos Executivos onde apoiaram as estruturas locais na organização das brigadas, apoio, controle, resolução das situações com que por vezes as brigadas não conseguiam superar.

20 - RECENSEAMENTO DAS CONVIVÊNCIAS

Como convivência foi considerado todo o estabelecimento estatal ou privado onde vivem temporária ou permanentemente pessoas, normalmente não ligadas por laços de parentesco.

Para o Recenseamento Geral da População foram considerados os seguintes casos de convivências:

- a) - Forças de Defesa e Aquartelamentos em Centros de Formação, Estabelecimentos Prisionais e Campos de Reeducação

Para o recenseamento deste tipo de convivência, foram formados ao nível central elementos destas instituições que posteriormente formaram agentes recenseadores dentro das respectivas instituições para realizarem o recenseamento.

Estes boletins tiveram um tratamento específico no seu processamento.

- b) - População vivendo em Hotéis, Pensões, Hospitais, Conventos, Internatos etc.)

Para o recenseamento deste tipo de convivência, houve instruções específicas adicionais as orientações vinham contidas nas “Instruções para o preenchimento do boletim” e o trabalho foi feito pela brigada que trabalhou nessa região.

21 - CONTROLE DE COBERTURA

A experiência na realização de recenseamento mostra que apesar do grande esforço na mobilização da população, nem toda a população por diferentes motivos vai ser recenseada.

A necessidade de se obter informação final sobre toda a população, implica que se tenha que conhecer a percentagem de pessoas que foram recenseadas em relação à população total.

Controle de Cobertura em Lugares Públicos

1 - Sob a responsabilidade do Gabinete Provincial de Recenseamento deve-se fazer em todas as capitais provinciais no dia 20 de Agosto em lugares públicos o controle de cobertura.

2 - Este controle deve ser feito nos seguintes locais:

Aeroportos, cinemas, mercados públicos e lojas comerciais, 5 a 10 empresas ou serviços públicos, paragens de autocarros, pontes e ferryboats, controles policiaes na entrada e saída das cidades.

3 - Cada Gabinete Provincial de Recenseamento deve pois elaborar uma lista concreta de locais onde se vai efectuar o controle de cobertura com o respectivo horário de trabalho.

Em cada local deve funcionar uma brigada com 2 elementos seleccionados de entre os recenseadores que terminaram o seu trabalho.

4 - A brigada deve pedir a cada pessoa controlada o Cartão do Recenseado e preencher a “Ficha de Controle de Cobertura.”

As pessoas que não foram recenseadas deve-lhes ser informado a localização do piquete mais próximo onde se devem dirigir para serem recenseadas.

5 - Este trabalho deve ser devidamente organizado de forma a não atrasar nem paralisar a produção ou transporte de pessoas.

6 - As “Fichas de Controle de Cobertura” utilizadas devem ser recolhidas pelo Gabinete Provincial de Recenseamento e enviadas ao Gabinete Central de Recenseamento até fins de Agosto.

7 - Esta acção de forma a permitir bons resultados não deve ser divulgada.

Na mobilização para o recenseamento deve-se contudo informar que as pessoas devem ser portadoras do Cartão de Recenseado tendo em vista o controle futuro.

Controle de Cobertura nas Cidades

1 - Ao nível das cidades a realização do controle de cobertura é da responsabilidade dos Órgãos Executivos de Bairro.

Cada Órgão Executivo de Bairro deverá realizar este controle num único quarteirão de cada um dos bairros sob seu controle...

2 - Este controle deve ser feito “casa a casa”. A brigada de controle deve no quarteirão seleccionado ir casa a casa, pedir o Cartão de Recenseado” a todas as pessoas da casa e preencher a Ficha de Controle de Cobertura.

No caso em que encontre famílias ou pessoas não recenseadas, deve preencher um boletim com as pessoas nesta situação.

3 - Para este efeito uma brigada de 4 recenseadores, que não tenham trabalhado no quarteirão seleccionado, deve partir para esse quarteirão e efectuar o controle no dia 17 de Agosto, regressando a Sede do Órgão Executivo do Bairro.

4 - As Fichas do Controle de Cobertura utilizadas bem como os boletins preenchidos devem ser entregues pelo Órgão Executivo de Bairro ao Gabinete de Recenseamento da Cidade e por este ao Gabinete Provincial de Recenseamento.

O envio destas fichas e boletins deve ser separado do envio dos Boletins de Recenseamento.

Controle de Cobertura no Campo

1 - Ao nível dos distritos a realização do controle de cobertura é da responsabilidade dos Órgãos Executivos da Localidade.

Cada Órgão Executivo da Localidade deverá realizar este controle numa única célula ou aldeia da área sob controle do Órgão Executivo da Localidade.

2 - Este controle deve ser feito “casa a casa”. A brigada de controle deve na célula ou aldeia seleccionada ir casa a casa, pedir o Cartão de Recenseado” a todas as pessoas da casa e preencher a Ficha de Controle de Cobertura.

No caso em que encontre famílias ou pessoas não recenseadas, deve preencher um boletim com as pessoas nesta situação.

3 - Para este efeito uma brigada de 4 recenseadores, que não tenham trabalhado no local seleccionado, deve partir para esse local no dia 15 de Agosto e realizar o trabalho, regressando a Sede do Órgão Executivo da Localidade.

4 - As Fichas do Controle de Cobertura utilizadas bem como os boletins preenchidos devem ser entregues pelo Órgão Executivo da Localidade ao Gabinete Distrital de Recenseamento e por este ao Gabinete Distrital de Recenseamento.

O envio destas fichas e boletins deve ser separado do envio dos Boletins de Recenseamento.

Os resultados deste controle permitem concluir que em média em todo o País foi recenseada cerca de 98.5% da população total.

22 - TRABALHO DESENVOLVIDO PELOS MEMBROS DO GABINETE CENTRAL DE RECENSEAMENTO NAS PROVÍNCIAS

Com a finalidade de apoiar os preparativos finais da organização do recenseamento o Gabinete Central do Recenseamento, destacou para todas as províncias um membro apoiado por dois a três estudantes universitários.

Foi de grande utilidade a presença destes membros nas províncias pois em algumas delas puderam dar um grande impulso nos Gabinetes Provinciais que estavam inoperantes e algumas províncias procuraram marginalizar a acção dos membros do Gabimete Central.

Uma das medidas tomadas pelo Gabinete Central de Recenseamento foi o de estabelecer um sistema de comunicação. Em cada província um dos carros enviados dispunha de um sistema de rádio, para em diferentes locais se comunicar com a província.

O Gabinete Central de Recenseamento comunicava-se diariamente e em simultâneo com todos os membros ou alguém destacado para o efeito nas diferentes capitais provinciais. Nestes contactos eram reportados o ponto de situação do decurso dos trabalhos e solicitação de material (boletins, canetas, fichas etc.) com maior predominância para os boletins. O pedido do material era diário nas comunicações e este facto deveu-se a má estimativa realizada na fase preparatória.

Os membros do Gabinete Central de Recenseamento, participaram activamente no apoio aos Gabinetes Distritais e procuraram apoiar os trabalhos das brigadas.

Estiveram também envolvidos no fim dos trabalhos na organização da recolha dos boletins.

23 - RELATÓRIO DA REUNIÃO GERAL DE BALANÇO COM TRABALHADORES DO RECENSEAMENTO

Terminados os trabalhos do recenseamento realizou-se nos dias 8 e 9 de Setembro uma reunião que contou com a participação dos membros do Conselho Coordenador de Recenseamento, representantes das organizações Democráticas de Massas estudantes e professores Universitários, delegações provinciais constituídas por monitores, recenseadores e controladores que mais se destacaram no processo de recenseamento e foi presidido por S. Exa. o Sr. Secretário para a Política Económica do Partido e Presidente do Conselho Coordenador do Recenseamento.

Usando da palavra o Presidente do Conselho Coordenador de Recenseamento começou por dirigir saudações aos trabalhadores do Recenseamento.. vindo depois a centrar a sua alocução aos objectivos da reunião:

- Troca de experiências colhidas durante a realização do 1º Recenseamento Geral da População.

Fazendo análise do processo de recenseamento foram levantados vários problemas que contribuíram para o andamento do censo, e foram constatados vários problemas sócio-económicos, organizativos, administrativos etc.

Niassa

A participação da população contribuiu decisivamente para o sucesso dos trabalhos, houve apoio em todos os aspectos. As grandes dificuldades acentuaram-se na falta de transportes e vias de acesso o que obrigou os agentes a percorrer grandes distâncias. constatou-se que existe uma rica fauna bravia mas que não é devidamente aproveitada.

Cabo Delgado

Nesta província duma forma geral, o censo decorreu da melhor forma apesar de ter havido problemas de falta de boletins durante o processo mas, com a sua chegada estas dificuldades foram ultrapassadas.

Outras questões constatadas durante o recenseamento dizem respeito a problemas sócio-económicas nomeadamente a situação deplorável de falta de géneros e vias de acesso, problemas de nudez e falta de centros de abastecimentos e de troca de produtos o que obriga muitas vezes a deslocações da população para compra e venda dos mesmos na Tanzânia. Neste aspecto insistiu-se a necessidade de se tomar medidas concretas para solucionar esta situação.

Constatou-se que certos Administradores não zelam pelos problemas sociais da população talvez por incompetência ou negligência dos mesmos.

Certos milicianos têm comportamentos que não coadunam com as orietações superiores do Partido e do estado (espírito de arrogância, falta de respeito com a população chegando mesmo a praticar actos agressivos).

Nampula

Dum modo geral o recenseamento foi um sucesso.

Houve boas relações entre as diversas estruturas envolvidas no processo e boa receptividade da população aos agentes recenseadores e controladores.

Zambézia

Constituiu preocupação fundamental o facto de não se ter realizado um balanço dos trabalhos. Além disso os estudantes foram obrigados a abandonar a meio os trabalhos finais do recenseamento tendo sido obrigados ao regresso apressado para Maputo. É de salientar o facto de alguns estudantes não terem aceite este procedimento e afirmaram que primeiro deveriam completar todos os trabalhos.

Não obstante o clima de trabalho que se viveu, apontou-se o facto de a população ter correspondido e apoiado o recenseamento, e de se ter encontrado um caso excepcional de um velho que se *presume ter mais de 100 anos de idade*.

Tete

Os oradores foram unânimes em dizer que o recenseamento foi um grande êxito dada a grande participação e apoio dada aos agentes em todos os aspectos.

Realçaram uma vez mais a grande hospitalidade prestada pelas estruturas e OMM aos Estudantes Universitários.

O apoio populacional não só foi a nível alimentar mas também com iniciativas de feitura de cestos para pôr o material do recenseamento e a construção de alpendres.

Porém, acima destes aspectos positivos foram apontados problemas que merecem um estudo crítico, minucioso e sua resolução.

Os intervenientes versaram grandemente na situação sócio-económico nomeadamente a das queimadas que destroem em grande parte as riquezas daquela província, reforçaram que as queimadas constituem já uma tradição para aquela província.

Salientarm que a Campanha Nacional contra as queimadas devia fazer-se sentir mais fora das cidades, pois é lá onde se sente a necessidade de se fazer.

Outra questão que fustiga aquela Província é o problema de escoamento, pois existem zonas onde não há sequer um único produto da primeira necessidade básica (sal etc.) mas que em certas zonas existem muito destes produtos e até devido a falta de via de acessos e transporte os mesmos apodrecem ou as populações queima-os.

Um ponto que um dos estudantes Universitários colocou é a falta de transporte o que obriga as populações a vender os seus produtos em Países estrangeiros. O problema da poligamia é um outro aspecto colocado e isto torna-se muito sério porque verifica-se que um só chefe do agregado familiar chega a ter 5 ou mais mulheres em distritos diferentes e mesmo em Países vizinhos.

Outra questão é dos quadros do Aparelho do Estado nomeadamente os Administradores, que estão naqueles postos mas que não reúnem as mínimas condições para tal daí que só fazem trabalhos que aparecem nesse momento o que tem criado muitos problemas...

Um estudante que esteve afecto no Zumbo referiu que o trabalho feito naquele Distrito é muito deficiente devido a falta de visitas por parte de responsáveis, tendo acrescentado que o Gabinete Central e Provincial deviam fazer uma revisão dos trabalhos realizados naquele distrito.

Respeitante as questões sócio-económicas foi salientada que em certas zonas verifica-se que a população ainda não conhece a nossa moeda utilizando assim Kwache Zambiano para troca de produtos.

Outro aspecto respeitante a saúde, existem muitos problemas sanitários, falta de postos médicos o que tem desmoralizado a população. A educação é muito deficiente, falta de escolas, havendo muitas crianças que não estudam dedicando-se a bebedeira.

Existem problemas de casamentos prematuros, encontrando-se casos de crianças que casam com 7 ou 8 anos de idade.

Manica e Sofala

Nestas duas províncias o recenseamento foi realizado com êxito.

Louvou-se o espírito de engajamento manifestado pelos monitores, controladores e recenseadores.

Constatou-se que em algumas zonas da Província de Manica a população desconhece a nossa moeda e que tem em seu poder notas em Escudos e em Dólares Zimbabweanos.

Inhambane

Nesta província, assim como nas outras, o recenseamento teve o seu sucesso devido ao engajamento da população. Apesar das dificuldades materiais (fundamentalmente transporte) conseguiu-se levar a cabo com êxito o recenseamento.

Porém como é do conhecimento os agentes foram unânimes em reafirmar o grande problema é da seca que tem assolado aquela Província.

Este problema constitui uma ameaça assustadora porque em certas regiões as populações são obrigadas a abandonar os seus lares mantendo-se no mato à procura de frutas silvestres.

Maputo e Gaza

O recenseamento foi um êxito mercê da mobilização da população e do seu engajamento.

Consideração Finais

No acto de encerramento o Presidente do Conselho Coordenador de Recenseamento, proferiu um importante discurso onde enalteceu o alto espírito patriótico por parte de todos aqueles que estiveram envolvidos no processo do recenseamento.

Os presentes sob o pedido de S. Exa. o Sr. Secretário para a Política Económica do Partido e Presidente do Conselho Coordenador do Recenseamento, observaram um minuto de silêncio em memória daqueles que sacrificaram as suas vidas durante o trabalho do recenseamento.

Os participantes sensibilizados pelo problema das secas que assola alguns pontos do País e num vivo espírito de solidariedade contribuíram com um montante de 27 248,50MT para o auxílio das vítimas.

24 - REUNIÃO DO GABINETE CENTRAL DE RECENSEAMENTO COM AS DELEGAÇÕES PROVINCIAIS

Tendo em vista a preparação da 5ª Reunião do Conselho Coordenador e o relatório do Gabinete Central de Recenseamento este órgão realizou uma reunião para apreciação dos relatórios de que eram portadores os membros delegados destacados nas províncias na altura do recenseamento.

Síntese da reunião

1º Orçamento

Foi pedido às Províncias que fizessem o pagamento de todas as dívidas ainda existentes e transferissem o saldo para o Gabinete Central de Recenseamento. Caso haja um saldo negativo deverá ver-se a possibilidade de cobertura por outra rubrica.

a) - A Província de Gaza tinha encomendado mobiliário que até hoje não foi entregue. Precisa saber se deve insistir na sua entrega ou cancelar e pagar apenas o que foi fornecido ao Gabinete Provincial de Recenseamento.

b) - A Província de Sofala apresentou que há distritos com saldos negativos e o Gabinete Provincial já não dispõe de verba.

Existe o problema de uma viatura que se incendiou e outra que ficou danificada por uma mina e que necessita de ser devolvida aos seus proprietários.

c) - A Província de Cabo Delgado diz que o reforço da verba enviada para pagamento das bicicletas não chegou e que irão ver a viabilidade do seu pagamento pelo saldo de outras rubricas.

d) - A Província de Namipula tem saldo negativo, pelo que se deu autorização para utilizar o saldo existente das bicicletas.

e) - A Província de Tete pensa que não há saldo pois que ainda falta pagar o alojamento de estudantes Universitários.

A sua verba foi esgotada nos últimos dias com o regresso dos estudantes pois foi necessário pagar o excesso de bagagem e desdobramentos dos bilhetes de avião para Maputo (2 900.00MT cada bilhete).

Conclusão: - As Províncias deveriam ver a verba total existente, efectuar todos os pagamentos independentemente das rubricas e transferir o saldo para o Gabinete Central de Recenseamento.

2º - Programa dos Gabinetes Provinciais de Recenseamento

Foi dito às Províncias que os Gabinetes Provinciais permaneceriam na sua actual constituição até ao dia 30 de Setembro.

O Gabinete Central de Recenseamento até 30 de Setembro dará orientações sobre as estruturas provinciais de estatística a serem criadas, a sua composição e quais os elementos dos Gabinetes Provinciais de Recenseamento que transitarão para essa estrutura.

Deste modo para esses elementos haveria um curso sobre estatística em Maputo nos meses de Novembro e Dezembro...

Conclusão: -Os Gabinetes Provinciais de Recenseamento permanecem até 30 de Setembro data até à qual receberão orientações do Gabinete Central de Recenseamento.

- Ficaria sob decisão de S. Exa. o Governador a dissolução dos Gabinetes Distritais de Recenseamento, a integração daqueles que não tinham antes outra ocupação, nos Conselhos Executivos ou o seu despedimento assim como o regresso aos seus locais de trabalho dos restantes, bem como a data em que se efectuará essa dissolução.

3º Material

Constatou-se que nem todos os elementos do Gabinete Central de Recenseamento, em serviço nas Províncias oficializaram a entrega das máquinas de calcular aos Gabinetes Provinciais de Recenseamento.

Verificou-se também que a existência do material comprados pelos Gabinetes Distritais de Recenseamento, para alojamento dos agentes recenseadores e controladores qual o destino a dar a esse material.

Conclusão

- O Gabinete Central de Recenseamento ficaria encarregado de oficializar a entrega das máquinas a todas Províncias com excepção de Manica e Niassa, cuja guia de entrega se encontra já no Gabinete Central.
- Quanto ao material comprado pelos Gabinetes Distritais deveriam esses mesmos Gabinetes fazer a sua inventariação e aguardar no distrito orientações para a sua utilização e posterior afectação.

4º Meios de transporte

Quanto às bicicletas foi dito mais uma vez que segundo orientações do Presidente do Conselho Coordenador de Recenseamento as bicicletas ficariam nos distritos e que as mesmas não seriam retiradas, ficando só por se decidir se as Províncias vão pagá-las ou não e que a sua distribuição ficaria sob à responsabilidade de S. Exa. o Governador.

Quanto as viaturas foi esclarecido que as mesmas ficariam nos Gabinetes Provinciais de Recenseamento até 30 de Setembro a fazer o trabalho destes Gabinetes e depois à responsabilidade de S. Exa. o Governador pois teria, de aguardar o balanço a fazer com ONU sobre a sua posterior utilização e que as mesmas deveriam ficar em lugar seguro para facilitar trabalho caso os responsáveis da ONU queiram deslocar-se às Províncias para verificar “in loco” o estado das mesmas.

- Conclusão:
- O Gabinete Central de Recenseamento deverá dar instruções se se deve ou não retirar o rádio das viaturas pois isso causa muitos problemas e impede a sua circulação fora da cidade capital.
 - O Gabinete Central de Recenseamento deverá dar a decisão sobre o pagamento ou não das bicicletas.

5º - Fichas e Nomenclaturas

Constatou-se que, com excepção das Províncias de Tete e Nampula, não foram enviadas as fichas de apuramento nº 2,3 e 4. Outras há que tem os dados em mapas anexos aos relatórios.

Para posterior trabalho no Centro de Processamento de Dados foi pedido às Províncias a nomenclatura das localidades com os nomes como se escrevem correctamente e outros porque são também conhecidas, assinalando se são antigas Localidades Políticas ou Administrativas, tendo algumas Províncias realçado que consta já em anexo ao seu relatório.

Foi solicitado o envio das listas de aldeias por distritos e localidades assinalando aquelas que constituem localidade tendo-se concluído que seria difícil detectá-las e que apenas seria possível enviar a lista daquelas que tem Assembleia do Povo.

A Província de Sofala expôs a situação dos quatro novos distritos criados mas que não funcionaram para efeitos de recenseamento se os mesmos deveriam vir em separado no apuramento preliminar.

Existem também algumas localidades com áreas urbanas superiores às das sedes dos distritos havendo necessidade de se rever o limite delas.

Conclusão:

- Os Gabinetes Provinciais de Recenseamento deverão enviar as fichas o mais urgente possível não se tendo fixado data, mas com a indicação de que seria a 1ª tarefa a ser realizada aquando da sua chegada.
- Até ao dia 22 de Setembro os Gabinetes Provinciais devem enviar as listas pedidas das localidades e aldeias.
- O Gabinete Central de Recenseamento concordou com a necessidade da definição de novos limites para as sedes dos distritos.

6º - *Recolha do material censal*

O Gabinete Central de Recenseamento informou que na 2ª quinzena deste mês seria feita a recolha dos boletins, tendo algumas Províncias solicitado que essa recolha fosse breve pois que poderá constituir preocupação a estadia dos mesmos por muito tempo e os Secretários do Conselho Provinciais de Recenseamento não ficarão tranquilos enquanto essa recolha não for efectuada.

7º - Foi solicitado para que todas as Províncias seguissem as orientações por escrito com metas e prazos, de acordo com as constatações efectuadas nesta reunião.

25 - 5ª REUNIÃO DO CONSELHO C. DE RECENSEAMENTO

Tendo em vista o balanço final do 1º Recenseamento Geral da População teve lugar nos dias 9 a 11 de Setembro a 5ª Reunião do Conselho Coordenador de Recenseamento com os seguintes Objectivos:

1 - Análise de como decorreu o Recenseamento Geral da População;

2 - Plano para o Processamento da Informação.

Extractos do discurso de abertura pelo Presidente do Conselho Coordenador de Recenseamento.

Ao iniciarmos a 5ª Reunião do Conselho Coordenador de Recenseamento, quero em primeiro lugar saudar a vossa presença, saudar o trabalho por vós realizado após a última reunião.

Terminamos a fase principal do nosso trabalho, a fase inquérito à população.

Vivemos dias inesquecíveis. Dias em que todo o Povo deu provas da sua imensa capacidade de criação e realização.

Demonstrando um alto grau de compreensão dos seus objectivos, milhões de moçambicanos compareceram ao recenseamento, fornecendo as respostas que lhes eram solicitadas.

Com alto espírito de unidade nacional, a população apoiou em alojamento e alimentação os recenseadores e controladores, abriu estradas e picadas para o acesso das brigadas, construiu casas para as brigadas e Órgãos do Recenseamento.

Os dias 1 e 23 de Agosto, marcando respectivamente a abertura e encerramento do Recenseamento da População foram momentos altos deste processo.

Manifestando a sua alegria e entusiasmo, em todo o País esses dias foram de festa, que uniram todo o nosso povo, que traduziram claramente o conteúdo das nossas festas populares.

Foi este engajamento e esta determinação que transformou o 1º Recenseamento Geral da População numa vitoriosa ofensiva de classe.

É pois enriquecidos por esta experiência e temperados neste combate que hoje nos reunimos.

Ao nível de todas localidades, bairros, distritos, cidades e províncias realizaram-se já as reuniões de balanço dos diferentes Órgãos Coordenadores de Recenseamento.

Foram estas reuniões que principalmente ao nível da localidade e bairro envolveram a própria população, que nos permitem hoje iniciar este Conselho onde vamos sintetizar toda a experiência vivida...

Durante esta reunião, nas nossas intervenções, devemos ter a permanente preocupação de analisar do ponto de vista metodológico todo o processo, de medir os seus resultados práticos.

Será esta preocupação que nos permitirá teorizar a nossa prática e, nesse sentido, enriquecer o património teórico e organizativo para futuras acções deste tipo.

Os relatórios que vamos ouvir das diferentes estruturas do Recenseamento ao nível central e provincial devem pois ser por nós profundamente analisados.

Hoje terminamos o 1º Recenseamento Geral da População, estamos perfeitamente claros que ele ultrapassou totalmente o carácter dum trabalho estatístico, para assumir a dimensão duma tarefa eminentemente política, duma tarefa nacional.

Esta foi sempre a nossa convicção, sempre o afirmamos. Isto significa que devemos neste Conselho estudar as formas que nos permitirão recolher cabalmente a experiência vivida e alargar a participação no seu balanço final...

A conclusão da fase de inquérito à população, exige que nos preocupemos com o tratamento da informação recolhida.

O sucesso desta nova fase significa a valorização de todo o esforço desenvolvido até agora.

O boletim de recenseamento preenchido sintetiza o esforço do operário da tipografia, do trabalhador dos transportes que o colocou no lugar onde ia ser preenchido, do recenseador que fez o inquérito, de todo o nosso povo que se organizou para fornecer as respostas correctas e exactas que lhe foi solicitado.

É pois necessário organizar cientificamente o tratamento da informação de forma a que o mais rapidamente possível possamos fornecer à direcção do nosso Partido e Estado as informações necessárias à planificação do nosso desenvolvimento.

Nesta reunião devemos analisar o trabalho já realizado neste campo e, aprovar um programa de tarefas para o seu prosseguimento.

Estes são os objectivos principais desta 5ª Reunião do Conselho Coordenador de Recenseamento.

25.1 - RELATÓRIO DO GABINETE CENTRAL DE RECENSEAMENTO

1 - Introdução

De acordo com as Directivas Económicas e Sociais do III Congresso da Frelimo e em cumprimento do programa de trabalho traçado pelo Conselho Coordenador de Recenseamento, realizou-se de 1 a 15 de Agosto em toda a República Popular de Moçambique o 1º Recenseamento Geral da População.

De acordo com a 4ª Reunião deste Conselho, o Gabinete Central de Recenseamento concentrou a sua actuação nos seguintes aspectos:

- Apoio e direcção dos gabinetes Provinciais de Recenseamento em cada nível.
- Harmonizar a execução das acções do recenseamento em cada nível.

- Realizar no mais curto espaço de tempo todas as acções e apoio de carácter logístico necessárias.
- Tomar as acções necessárias para estabelecer o funcionamento dum sistema eficiente de comunicação.
- Afectação dos elementos da Universidade Eduardo Mondlane.
- Solucionar e uniformizar qualquer questão de carácter metodológico.
- Estabelecer os mecanismos necessários do ponto de vista da coordenação da mobilização e informação para o Recenseamento da População.

Através deste relatório pretendemos pois, apresentar as actividades realizadas pelo Gabinete Central de Recenseamento após a última reunião deste Conselho e situá-las no processo geral de preparação e realização do recenseamento.

2 - Organização do Gabinete Central de Recenseamento

Tendo em vista garantir a realização das tarefas acima descritas, procedeu-se ao reforço do Gabinete Central de Recenseamento.

Este reforço foi feito de forma a garantir os seguintes objectivos:

- Dotar o Gabinete Central dum núcleo permanente de direcção e coordenação os trabalhos;
- Permitir a afectação permanente a cada Gabinete Provincial de Recenseamento e o Gabinete de Recenseamento da Cidade de Maputo de um elemento do Gabinete Central;
- Estabelecer ligações rápidas e eficientes com as seguintes estruturas: Sede Nacional do Partido Frelimo, Ministério da Segurança, Ministério da Defesa Nacional, Ministério do Interior; Ministério da Informação, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério dos Portos e Transportes de Superfície e Ministério dos Correios, Telecomunicações e Aviação Civil.

Neste sentido o Gabinete Central de Recenseamento foi reforçado por membros do Conselho Coordenador de Recenseamento, quer em termos permanentes, quer como elementos de ligação.

3 - Direcção e Apoio das Estruturas Provinciais de Recenseamento

Tendo em vista a realização do Recenseamento da População, esta era uma questão de contúdo em todo o processo da sua preparação e execução.

Neste sentido, realizaram-se as seguintes acções:

- a) Afectação permanente de elementos do Gabinete Central de Recenseamento;

De 10 de Julho a 31 de Agosto foram afectos permanentemente a cada Gabinete Provincial um elemento do Gabinete Central de Recenseamento.

Estes elementos tinham como tarefa principal realizar todo o apoio necessário à execução do recenseamento em cada província e filtrar as questões a serem postas ao nível central.

Ao fazer este balanço, constatamos a importância que teve em todo o processo esta acção, e o contributo decisivo que teve na direcção do recenseamento em cada província, tendo em alguns casos tido que assumir a direcção do próprio Gabinete Provincial de Recenseamento.

- b) No cumprimento das decisões da 4ª Reunião deste Conselho, o Gabinete Central de Recenseamento destacou um elemento permanente para a direcção do Gabinete de Recenseamento da Cidade de Maputo, tendo estabelecido a ligação directa do Gabinete de Cidade em relação ao Gabinete Central;
- c) Visitas de apoio e controle a todas as províncias do País, à excepção de Niassa, Cabo Delgado e Tete. Estas visitas permitiram um conhecimento mais directo do núcleo central do Gabinete Central de Recenseamento e também transmitir orientações e uniformizar métodos de trabalho entre as diferentes províncias;
- d) Comunicações permanentes entre o Gabinete Central e os Gabinetes Provinciais, tendo em vista solucionar questões de ordem material e metodológica.

Estas comunicações permitiram que houvesse um contacto que possibilitava o conhecimento, ainda que limitado, do decurso do processo e das acções de apoio logístico em curso.

Gostariamos contudo de fazer algumas observações que nos parecem úteis do ponto de vista de balancear os objectivos desta acção com os seus resultados práticos:

- Dificuldades na organização da comunicação não permitiam que a informação recebida pelo gabinete Central correspondesse a um conhecimento concreto do curso do trabalho;
- Fruto de dificuldades logísticas existentes, as comunicações abordavam poucos aspectos de conteúdo;
- O elemento que fazia a comunicação nem sempre tinha conhecimento do processo global na província;
- Algumas dificuldades de ordem técnica.

e) Tendo em vista implementar as decisões emanadas da reunião de balanço das delegações de alto nível do Partido e Estado que se deslocaram a cada uma das

províncias, realizou-se em 9 de Agosto uma reunião do Gabinete Central de Recenseamento, incluindo todos os elementos destacados nas províncias.

Esta reunião incluiu também elementos das Organizações Democráticas de Massas que fizeram parte das delegações de alto nível.

Nesta reunião foram mandatados os elementos que em cada província velariam pela implementação das orientações atrás referidas, que diziam respeito fundamentalmente a questões: organização e métodos de trabalho, funcionamento das estruturas e controle de trabalho, segurança e qualidade dos boletins.

Nesta reunião fez-se também ao nível do Gabinete Central um primeiro balanço do trabalho, que permitiu clarificar, pormenorizar e uniformizar aspectos relativos ao programa de Julho a Setembro aprovado na última reunião deste Conselho.

4 - Reforço das Estruturas de Base do Recenseamento

Tendo em vista garantir o funcionamento mais correcto e a uniformização dos métodos de trabalho em todo o País, o Gabinete Central de Recenseamento formou e destacou para todas as localidades, bairros, distritos e cidades do País cerca de 1 000 elementos da Universidade Eduardo Mondlane.

Este trabalho permitiu a sua chegada às capitais provinciais o mais tardar até 8 de Julho.

O trabalho realizado por estes elementos em ligação com as estruturas locais e os elementos formados por cada província para o mesmo efeito, permitiu garantir uma dinâmica própria e a orientação central e provincial ao nível do Órgão Executivo da Localidade e Bairro.

O facto de ter sido a este nível que se formaram os recenseadores e controladores permitiu a melhoria da sua formação e consequentemente uma melhor qualidade da informação.

Esta acção permitiu em muitos casos superar dificuldades que se fizeram sentir ao nível dos Gabinetes Distritais e de Cidade do Recenseamento.

5 - Apoio Logístico

a) Documentos

Tendo em vista satisfazer as necessidades existentes em cada província em termos de documentos, o Gabinete Central de Recenseamento procedeu a distribuição no total das seguintes quantidades de documentos a outro material:

Boletim de Recenseamento	5 017 000
Manual de Organização da Cidade	500
Manual de Organização do Distrito	3 240
Manual de Mobilização	7 280

Manual de Organização da Localidade	6 700
Manual de Organização do Bairro	2 230
Instruções para o preenchimento do Boletim	7 500
Manual do Agente Recenseador	24 200
Manual do Agente Controlador	5 900
Esferográficas	44 800
Resmas de papel branco	250
Caixas de cartão canelado	3 265
Cartão do recenseado	16 495 000
Cartazes de Recenseamento	70 000
Autocolantes	24 000
Sacos de plásticos	64 000
Carimbos	16

A impressão e envio dos documentos orçou num total de 1 732 411MT dos quais 1 080 822 MT de impressão e 651 589MT de transportes.

Outro tipo de material, como papel de cópia, papel duplicador, clips e alfinetes não pôde ser enviado devido à falta no mercado local.

Pode-se pois constatar o envio exagerado de material, tendo em vista as necessidades reais.

A cerca desta questão, consideramos como causas fundamentais existentes as seguintes:

- Fracas estimativas da população e número de famílias existentes em cada local;
 - Má distribuição dentro do distrito pelas localidades;
 - Em alguns casos má distribuição dentro da própria província pelos distritos;
 - Dificuldade dentro do distrito e província de efectuar a distribuição dos documentos, pelo que se procedia ao seu pedido ao Gabinete Central;
 - Remessas cujo montante não correspondia ao previsto por má contagem na Imprensa Nacional (em geral pensamos que os montes já embalados que nos eram entregues tinham faltas da ordem dos 10%);
 - Perdas no transporte por mau manuseamento ou extravio.
- Estes motivos levaram a que actualmente existe em cada província bastantes documentos não utilizados.

Conscientes desta situação, o Gabinete Central de Recenseamento sentiu contudo que, para o prosseguimento do trabalho era necessário satisfazer os pedidos que nos eram constantemente formulados.

Nesta acção sentimos efectivamente, descontrolo e alarme resultante de insuficiências organizativas no processo de distribuição por distritos e localidades.

b) Combustível

De acordo com a resolução da 4ª Reunião do Conselho Coordenador sobre Transporte e Combustível o Gabinete Central de Recenseamento reuniu com todas as gasolinhas do País (Petromoc, BP, Shell e Caltex) tendo acordado com as mesmas o abastecimento imperetrável dos seus postos durante o período do recenseamento.

e A Petromoc garantiria também o combustível extra necessário ao recenseamento manteria o Gabinete Central de Recenseamento informado da situação em combustível e óleos lubrificantes em todo o País.

Foram desta forma adquiridos por intermédio do Gabinete Central 165 650 litros de gasóleo, 46 600 litros de gasolina Super e 29 000 litros de gasolina normal e óleos lubrificantes.

Paralelamente foram criadas as condições para a distribuição do combustível, a nível de algumas Províncias, nomeadamente o combustível para os helicópteros através de tambores e tanque móvel.

Foi feito igualmente o levantamento de combustível para barcos existentes nos locais em que se previa a sua utilização.

a Alguns dos pedidos normalmente exagerados e sem qualquer base a fundamentar quantidade pedida não foram imediatamente satisfeitos tendo sido exigido o fornecimento de número de viaturas afectas aos trabalhos a partir do qual foi feito a estimativa do combustível a enviar.

c) Bicicletas

Elaborado o plano de fornecimento de bicicletas aos Gabinetes Provinciais de Recenseamento verificou-se que não havia possibilidade de resposta das carpintarias fornecedoras das embalagens para o transporte rodoviário das bicicletas devido a falta de madeira.

Após o estudo realizado, conclui-se ser mais útil utilizar a capacidade máxima de montagem na fábrica e enviarem-se as bicicletas já montadas e assim se estabeleceu o plano de montagem que atingia 75 bicicletas diárias.

Esta resolução verificou-se mais viável não só em relação ao problema da montagem a nível das províncias mas também em relação ao preço porque chegaram à Província.

Apesar do fretamento do avião cargueiro da LAM para o transporte o preço das bicicletas conseguia ser inferior ao praticado pelo distribuidor normal que além de não garantir a chegada em boas condições não possuía capacidade de montagem para a entrega no prazo estabelecido.

A excepção da Província de Cabo Delgado foi cumprido para todas as Províncias o plano de distribuição das bicicletas, tendo sido feito a entrega de 1 340 bicicletas montadas, 1 675 desmontadas num total de 3 015.

Para o pagamento das bicicletas enviadas desmontadas a cargo do distribuidor foram feitos reforços às verbas das Províncias estimados no custo provável fornecido pela fábrica.

A fim de garantir a utilização das bicicletas nas Províncias foram enviadas câmaras de ar sobressalentes, remendos e colas. Dada a inexistência deste material no mercado local, inicialmente foram enviados para remendos, pedaços de câmaras de ar velhos e tubos de cola em tamanho muito superior ao necessário mas que foi o único vasilhame adequado que se encontrou.

Com a chegada de colas e remendos importados foi feita nova distribuição deste material.

Para o prosseguimento desta tarefa sentimos algumas dificuldades que em alguns casos provocaram atrasos na sua chegada às províncias:

- Atrasos na conclusão da montagem pela Fábrica de Biciletas;
- Atrasos no seu envio pela LAM. Aliás este facto fez-se também sentir no envio dos documentos. Se bem que a LAM tivesse limitações de capacidade, bem como tivesse sido difícil em todos os casos estabelecer um programa de transportes, sentíamos em algumas situações falta de sensibilidade para a importância do Recenseamento da População.

d) Helicópteros

A fim de apoiar os trabalhos de recenseamento e facilitar a deslocação nas Províncias de Cabo Delgado, Niassa e Tete foram enviados 2 helicópteros sendo um de HELMO e outro da FAP. foram também afectas 3 avionetas.

c) Alimentação

Em Julho, foram enviadas para o Gabinete Provincial de Sofala através da COGROPA de Maputo 10 toneladas de arroz.

Respondendo ao apelo do Gabinete Provincial de Inhambane foram enviadas 10 toneladas de arroz a fim de minimizar a fome que a seca provoca em alguns Distritos desta Província. Devido ainda a esta situação foram enviados para aquela Província 13 camiões tanques para transporte de água para as zonas de seca.

6 - Orçamento

O gabinete Central de Recesneamento foi dotado dum Orçamento no montante de 64 400 000.00MT.

Deste Orçamento foram transferidos para os Gabinetes Provinciais 49 095 378.00MT, tendo sido gastos centralmente 14 685 680.00MT, havendo pois um saldo da ordem dos 618 972.00MT.

Neste momento desconhecemos os saldos orçamentais existentes em cada Província, contudo sentimos que este processo não teve o controle necessário ao nível de cada Província, pelo que o Gabinete Central de Recenseamento decidiu em certa fase do processo não satisfazer mais pedidos de reforço até que sejam prestadas contas centralmente. este processo ainda não está concluído.

7 - Mobilização e Informação

O intenso trabalho de Mobilização e Informação realizado ao nível de todo o País, dirigido pelo Partido criou as condições necessárias e fundamentais para o sucesso do Recenseamento da População.

Ao nível do Gabinete Central de Recenseamento, as ligações estreitas havidas com a Sede Nacional do Partido Frelimo e os Órgãos de Informação permitiu um intenso trabalho na fase preparatória e durante o recenseamento, essencialmente com os seguintes objectivos:

- Esclarecimento sobre os objectivos e importância do Recenseamento da População;
- Formação em torno dos métodos de trabalho, tendo em vista melhorar a qualidade do Recenseamento;
- Combate a boatos e outras acções do inimigo;
- Manter informada a população sobre o decurso dos trabalhos.

Neste sentido foram enviados elementos dos Órgãos de Informação para todas as Províncias do País, para acompanharem de perto o processo.

Trabalharam igualmente ao nível do País, 4 brigadas do Instituto Nacional de Cinema, que fizeram a cobertura cinematográfica do Recenseamento.

Foram divulgadas textos informativos e formativos sobre o recenseamento, foram elaborados programas especiais para o recenseamento e abertos concursos populares para iniciativas culturais sobre o recenseamento.

Eram igualmente distribuídos e afixados cartazes e autocolantes alusivos ao recenseamento.

A realização deste trabalho foi um contributo importante para o sucesso do recenseamento.

8 - Qualidade

A qualidade do preenchimento do boletim é uma questão fundamental para se dotar informações correctas sobre o população, valorizando-se assim o esforço feito no recenseamento.

O ponto de situação feito pelas delegações de alto nível do Partido e do Estado mostrava que a qualidade no início do recenseamento não era satisfatória.

No decurso do processo de implementação das decisões então tomadas, a questão da qualidade foi particularmente analisada e foram tomadas medidas e reforçadas certas orientações para o melhoramento da qualidade do boletim.

Principais erros e dificuldades detectados, abrangiam essencialmente aspectos respeitantes a:

- Conceito de agregado familiar;
- Idade;
- Profissão e Ramo de Actividade;
- Dimensionar correctamente o período dos últimos 12 meses;
- Óbitos verificados.

Em muitos casos constatou-se igualmente que o facto de o recenseamento se estar a realizar a um ritmo muito maior que o normal (em alguns casos, um recenseador recenseava 40 famílias por dia) afectando naturalmente a qualidade no preenchimento do boletim, dada a falta de diálogo que ele devia estabelecer com a família.

As medidas metodológicas tomadas e reforçadas neste sentido, o facto de se ter definido como limite diário por recenseador as 15 a 20 famílias, terem-se afecto ao controle do preenchimento dos boletins todos os monitores, e ter-se definido como preocupação importante a ter todas as estruturas no controle o aspecto da qualidade, levou a melhorias importantes neste campo.

Contudo uma apreciação definitiva sobre esta questão só é possível no decurso do processamento e análise dos dados.

9 - Conclusão

A realização do 1º Recenseamento Geral da População na República Popular de Moçambique, foi em primeiro lugar fruto da imensa capacidade de todo o Povo mobilizado e dirigido pelo Partido Frelimo.

O fornecimento de respostas correctas e exactas, a comparência nos locais de concentração e de residência, o apoio material e em alimentação dado aos recenseadores e controladores pela população e o seu apoio moral e entusiástico, foram condições decisivas para o sucesso do recenseamento.

O engajamento de todas as estruturas do Partido, Organizações Democráticas de Massas e Aparelho do Estado, aos recenseadores e controladores, das estruturas do Recenseamento aos diferentes níveis permitiu materializar as orientações que nos foram traçadas nas diferentes reuniões deste Conselho.

Terminou assim a fase de inquérito à população. Entretanto agora na fase do apuramento e análise da informação, de que vai depender a valorização de todo o esforço dispendido.

Continuaremos pois os nossos trabalhos, sempre sob a palavra de ordem: *“Façamos do Recenseamento da População uma Vitoriosa Ofensiva de Classe”*

25.2 RELATÓRIO DO CONSELHO C. DE RECENSEAMENTO

O III Congresso da Frelimo decidiu a realização do 1º Recenseamento Geral da População na República Popular de Moçambique no ano de 1980.

Sob a direcção de Sua Exa.o Presidente do Partido Frelimo e Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Moises Machel ... foi ractificada a Lei do Recenseamento da População, Lei nº 4/79 de 19 de Maio de 1979.

Esta Lei define o alto significado político e os objectivos principais a atingir com o recenseamento da População, o seu âmbito de acção, os grandes parâmetros da informação, as estruturas necessárias para a sua realização, as principais acções preparatórias a desenvolver, os direitos e deveres dos cidadãos.

Assim foi criada a base política e legal para a realização do Recenseamento.

1. RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO: UM INSTRUMENTO DE CLASSE

A realização do Recenseamento Geral da População no primeiro ano da década de 1980-1990, definida por Sua Excelência o Presidente do Partido Frelimo e Presidente da República de Moçambique, como a “Década na Luta contra o Subdesenvolvimento” confere-lhe um significado particular, determina claramente os seus objectos.

A direcção científica desta luta exige um conhecimento quantitativo e qualitativo do homem moçambicano, como vive e o que faz, como os homens se relacionam no processo de produção.

Assim, o Recenseamento tem por objectivo fornecer a base de informação necessária para uma análise da composição de classe da sociedade moçambicana.

Através do Recenseamento podemos saber quantos operários, camponeses, assalariados agrícolas, cooperativistas, empregados e patrões que existem na República Popular de Moçambique.

A necessidade de planificar o nosso desenvolvimento socialista, e em particular no momento em que se elabora o Plano Prospectivo Indicativo, exige que o Recenseamento da População contribua decisivamente para o conhecimento da informação de base necessária à planificação socialista da economia.

O Recenseamento deve contribuir para o cálculo científico dos bens de consumo, meios de produção e infraestruturas sociais e económicas necessários à eliminação da fome, nudez, analfabetismo, doença e outros males deixados pelo colonialismo. Deve

permitir um conhecimento excto dos meios humanos existentes para esta luta e balanceá-los com as necessidades reais.

Os objectivos traçados distiguiam radicalmente à partida o nosso Recenseamento dos recenseamentos coloniais realizados em Moçambique.

Os recenseamento realizados na era colonial estão intimamente ligados ao alistamento para o pagamento do imposto de palhota e mais tarde domiciliário, ao recrutamento para o chibalo, à angariação de mão-de-obra barata para as minas da Africa do Sul e para as grandes plantações coloniais.

Estes eram pois instrumentos para organizar a exploração e humilhação do nosso Povo, eram parte integrante do sistema colonial.

Pelos objectivos que visa atingir e pela forma como é realizado o Recenseamento da População é sempre um instrumento da classe que está no poder. Estas características retiram-lhe completamente o carácter de neutralidade.

Os objectivos que foram definidos para o nosso Recenseamento caracterizam-no como um instrumento da aliança operário-camponesa no nosso País, uma tarefa nacional, uma tarefa eminentemente política.

Neste sentido era simultâneamente objectivo e condição necessária para a sua realização, o engajamento consciente de todo o Povo enquadrado e mobilizado pelo Partido Frelimo, para que com firmeza e orgulho patriótico exercesse o seu direito de ser recenseado.

O Recenseamento da População devia ser também uma forma de fortalecer e consolidar a actuação conjunta e planificada das estruturas do Partido, Organizações Democráticas de Massas e Aparelho de Estado a todos os níveis, e fortalecer a organização local da população.

Finalmente, a sua realização pelas estruturas que cria e pela experiência que permite adquirir devia ser um impulso decisivo para a criação dum sistema estatístico nacional dotado de modernos meios de informática, de acordo com a respectiva decisão do III Congresso da frelimo.

2. CINCO ANOS APÓS A INDEPENDÊNCIA NACIONAL

A realização do Recenseamento Geral da População cinco anos após a Independência Nacional, contava já com a existência suficientemente desenvolvida duma maturidade política e organizativa do nosso Partido, do nosso Estado e do nosso Povo.

Contudo, existiam também inúmeras dificuldades. O nosso País é extenso e população ainda vive dispersa. As vias de comunicação e os transportes constituíam obstáculos reais que tínhamos que ultrapassar. A maior da população não sabe ler e escrever, e não poderia pois preencher o seu próprio boletim de recenseamento. em muitas zonas do nosso País vive-se situações sérias de fome devido à seca. Finalmente era a

primeira vez que íamos realizar um recenseamento da população, e não tínhamos pois experiência.

Por outro lado a nossa experiência histórica mostrava-nos que o inimigo ia agir, ia tentar recorrendo aos meios mais perversos, disvirtuar os nossos objectivos, ia tentar impedir a realização do recenseamento.

Estas circunstâncias faziam sentir, à partida, que se ia travar um combate, um combate de classe.

Contudo, a criação e estruturação do nosso Partido Frelimo, a constituição de Assembleia do Povo em todos os escalões do nosso Estado, o grau e a experiência de organização acumulados ao longo destes cinco anos, eram parte integrante do rico património do nosso Povo, foram os principais factores que nos permitiram seguramente a palavra de ordem que sempre nos guiou: *“Façamos do 1º Recenseamento da População na República Popular de Moçambique, Uma Vitoriosa Ofensiva de Classe”*.

3. A VITÓRIA PREPARA-SE, A VITÓRIA ORGANIZA-SE

“ A vitória prepara-se, a vitória organiza-se”. Esta palavra de ordem constituiu sempre o Norte dos nossos trabalhos preparatórios.

Tendo em vista recolher a experiência já existente em matéria de recenseamento, realizou-se em Março de 1979 uma Reunião Nacional que envolveu representantes das estruturas do Partido, Organizações Democráticas de Massas e Aparelho do Estado ao nível central e provincial.

Esta reunião permitiu aprovar o “Programa Preliminar de Operações Censitárias”, o primeiro objectivo de Boletim de Recenseamento, a estimativa orçamental e o projecto de contribuição do Fundo das Nações Unidas para Actividades Populacionais para o Recenseamento da População.

Abordaram-se aspectos relacionados com a realização de ensaios preparatórios e com o funcionamento das estruturas do recenseamento aos vários níveis.

Durante todo o processo estudou-se e analisou-se as experiências de outros países e povos, segundo o princípio de que *“a nossa própria realidade é o ponto de partida, a experiência dos outros povos é o ponto de referência”*.

No processo preparatório, e como método de formação de quadros teve-se sempre presente a necessidade de ligação da teoria e prática.

Desde o seu início que a preparação teve como preocupação fundamental a necessidade de envolver todas as estruturas e todo o Povo numa forma activa e consciente na realização do Recenseamento da População.

Estas foram as linhas mestras seguidas em todo o processo preparatório do Recenseamento.

Nesta fase realizaram-se as seguintes acções principais:

a) Órgãos criados

a.1 - Criação, composição e tarefas.

De acordo com a Lei do Recenseamento foi criado para a direcção do processo ao nível nacional o Conselho Coordenador de Recenseamento, directamente subordinado ao Conselho de Ministros.

O Conselho Coordenador de Recenseamento é presidido por Sua Excelência, o Secretário do Comité Central do Partido Frelimo para a Política Económica.

Sob a sua direcção permanente e clara, este Conselho conseguiu, em todas as fases definir as acções principais, tomar as medidas necessárias para a realização do Recenseamento da População, cumprir as funções para que foi criado.

O Conselho Coordenador de Recenseamento é constituído por representantes de todas as estruturas do Partido, Organizações Democráticas de Massas e Aparelho de Estado ao nível central, e pelos responsáveis das estruturas provinciais de Recenseamento.

São funções do Conselho Coordenador de Recenseamento.

- Dirigir e coordenar o processo de recenseamento, e assegurar a todos os níveis, a contribuição das estruturas do Partido, das Organizações Democráticas de Massas e do Aparelho de Estado para o cumprimento da Lei do Recenseamento;
- Garantir a implementação das directivas do Partido e de Estado na realização do recenseamento;
- Emitir directivas e orientações às estruturas subordinadas;
- Receber e examinar reclamações.

Para o melhor desempenho das suas tarefas, o Conselho Coordenador de Recenseamento constituiu Comissões de Apoio.

Com o fim de assegurar o desenvolvimento de todas as operações censitárias foi criado, na Comissão Nacional do Plano, o Gabinete Central de Recenseamento, órgão executivo do conselho Coordenador de Recenseamento.

Em todas as províncias, distritos e cidade foram criados os Conselhos de Recenseamento e Gabinetes de Recenseamento dos respectivos escalões, com composição e tarefas à semelhança das estruturas centrais.

Os Conselhos Provinciais de Recenseamento são presididos pelos Senhores Governadores de Província e têm um Secretário.

Para a direcção dos Conselhos e Gabinetes de Distritos e Cidade do Recenseamento foram designados os Senhores Administradores de Distrito e os Presidentes do Conselho Executivo de Cidade, respectivamente.

Como estruturas de base do Recenseamento da População foram criados por grupos de localidades e bairros, Órgãos Coordenadores e Executivos do respectivo escalão, dirigidos pelos Senhores Administradores de Localidade e Senhores Secretários de Grupo Dinamizador de Bairro, respectivamente.

a. 2 - Funcionamento e método de trabalho

A aplicação rigorosa dos princípios do centralismo democrático quer no funcionamento das estruturas ao mesmo nível, quer nas relações entre as estruturas a diferentes níveis, permitiu garantir a direcção do processo a cada nível, e em particular a direcção global de todo o trabalho pelo Conselho Coordenador de Recenseamento.

Tendo em vista alcançar os objectivos que nos propunhamos, as estruturas do Recenseamento aos diferentes níveis no seu funcionamento e métodos de trabalho observaram rigorosamente as tarefas e prazos estabelecidos no programa centralmente definido, bem como a metodologia de execução aí definida.

Desta forma se consagrou o princípio que permitiu obter dados agregáveis e comparáveis, por respeitarem a mesma definição de conteúdo e estarem a referidos ao mesmo momento.

A constituição de Conselhos de Recenseamento a todos os níveis garantiu a concentração coordenada dos esforços das diferentes estruturas a cada nível, para o cumprimento do programa centralmente elaborado.

A sua constituição até ao nível de localidade e bairro garantiu o alargamento progressivo da participação na direcção do processo.

A deslocação periódica das brigadas de apoio e controle do trabalho realizado pelas estruturas subordinadas permitiu garantir o cumprimento correcto do programa de trabalhos.

Em particular, é de referir o funcionamento das estruturas ao nível de distrito, de localidade e de bairro.

A experiência do Recenseamento da População mostrou que o nível de distrito é decisivo na transmissão das orientações superiores e na recolha e enquadramento da experiência e grande iniciativa criadora do nosso povo.

A apoio por parte de brigadas provinciais e o reforço com elementos formados ao nível provincial e central permitiu ultrapassar certas deficiências de funcionamento a este nível, e permitiu que os Conselhos e Gabinetes Distritais cumprissem as tarefas de que foram incumbidas.

O nível de localidade e bairro constituiu o nível de base das estruturas do Recenseamento.

Foi a este nível que, dada a dimensão da população e extensão territorial, foi possível organizar correctamente os recursos humanos e materiais necessários à realização do Recenseamento.

Foi também a este nível que no contacto directo com o Povo, se enquadrou e dirigiu a sua imensa capacidade e iniciativa criadora.

Os Grupos Dinamizadores de Círculo e Célula enquadrando toda a população constituíram instrumentos eficazes para a realização do Recenseamento da População.

b) Formação de quadros

O facto de ser pela primeira vez que se realizava um Recenseamento da População na nossa Pátria, de se pretender realizá-lo simultâneamente em todo o País num curto espaço de tempo e com boa qualidade, significou grandes exigências em matéria de quadros.

Neste sentido, em todo o processo preparatório foi tomada como preocupação fundamental a formação de quadros.

Foi necessário formar para a execução das tarefas aos diferentes níveis e em diferentes funções, cerca de 29000 quadros, de entre os quais 24 000 agentes recenseadores e controladores, 4000 monitores e 1000 trabalhadores dos Gabinetes de Recenseamento.

No processo de formação de quadros seguiu-se em geral os seguintes princípios:

- Foi feito por níveis, e dentro de cada nível por função;
- Através de ensaios práticos a todos os níveis materializou-se sempre o princípio de ligação da teoria a prática;
- Fez parte da formação a cada nível o estudo detalhado do programa de trabalho a esse nível e das tarefas dos níveis a ele subordinados. Tendo em vista conhecer o detalhe, todos os trabalhadores desde o Gabinete Central ao Órgão de Localidade e Bairro realizaram também as funções de agente recenseador, durante a sua formação;
- Foi estabelecida a íntima ligação entre a formação política e técnica. Em particular dadas as características da tarefa, foi dada bastante importância as relações de trabalho com o Povo.
- Foram utilizados métodos de avaliação e selecção.

De acordo com estes princípios, cumpriu-se o seguinte programa de formação de quadros ao respectivo nível:

- Dos membros do Gabinete Central de Recenseamento e dos responsáveis dos Gabinetes Provinciais de Recenseamento - de 1 de Julho a 30 de Dezembro de 1979;
- Dos membros dos Gabinetes Provinciais de Recenseamento e dos responsáveis adjuntos dos Gabinetes Distritais e de Cidade do Recenseamento - de 1 de Março a 10 de Maio de 1980;
- Dos membros dos Gabinetes Distritais e de Cidade do Recenseamento e dos responsáveis dos Órgãos Executivos de Localidade e Bairro - de 20 de Maio a 30 de Junho de 1980;
- Dos agentes controladores e recenseadores - de 16 de Julho a 29 de Julho de 1980.

Foram também formados a nível provincial cerca de 1000 professores e estudantes do ensino secundários, a nível central 1000 professores e estudantes da Universidade Eduardo Mondlane que, durante os meses de Julho a Agosto, trabalharam fundamentalmente nos Órgãos Executivos de Localidade e Bairro como monitores de formação, tendo significado um importante reforço para as estruturas do recenseamento a esses níveis.

Tendo em vista o recenseamento de casos especiais, foram formados ao nível central elementos das estruturas de Defesa, Segurança, Interior, Justiça, Negócios Estrangeiros e Núcleo de Apoio aos Refugiados, que posteriormente organizaram o recenseamento dentro das suas estruturas.

Os elementos formados foram seleccionados de entre os trabalhadores do Partido, Organizações Democráticas de Massas, Aparelho de Estado, professores e estudantes aos diferentes níveis.

O esforço de formação de quadros assim realizado, permitiu dentro dos prazos constituir as estruturas e o corpo de recenseadores e controladores necessários para a realização do Recenseamento da População.

Em particular é de realçar a formação de um corpo de 24 000 agentes controladores e recenseadores.

Estes elementos com um mínimo de 16 anos de idade e 4ª classe foram formados durante duas semanas ao nível de localidade e bairro, e em princípio trabalharam na sua área de residência.

Fez parte da sua formação além da preparação política e técnica a realização de dois ensaios práticos, de forma a elevar a qualidade do seu trabalho.

O espírito de sacrifício, entusiasmo e alegria foram valores constantes no seu trabalho.

As excelentes relações de trabalho estabelecidas no dia a dia com o Povo, estabeleceram na prática a verdadeira imagem do nosso Recenseamento da População.

c) Organização e metodologia

Tendo em vista testar e definir os melhores métodos organizativos do trabalho, e em cumprimento da Lei do Recenseamento foi realizado em Agosto de 1979 no distrito de Vilanculos, Província de Inhambane, um recenseamento de ensaio.

Da análise dessa experiência o Conselho Coordenador de Recenseamento constatou que os seus resultados foram importantes mas representativas principalmente para as zonas rurais.

Neste sentido determinou a realização dum ensaio na Cidade de Maputo, que se realizou em alguns bairros representativos das diferentes características urbanas em Novembro de 1979.

Estas experiências práticas foram o ponto de partida para a definição final da metodologia de realização do Recenseamento nas zonas rurais e urbanas.

Definiram-se assim as seguintes regras gerais seguidas no trabalho:

- Em todo o País o boletim de recenseamento deve ser preenchido pelo agente recenseador após entrevista com o agregado familiar;
- O recenseamento deve-se efectuar nos locais de residência, nas cidades pelo método de “casa a casa”, no campo dada a dispersão da população por “concentração”;
- Deve-se recensear toda a população presente ou residente, referindo os dados ao dia 1 de Agosto de 1980. O recenseamento deve ser realizado em 15 dias;
- A informação deve ser recolhida directamente de cada membro do agregado familiar, e não só através do chefe do agregado de familiar;
- Tendo em vista criar zonas residenciais de pequena dimensão e fácil controle, dividiu-se todo o País em “zonas” no campo e “quarteirões” na cidade, com o respectivo responsável. Cada zona ou quarteirão tem em média 60 famílias;
- A brigada de recenseamento deve ser dirigida por um agente controlador e ser composta por quatro agentes recenseadores;
- Cada recenseador deve recensear 15 famílias por dia, o que significa que a brigada deve ser recensear 60 famílias por dia, isto é, um quarteirão ou zona por dia;
- O agente controlador deve organizar e controlar diariamente a qualidade do trabalho da brigada;
- Cada recenseador deve possuir um cartão de identificação e deve distribuir a cada pessoa recenseada o cartão de recenseado;

- Deve efectuar um permanente controle de cobertura.

Tendo em vista assegurar o cumprimento destes princípios, foram elaborados Manuais e Instruções para os diferentes níveis e funções, explicando e desenvolvendo a sua implementação, como condição necessária e factor principal para o sucesso do Recenseamento da População.

A implementação desta metodologia garantiu assim a realização em todo o País com sucesso do Recenseamento da População numa forma uniforme e nos prazos previstos.

d) Acções de carácter logístico e comunicações

Para a realização das acções preparatórias e em particular a execução durante 15 dias do Recenseamento da População em todo o território nacional, foi necessário garantir ao nível de todo o País os meios de materiais necessários para esta acção.

Assim colocou-se em todas as localidades e bairros do nosso País de documentos necessários ao recenseamento, em particular 4 500 000 de boletins de recenseamento e 15 000 000 cartões de recenseado, de forma a garantir com uma margem de segurança as necessidades de trabalho.

O transporte de material e deslocação de pessoas exigiu a utilização de cerca de 900 viaturas, mais de 3000 bicicletas, helicópteros, aviões, barcos, tractores e motocicletas.

O grande apoio recebido pela população neste campo, quer emprestando as suas bicicletas, quer transportando a pé o material, quer abrindo picadas para o acesso a viaturas em zonas difíceis, foi um contributo muito importante para esta acção.

Dada a extensão territorial do nosso País e a fraca rede de comunicações existentes, foi reforçada e criados canais para circulação da informação rapidamente.

Neste campo, é de realçar o papel desempenhado pela estrutura de Telecomunicações do Ministério da Segurança, que garantiu o estabelecimento numa rede de circulação da comunicação eficiente.

Assim foi possível através de aparelhos de rádio fixos e móveis e telefones estabelecer um circuito do nível central ao nível distrital.

A população e milícias populares, como estafetas completaram o circuito até a base.

Esta organização foi bastante importante tendo em vista o controle diário que o recenseamento exigia.

A realização de todas as acções necessárias no âmbito de logística e comunicações foi muito importante para a realização do Recenseamento da População, e foi possível

cumpri-las nos prazos necessários em geral, devido grande esforço e compreensão de todos os trabalhadores das estruturas envolvidas na sua execução.

e) Mobilização e Informação

A realização do Recenseamento da População só foi possível devido ao grande engajamento e alta consciência política demonstrados por todo o nosso Povo.

Este engajamento e consciência é reflexo do enorme trabalho de mobilização e informação realizado em todo o País, dirigido pelo nosso Partido Frelimo.

Em cumprimento duma recomendação da V Sessão da Assembleia Popular, aquando do último processo de eleições locais no nosso País, realizou-se uma acção coordenada de mobilização de toda a população, que permitiu atingir-se um nível de sensibilização geral de todo o nosso Povo para a realização do Recenseamento da População.

Durante o mês de Julho e Agosto estas acções intensificaram-se, e realizou-se uma ampla Campanha de Mobilização baseada nos objectivos políticos, económicos e sociais do nosso Recenseamento.

Brigadas do Partido coordenadas com as Organizações Democráticas de Massas e integrando membros dos Conselho de Recenseamento aos diferentes níveis, realizaram em todas as localidades, bairros, círculos e células reuniões de mobilização da população.

Foi assim possível transmitir claramente a todo o nosso Povo os objectivos do nosso Recenseamento distinguindo-o radicalmente dos recenseamentos coloniais realizados em Moçambique. foi possível armar ideologicamente todo o nosso Povo para combater qualquer acção inimiga que tentasse disvirtuar o conteúdo do recenseamento.

No Jornal do Povo o tema do Recenseamento da População passou a ser atentamente lido pela população.

Ao nível da informação escrita ou falada, através de artigos e programas especiais explicativos, entrevistas e reportagens, peças de teatro e concursos artísticas, realizou-se um amplo trabalho de divulgação, formação e sensibilização da população.

A projecção do filme dos recenseamentos de ensaio à qual assistiram centenas de milhares de moçambicanos, bem como a cobertura cinematográfica do recenseamento foram também instrumentos importantes desta Campanha.

As Organizações Democráticas de Massas enquadrando e mobilizando a população realizaram um contributo muito importante. É de realçar o papel desempenhado pela O.M.M. na mobilização e engajamento de todas as mulheres moçambicanas. em muitas fábricas, os Conselhos de Produção realizaram um trabalho intenso, que permitiu engajar a classe operária na realização do Recenseamento.

Toda a ampla acção de mobilização realizado e dirigido pelo nosso Partido Frelimo, foi pois condição indispensável para a realização do Recenseamento.

Foi esta acção que criou as condições para que todo o Povo Moçambicano, do Rovuma ao Maputo, demonstrando um alto espírito patriótico se engajasse conscientemente no Recenseamento da População.

5 - TRAVAMOS E VENCEMOS UMA LUTA DE CLASSE

A exortação a todo o Povo Moçambicano aprovada na 6ª Sessão da Assembleia Popular por ocasião do Recenseamento da População sintetizou e enalteceu o alto espírito revolucionário e patriótico com que todo o Povo se engajou na preparação do Recenseamento.

Ao exortar todo o Povo a engajar-se resolutamente no Recenseamento da População, exprimia o sentimento generalizado de todo o Povo organizado e dirigido pelo nosso Partido Frelimo e determinado a fazer do 1º Recenseamento geral da População na República Popular de Moçambique uma vitoriosa ofensiva de classe.

O recenseamento de Sua Excelência o Presidente do Partido Frelimo e Presidente da República Popular de Moçambique, no dia 1 de Agosto, constituiu o momento mais alto de todo o Recenseamento da População.

No seu exemplo, todo o Povo viu o dirigente máximo da Revolução Moçambicana, o militante, abnegado, o cidadão livre, o chefe de família exemplar.

Este acto pelo seu alto significado político constituiu exemplo para todo o Povo, para todas as famílias, para todos os cidadãos moçambicanos, constituiu elevado estímulo que galvanizou todo o povo decidido a realizar vitoriosamente o Recenseamento da População.

O dia 1 de Agosto foi também marcado pela presença em todas as províncias do País de delegações de alto nível da direcção do Partido e Estado.

Este facto constituiu um impulso decisivo para a mobilização de toda a população.

Pelas acções desenvolvidas, foi possível ultrapassar obstáculos que se punham ao desenvolvimento dos trabalhos, imprimindo-lhes um ritmo que permitiu garantir os objectivos do Recenseamento da População.

O dia 1 de Agosto foi assim em todo o País do Rovuma ao Maputo, um dia de festa, um dia em que todo o Povo exprimiu a sua determinação, o seu alto grau de consciência política.

A realização do Recenseamento da População em 15 dias foi resultado directo da direcção do nosso Partido Frelimo, na confiança total do Povo nas suas decisões, da unidade indestrutível entre o Povo e o nosso Partido Frelimo.

Em todo o País, milhões de moçambicanos, homens, mulheres, jovens, velhos e crianças percorreram grandes distâncias a pé para serem recenseados.

Os locais de concentração para o recenseamento, as aldeias comunais e os bairros onde se realizou foram embelezados, constituíram locais de afirmação cultural do nosso Povo livre e independente.

Em particular é de realçar o papel da mulher moçambicana, que enquadrada e organizada pela OMM, como mãe e militante deu todo o apoio aos trabalhos do recenseamento.

Percorrendo enormes distâncias a pé para trazer água, fornecendo a alimentação necessária, dando todo o seu apoio e material a mulher moçambicana ergueu bem alto o farol da Liberdade.

Os 24 000 recenseadores e controladores constituíram um corpo de verdadeiros embaixadores do Partido e Estado junto da população.

Pelo seu exemplo e dedicação, pelo alto espírito de sacrifício demonstrado, pela alegria e entusiasmo no trabalho, transmitiram a toda a população a imagem do nosso Recenseamento.

Este sentimento alastrou-se para além das fronteiras nacionais. Moçambicanos residentes nos países vizinhos atravessaram a fronteira, e vieram aos locais de recenseamento afirmar: “Aqui estamos, somos Moçambicanos, viemos recensear-nos”.

O Recenseamento da População constituiu pois um alto momento de unidade nacional.

Em todo o País, o cartão de recenseado foi recebido com orgulho e carinho pelas mãos de todos os moçambicanos.

O cartão de recenseado simboliza o resultado dum acto de cidadãos livres, que demonstrando alto espírito patriótico, exercem o direito e dever de serem recenseados.

O inimigo tentou em vão impedir esta vitória do Povo Moçambicano.

O inimigo tentou inutilmente sabotar a identidade do Povo com o Partido não olhou a meios na sua actuação.

Espalhou boatos de que o Recenseamento da População se preparava a nacionalização de gado, rádios e outros bens da população, tentou espalhar a ideia de que o recenseamento era para acabar com a poligamia, era preciso mobilizar a população para o serviço militar.

Infiltrou elementos tentando desorganizar o recenseamento, e desacreditar o nosso Partido e Estado, cobrando dinheiro por cada cidadão recenseado.

Recorreu a grupos de contra-revolucionários que realizaram acções armadas contra a população e os agentes recenseadores.

Em todas estas acções o inimigo deparou com a barreira imensa do Povo, organizado pelo nosso Partido Frelimo e determinado a vencer.

As nossas heróicas forças de Defesa e Segurança, quer na confrontação directa com inimigo, quer na protecção física aos trabalhadores e ao material do recenseamento, souberam sempre prolongar a tradição gloriosa das Forças Populares de Libertação de Moçambique, levantar bem alto a bandeira da Revolução.

As milícias populares nas localidades e bairros mantiveram 24 horas por dia a guarda dos documentos do recenseamento.

O dia 23 de Agosto foi um dia de festa, um dia de orgulho nacional.

A Declaração de Encerramento do Recenseamento da População proferida por sua Excelência, o Secretário do Comité Central do Partido Frelimo para a Política Económica, Marcelino dos Santos, traduziu o sentimento de todo o Povo Moçambicano após mais uma vitória de classe.

Em todo o País do Rovuma ao Maputo, nas localidades, bairros, aldeias comunais, círculos e células o Povo festejou o encerramento do Recenseamento da População.

Através de músicas, danças, teatro, poesias, canções, desporto, todo o Povo exprimiu a sua alegria, o seu entusiasmo, o seu alto sentimento patriótico.

Em todo o lado, o nosso Povo afirmou alto; *“Travamos e vencemos mais uma batalha de classe”*

6 - QUANTOS SOMOS

A realização do 1º Recenseamento Geral da População na República Popular de Moçambique, permite já conhecer “Quantos somos”.

É possível fazer-se uma apreciação do índice de cobertura atingido no inquérito, e ter uma primeira avaliação da qualidade de informação recolhido.

a) Cobertura

Terminada a operação de inquérito realizou-se o controle de cobertura que permitiu calcular o coeficiente de cobertura do Recenseamento da População.

Por cada Órgão Executivo de Localidade e Bairro foi seleccionada ao acaso uma célula e um quarteirão, respectivamente, onde uma brigada “casa a casa”, efectuou o controle tendo em vista verificar se todos os cidadãos foram recenseados.

Nas cidades re realizou-se também o controle em mercados, paragens de autocarro, cinemas, e outros lugares públicos.

Em todos os casos foi exigido como meio de prova, o cartão de recenseado.

Os resultados deste controle permitem concluir que em média em todo o País foi recenseada cerca de 98.5% da população total.

Este índice traduz o engajamento de toda a população, os métodos correctos usados no Recenseamento, e reflete a capacidade de mobilização e organização do nosso Partido Frelimo.

b) Qualidade

Tendo em vista permitir obter uma base de informação que seja um contributo importante para análise de composição de classe da sociedade moçambicana e para o desenvolvimento da planificação socialista, o boletim de recenseamento incluía 31 perguntas algumas delas complexas pela sua natureza.

Conceitos como idade, profissão, ramo de actividade, posição no processo de trabalho, a própria relação familiar ou a noção de tempo, por exemplo “últimos 12 meses”, são conceitos cuja apreensão não foi sempre fácil de conseguir. em muitos casos, a obtenção correcta da resposta a algumas perguntas implica um conhecimento cultural profundo de diferentes zonas do País.

Isto leva a que o diálogo entre o recenseador e recenseado nem sempre atingiu o nível que permitia obter a resposta mais correcta e exacta.

Contudo, medidas tomadas durante o próprio inquérito, e a preparação a que foram submetidos os recenseadores, bem como a informação antecipada à população das perguntas contidas no boletim, permitiu que se tenha obtido um nível de qualidade geral no preenchimento do boletim satisfatório.

Uma apreciação final mais detalhada sobre a qualidade da informação recolhida, só será possível durante o processo de processamento automático e análise da informação.

c) Processamento final da informação

A obtenção do conjunto de mapas finais resultante da combinação de todas as informações recolhidas, num curto espaço de tempo, só é possível com o recurso ao processamento por computador.

Assim a informação recolhida passará por três fases principais: codificação e validação, gravação e apuramento.

Está em curso a formação dum corpo de 200 codificadores e gravadores que durante aproximadamente dois anos, trabalhando em três turnos, prepararão a informação contida em cerca de 3 500 000 boletins, para o seu apuramento no computador.

Foi constituída uma Comissão de Apoio do Conselho Coordenador do Recenseamento que inclui representantes das diferentes estruturas do Partido Frelimo, Organizações Demográficas de Massas e Aparelho de Estado, que tem por função definir o esquema

de análise e apresentação da informação tendo em vista satisfazer as necessidades de todas as estruturas.

Será assim possível até Agosto de 1982 obter a informação total final do 1º Recenseamento Geral da População na República Popular de Moçambique.

d) Resultados preliminares

O apuramento preliminar manual da população na República Popular de Moçambique no dia 1 de Agosto de 1980, permite concluir que somos 11 673 725 habitantes, dos quais 5 670 484 homens e 6 003 241 mulheres. No País existe um total de 2 793 023 agregados familiares, o que significa em média 4,1 pessoas por família.

A sua distribuição, por províncias e por sexos, apresenta-se como segue:

	Agregados Familiars	Masculino	Feminino	População Total	Habitantes por Km2
PROVINCIAIS	2793023	5670484	6003241	11673725	15.5
Niassa	134060	242432	265384	507816	4.0
Cabo Delgado	218619	428073	472631	900704	11.4
Nampula	631148	1105214	1136531	2241745	29.4
Zambézia	578159	1185572	1233279	2418851	23.8
Tete	189172	365680	414401	780081	8.3
Manica	122183	282536	304809	587345	10.4
Sofala	221171	500170	490562	990732	15.7
Inhambane	229550	476114	547765	1023879	14.5
Gaza	205892	459842	522761	982603	13.1
Maputo (Provín.)	106504	241918	258974	500892	19.1
Maputo (Cidade.)	156565	382933	356144	739077	1254.7

A população vivendo nas 12 principais cidades de Moçambique, é de 1 539 119 habitantes, o que corresponde a 13.2 % da população total.

A sua distribuição, por cidades, e por sexos, apresenta-se como segue:

	Agregados Familiars	Masculino	Feminino	População Total
CIDADES	388855	805176	733943	1539119
Lichinga	38216	19440	19564	39004
Pemba	9633	20782	20384	41166

Nampula	37782	76634	69088	145722
Nacala	21078	38988	36050	75038
Quelimane	13340	32642	27509	60131
Tete	11580	22652	22467	45119
Chimoio	16646	36951	31174	68125
Beira	54278	120063	94550	214613
Inhambane	16884	26988	29451	56439
Xai - Xai	10240	21516	22278	43794
Chókwè	2613	5587	5284	10871
Maputo	156565	382933	356144	739077

A República Popular de Moçambique com uma superfície de 779530 Km² e uma população de 11 673 725 habitantes, tem uma densidade média de 15 habitantes por Km².

As províncias do nosso País com densidade superior a média são Nampula, Zambézia, Maputo (Província) e Maputo (Cdade).

A província com menor densidade populacional é Niassa com 4.1 habitantes por Km².

A população total de Moçambique tem 48% de pessoas do sexo masculino e 52% de pessoas do sexo feminino. Por cada 100 pessoas do sexo feminino existem 94.5 pessoas do sexo masculino.

Nas 12 principais cidades do País, resultam da migração do campo para a cidade com maior incidência nos homens.

Assim nas 12 principais cidades existem 53% de homens e 47% de mulheres. Isto é por cada 100 pessoas do sexo feminino; existem 112 pessoas do sexo masculino.

Esta relação tem maior peso na cidade da Beira, onde por cada 100 pessoas do sexo feminino, existem 129 pessoas do sexo masculino.

Comparando a população em 1980 com a população do último censo colonial de 1970 verifica-se um crescimento aparente da ordem dos 42%.

Este crescimento só é possível explicar pelo facto de o desenvolvimento da Luta de Libertação Nacional, e a libertação de grandes áreas do nosso País do jugo colonial, ter impossibilitado totalmente o colonialismo português de recensear cerca de 1 milhão de Moçambicanos no ano de 1970.

Pode-se pois concluir que o nosso Povo é jovem, tendo quase metade da população menos de 15 anos de idade.

Em 1980, primeiro ano da Década da vitória na Luta contra ao Subdesenvolvimento, sabemos já quanto somos, pode-se pois melhor organizar a imensa força humana do nosso Povo para esta Vitória.

e) Apreciação financeira

Até ao fim da operação de inquérito no Recenseamento da População efectuou-se uma despesa do Orçamento de Estado de aproximadamente 64 400 000MT, o que significa 5.50MT por habitante recenseado.

Esta despesa “per capita” é consideravelmente inferior á média internacional em Recenseamnto da População.

Isto resulta directamente do engajamento e apoio recebido em todas as fases pelo nosso Povo. É fruto da mobilização realizada pelo nosso Partido Frelimo.

O trabalho em regime voluntário de cerca de 24 000 agentes recenseadores e controladores durante 35 dias, o apoio prestado pela população em transporte, contribuições monetárias, alojamento e alimentação foram factores que contribuíram significativamente para o baixo custo do Recenseamento da População.

Assim pode-se afirmar que o custo “per capita” do Recenseamento da População é reflexo da existência do nosso Partido Frelimo profundamente enraizado no nosso Povo.

7 - RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO: ACÇÃO NO COMBATE CONTRA O SUBDESENVOLVIMENTO

Terminou com êxito o 1º Recenseamento Geral da População na República Popular de Moçambique.

Recenseamento feito por Moçambicanos, para Moçambicanos. Por isso pode-se dizer: “O Recenseamento é nosso, é de todo o nosso Povo”.

Foi uma demonstração clara da enorme capacidade de mobilização e organização do nosso Partido Frelimo.

Foi prova evidente da imensa capacidade do Povo determinado a vencer e ultrapassar todos os obstáculos por mais difíceis que pareçam.

O que parecia muitas vezes impossível, é hoje uma realidade bem concreta.

Com orgulho pode-se afirmar que foi cumprida mais uma tarefa decidida pelo III Congresso da Frelimo.

Hoje sabemos quantos somos, em breve saberemos quem somos, o que fazemos, onde e como vivemos.

O recenseamento da População foi também um contributo importante para o património organizativo de todas as nossas estruturas.

O processo de mobilização e engajamento realizado, a criação em todo o País de zonas com responsáveis eleitos, a dinamização de todas as estruturas locais, são factores importantes para o melhoramento da nossa organização no campo, para o desenvolvimento do processo de edificação das aldeias comunais.

Nas cidades, o conhecimento exacto do número de habitantes e as suas características, a divisão dos bairros e células em quarteirões, o aumento da consciência política e nível organizativo das estruturas de base, são factores para o desenvolvimento e transformação das cidades em novos moldes, para a criação de Bairros Comunais.

O Recenseamento da população permitiu também medir a capacidade organizativa dos quadros aos diferentes níveis, e foi também uma verdadeira escola de formação.

As dificuldades que surgiram foram também inúmeras. Mas foi possível vencê-las porque se engajou todo o nosso Povo na solução das mesmas.

Nem a acção do inimigo, nem as secas, nem o analfabetismo foram capazes de impedir o sucesso do Recenseamento da População.

Demonstrando um elevado sentido de patriotismo, todo o nosso Povo compareceu ao Recenseamento, fornecendo as informações necessárias, dando todo o apoio material e moral que era preciso, demonstrando uma alta consciência política.

Com orgulho patriótico pode-se pois afirmar que: O 1º Recenseamento Geral da População na República Popular de Moçambique, constituiu uma vitoriosa ofensiva de classe”.

26 - RETORNO DOS BOLETINS DE RECENSEAMENTO

O Gabinete Central de Recenseamento emitiu instruções para a conferência e recolha do material de recenseamento nas províncias.

O objectivo desta conferência é verificar:

- Que tem material de todas as brigada trabalhando no distrito ou cidade.
- Que este material se encontra em boa ordem.
- Que todo o material restante está arrumado separadamente.
- Que cada caixa de material tem uma guia de referência do seu conteúdo...

Segurança do material censitário

A recolha de todo o material de recenseamento desde o Órgão Executivo até ao Gabinete Provincial de Recenseamento e deste para o Gabinete Central de Recenseamento foi acompanhado por por forte medida de segurança.

Toda a documentação e material recebido foi arquivada nas instalações do Centro de Processamento de Dados de forma ordenada e sistemática, para sua posterior utilização nas tarefas da codificação e processamento de dados

27 - PROCESSAMENTO DE DADOS

Codificação manual

Depois do levantamento de dados no campo seguiu-se outra fase, a do processamento de dado.

Foram seleccionados cerca de 200 pessoas para este trabalho.

Estes trabalhadores participaram como recenseadores e controladores no recenseamento da população, o que facilitou um pouco o trabalho pois eles é que organizaram todos os boletins a medida que ia chegando vindo das Províncias e na fase da codificação já estavam familiarizados com o boletim.

Para a digitação dos dados foram também utilizados os mesmos trabalhadores que iam sendo formados gradualmente a medida que o fim da codificação se aproximava do seu final.

22 - CRIAÇÃO DOS SERVIÇOS PROVINCIAIS DE ESTATÍSTICA

Cinco anos após a proclamação da Independência Nacional ao nível das Províncias, toda a informação estatística era colhida centralmente pela Direcção Nacional de Estatística.

Com a realização do 1º Recenseamento Geral da População que envolveu estruturas provinciais, o Gabinete Central de Recenseamento instituição criada dentro da Comissão Nacional do Plano, a Direcção Nacional de Estatística já tinha planos da criação dos Serviços Provinciais de Estatística, sendo esta escolha feita mediante a proposta da Província após apreciação conjunta dos mesmos pelas estruturas da Província e o elemento do Gabinete Central de Recenseamento.

As novas estruturas dos Serviços Provinciais de Estatística em princípio poderiam ter a seguinte composição.

- 1 Chefe do sector de estatística
- 1 Adjunto
- 1 Dactilógrafa
- 1 Motorista

A experiência adquirida desde a fase preparatória até a realização do primeiro Recenseamento Geral da População tornou possível que se preenchesse uma lacuna muito importante para a colheita de toda a informação estatística no País.

Estes novos serviços ficaram integrados nas Comissões Provinciais do Plano.

MAPUTO, NOVEMBRO 1999